

seade 35 anos

*estatísticas públicas
para o desenvolvimento
do estado de são paulo*

Seade 35 Anos
Estatísticas públicas para o desenvolvimento
do Estado de São Paulo



GOVERNADOR DO ESTADO
Geraldo Alckmin

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Guilherme Afif Domingos

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Julio Semeghini

Seade 35 Anos

*Estatísticas públicas para o desenvolvimento
do Estado de São Paulo*

Maria Cecília Comegno

Organizadora

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

2014

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

DIRETORA EXECUTIVA

Maria Helena Guimarães de Castro

DIRETORA ADJUNTA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Silvia Anette Kneip

DIRETOR ADJUNTO DE ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Haroldo da Gama Torres

DIRETORA ADJUNTA DE METODOLOGIA E PRODUÇÃO DE DADOS

Margareth Izumi Watanabe

CHEFE DE GABINETE

Sergio da Hora Rodrigues

CONSELHO DE CURADORES

Carlos Antonio Luque (Presidente)

Antonio de Pádua Prado Junior

Cassiana Montesião de Sousa

Hubert Alquéres

José Carlos de Souza Braga

José Paulo Zeetano Chahad

Márcia Furquim de Almeida

Rogério Luiz Buccelli

Sérgio Besserman Vianna

Wanderley Messias da Costa

CONSELHO FISCAL

Shigueru Kuzuhara

Mirella Micioni

Nelson Ferreira Simões

Sumário

Apresentação JULIO SEMÉGHINI	7
Introdução MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO	11
Notas introdutórias MARIA CECÍLIA COMEGNO	19
PESQUISAS E LEVANTAMENTOS DE DADOS	
Expertise em pesquisas e levantamentos de dados MARGARETH IZUMI WATANABE	25
Informações sem viés RUBENS MURILLO MARQUES	57
O frutífero encontro Dieese-Seade CLEMENTE GANZ LÚCIO LÚCIA GARCIA	59
Patrimônio do planejamento e do desenvolvimento CLAUDIO SALVADORI DEDECCA	63
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Desafios do monitoramento e avaliação de políticas públicas HAROLDO DA GAMA TORRES	69
Políticas públicas como alvo MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO	86

Programa Escola da Família ANA MARIA STUGINSK	90
A estratégia multimétodos para o Programa Estadual de Qualificação Profissional PAULO JANNUZZI ALEXANDRE LOLOIAN VIVALDO LUIZ CONTI	94
METODOLOGIA E INSTRUMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES	
Construindo indicadores para as políticas públicas BERNADETE CUNHA WALDVOGEL MARIA PAULA FERREIRA	101
Avanços técnico-científicos FLÁVIO FAVA	119
Longa história de qualidade e credibilidade JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA	123
Subsídios para a política habitacional MARIANA DE SYLOS RUDGE	127
SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Sistema de recuperação, coleta e gerenciamento de informações ELIANA BORDINI RENATO SÉRGIO DE LIMA VIVALDO LUIZ CONTI	133
Retomando a relevância das estatísticas oficiais FELÍCIA MADEIRA	162
Profícua parceria: IBGE e Seade WASMÁLIA BIVAR	166
O controle do crime e da violência: o papel estratégico do Seade SERGIO ADORNO	169

Apresentação

Julio Semeghini

A presente publicação, compêndio que apresenta numa linguagem despojada os projetos realizados e em realização pelo Seade em três décadas e meia, revela-se de grande utilidade para todos os interessados na compreensão da trajetória das políticas públicas dos governos paulistas e da realidade socioeconômica do Estado de São Paulo nesse arco de tempo.

Lembremos, de início, que as estatísticas ajudam na contextualização da dinâmica socioeconômica e demográfica de uma nação e auxiliam no planejamento e implementação de boas políticas públicas. Como bem sabem os gestores públicos, estatísticas e análises técnicas são insumos básicos do exercício do poder, qualificando-o e dotando-o de maior eficiência no cumprimento de seus objetivos. Ainda mais após o advento das modernas tecnologias de informação e comunicação – TIC, que têm permitido um acúmulo extraordinário de dados à disposição do Estado e de toda a sociedade.

Historicamente, a produção de estatísticas públicas pela Fundação Seade sempre guardou uma forte aderência à agenda paulista, com inúmeros dados e indicadores sendo desenhados e

publicados de acordo com a realidade do estado e do momento econômico, social e demográfico por ele vivido em cada período.

Costuma-se dizer que o estado de São Paulo é onde primeiro se sentem os efeitos de qualquer crise econômica. É difícil, lendo os verbetes deste livro, não se lembrar, por exemplo, do que foram, em abril de 1983, quando vinha de tomar posse Franco Montoro – o primeiro governador do estado eleito pelo voto direto em vinte e um anos –, as passeatas de trabalhadores desempregados que, após três dias de manifestação, chegam às grades da sede do governo, derrubam-nas e ocupam os jardins do palácio do Morumbi.

Nada tem de casual, portanto, que a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada em parceria com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), tenha se iniciado no ano seguinte, 1984.

Outros exemplos relacionam-se com a própria realidade demográfica, ponto de partida das atividades de coleta de dados das instituições predecessoras do Seade desde 1892. É às equipes do Seade que caberá confirmar e estudar fenômenos como as múltiplas dimensões da pobreza, a realidade socioeconômica e cultural dos jovens, o novo papel das mulheres, o aumento da população idosa, com todas as implicações nas áreas de, notadamente, educação, saúde e emprego.

Criam-se índices de responsabilidade social e de vulnerabilidade social, fazem-se levantamentos com diferentes recortes espaciais. Também a economia é campo por excelência da atividade de coleta e análise de dados, e não apenas para constatar fatos e processos passados, igualmente para detectar tendências. Uma tarefa relevante do Seade é a desagregação criteriosa de dados até então apresentados em escala nacional ou estadual.

O penhor da credibilidade do Seade é sua notável capacitação técnica – que inclui a mobilização de recursos de tecnologia da in-

formação –, de que dão testemunho diferentes parceiros autores de textos inseridos no volume.

Desde o seu início, a Fundação Seade ao construir um sistema estadual de estatísticas para o Estado de São Paulo tem sido uma parceira importante para uma moderna administração pública sobretudo considerando a complexidade e o tamanho do Governo Paulista e de seu território. Em particular para a Secretaria do Planejamento, basta citar a colaboração pela produção de indicadores de diagnóstico e de acompanhamento das políticas públicas produzidos pelo Seade, insumos no dimensionamento de programas sociais e na elaboração do Plano Plurianual – PPA do Governo do Estado.

O aprimoramento dos instrumentos básicos de planejamento para a obtenção da otimização do desempenho público, tarefa pela qual a atual gestão da SPDR procura implementar pela lógica da gestão por resultados, tem contado com a participação técnica do Seade em diferentes projetos de pesquisa. Atualmente está em curso um relevante projeto sobre a avaliação dos impactos de políticas públicas pela capacitação de órgãos encarregados da execução dos programas Novo Detran, Via Rápida Emprego, e dos cursos técnicos profissionalizantes do Centro Paula Souza. Também contamos com a colaboração do Seade na organização do projeto Orçamento por Resultados (OpR), que visa exatamente associar a prática orçamentária a indicadores objetivos de gestão.

Em suma, o conhecimento sobre a realidade paulista é uma ferramenta essencial para efetivamente implantar um novo olhar sobre os antigos instrumentos de planejamento de forma a articulá-los para obtenção de resultados. E esse conhecimento é o ingrediente básico do trabalho cotidiano da Fundação Seade.

JULIO SEMEGHINI é secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo.

Introdução

Maria Helena Guimarães de Castro

Ao longo de seus 35 anos de existência, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) vem produzindo informações para os diversos níveis de governo, pesquisadores e usuários em geral, com o objetivo de cumprir sua missão institucional de coletar, organizar, analisar e divulgar informações socioeconômicas e demográficas.

Quando nos debruçamos sobre a produção de uma instituição cujas origens remontam ao final do século XIX, é notável observar como as estatísticas sempre foram – e continuarão sendo – instrumentos básicos para indicar tendências da realidade social e econômica e prover, direta ou indiretamente, os governos de diagnósticos e proposições para sua atuação.

Esta publicação em homenagem aos 35 anos da Fundação Seade aponta, ao longo da evolução dos projetos realizados, alguns caminhos percorridos pela instituição que marcam até hoje sua produção e sinalizam ao mesmo tempo uma renovada leitura do desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo como conceito associado a uma busca de entendimento dessa realidade.

De fato, um olhar analítico sobre os projetos aqui descritos mostra quanto o Seade soube inserir na sua agenda de trabalho questões relevantes que marcaram a cena econômica, social e demográfica do Estado de São Paulo ao longo desse tempo. Numa atitude proativa, diante de determinados problemas socioeconômicos, muitas vezes o Seade se antecipou na proposição de pautas relevantes para a sociedade, na forma de pesquisas conceitual e metodologicamente inovadoras.

Tal é o caso da questão do desemprego, que começava a despontar no início da década de 80 na pauta dos grandes problemas nacionais, insatisfatoriamente mensurado pela metodologia de captação dos dados do IBGE. A implantação da Pesquisa de Emprego e Desemprego, investigação mensal domiciliar em parceria iniciada em 1984 com o Dieese e apoio da Secretaria de Economia e Planejamento de então, introduz conceitos inovadores e mais adequados à realidade brasileira e passa a ser uma nova referência na análise do mercado de trabalho.

Quando o debate pós-Constituinte relativo ao empobrecimento da população e a polêmica em torno da definição de quem e quantos são os pobres no país ganha espaço na discussão das políticas públicas entre diversos setores da sociedade e governo, fica evidente que é necessário desenvolver metodologia mais adequada para a mensuração da pobreza. Daí o Seade, com a participação de vários pesquisadores na área de avaliação de políticas sociais, introduzir nova conceituação sobre a pobreza, partindo de uma visão multidimensional em que ao critério de renda soma-se uma série de outras carências que estratificam os pobres, ou seja, aspectos associados a moradia, educação, saúde e inserção no mercado de trabalho.

O desafio enfrentado era transformar esse discurso teórico em algo mensurável sobre a pobreza no Estado. Assim,

em 1990, a Pesquisa de Condições de Vida vai a campo pela primeira vez na Região Metropolitana de São Paulo. A ela se sucedem vários levantamentos, incluindo investigação sobre o acesso da população a programas sociais, particularmente os de transferência de renda. Mencione-se a demanda do então Prefeito de Campinas no sentido de se ampliar a amostra para obter resultados para aquela cidade, subsidiando assim a implantação do Programa de Renda Mínima, precursor dos programas federais de transferência de renda da segunda metade dos anos 1990.

Empreendimento ainda maior foi a realização da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep), entre 1997 e 1998, em que, com o apoio do Ministério da Educação, de diversas associações empresariais, da Fapesp e da Finep, o Seade efetuou a primeira tomada de informações sobre o processo de reestruturação produtiva das empresas paulistas e as demandas das empresas por qualificação de seus trabalhadores. A Paep se converteu numa das principais fontes de dados sobre a economia paulista, visto que as pesquisas do IBGE não captavam a dinâmica dos processos de reestruturação produtiva e de regionalização das atividades no interior do Estado de São Paulo. E dado o peso econômico e social de São Paulo no Brasil, e o dinamismo e a diversidade interna do Estado, havia forte demanda por dados socioeconômicos mais desagregados.

Subjacente a esses grandes momentos institucionais de pesquisas inovadoras, o desenvolvimento das atividades de produção, organização e disseminação de dados originários de pesquisas próprias ou censitárias e de registros administrativos tem sido da maior relevância para o conhecimento da realidade paulista, como também para subsidiar uma outra linha inovadora de trabalhos do Seade constituída pela elaboração de indicadores

de acompanhamento e monitoramento de políticas públicas. A partir de 2000, o Seade avança nessa diretriz de trabalho pelo desenvolvimento de estudos de assessoria técnica para as políticas públicas, mostrando claramente sua capacidade de inovação para além da produção de pesquisas e de geração de dados.

Em contraponto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Seade produz inicialmente o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), mais adequado à apreensão das condições de vida dos municípios paulistas. Em seguida, desenvolve a metodologia de construção de indicadores de natureza intramunicipal, como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que classifica os setores censitários do Estado segundo o grau de vulnerabilidade à pobreza. Ambos indicadores foram desenvolvidos por solicitação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, evidenciando uma demanda de informações no contexto da descentralização administrativa em favor dos municípios e de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na identificação das carências sociais, definição de prioridades sociais e alocações de recursos do Orçamento Público.

Por sua vez, esses projetos puderam ser viabilizados em grande parte pelo levantamento e tratamento de bases de dados municipais que constituem uma tradição de trabalho desde o início da instituição. Hoje, o Seade disponibiliza pela Internet o sistema de Informações dos Municípios Paulistas (IMP) com temas e assuntos referentes aos 645 municípios, 15 Regiões Administrativas, 42 Regiões de Governo, 3 Regiões Metropolitanas e ao total do Estado. Trata-se do maior acervo de informações sobre a realidade socioeconômica do Estado e por isso mesmo é a base de dados mais consultada no Portal de Estatísticas do Seade.

Da mesma forma o Seade, responsável pela produção do Sistema de Estatísticas Vitais de São Paulo, tem analisado e monitorado as variáveis demográficas, responsáveis pelo crescimento e estrutura da população do Estado. A análise demográfica e os estudos populacionais, além de enriquecerem as visões dos planejadores, fornecem elementos e critérios para o balizamento do processo de planificação em seus diversos estágios. São subsídios fundamentais para o planejamento, desde o primeiro diagnóstico até a avaliação final dos planos já executados, que permitem acompanhar a evolução das condições de vida de segmentos específicos da população, como população idosa, população em idade escolar, população em idade ativa, população infantil, população feminina, etc. Por um lado, as informações demográficas apontam as necessidades atuais e futuras de uma população quanto à demanda por serviços de saúde, educação, mão de obra, segurança, habitação, entre outros setores da esfera social. Além disso, as análises demográficas específicas sobre as desigualdades sociais podem ser relacionadas diretamente com questões decisivas do desenvolvimento econômico e da distribuição dos benefícios alcançados.

Graças ao empenho coletivo de uma equipe comprometida com os valores que integram uma cultura científica partilhada por estatísticos, economistas, demógrafos, sociólogos, entre outros, e a irredutível autonomia processual e conceitual presente nos métodos e técnicas de elaboração das estatísticas, fica evidente ao longo do tempo que a produção de dados do Seade reveste-se de qualidade e credibilidade reconhecidas pelos seus mais diversos usuários.

Por isso mesmo o nosso esforço atual direciona-se a reforçar o papel fundamental da produção e da análise de dados do Seade para a melhoria da gestão, execução e implementação das polí-

ticas públicas. São novos desafios de trabalho, sobretudo por se tratar da construção de uma competência em avaliação de políticas públicas para atender as necessidades atuais do Estado e a grande demanda por análises de dados que contribuam para a implantação de um planejamento baseado em evidências.

O Seade sempre trabalhou nesse sentido, ao dialogar com a administração pública fornecendo indicadores e informações setoriais, como mostram vários projetos aqui descritos. Mencione-se a experiência pioneira de montagem da “Sala de Situação” na sede do governo paulista, nos primeiros anos de existência da Fundação. O desafio atual é ampliar esse diálogo com a administração pública e construir uma nova geração de usuários não só interessados na nossa produção estatística convencional como também na produção de informações que atendam à própria lógica da produção das políticas públicas baseadas em evidências.

Algumas oportunidades relevantes têm surgido nessa direção. Iniciamos, em cooperação com o Banco Mundial e a Fundação Itaú Social, um projeto de capacitação dos técnicos do Seade, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR) e de outros órgãos públicos, no campo da avaliação de impactos de políticas públicas, visando tornar esse processo endógeno às organizações públicas. Estão sendo avaliados os programas Novo Detran, da SPDR, Via Rápida Emprego, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Viva Leite e São Paulo Solidário, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e os cursos técnicos profissionalizantes do Centro Paula Souza. Outro exemplo é a contribuição desenvolvida pelo Seade ao projeto Orçamento por Resultados (OpR), também para a SPDR, que visa associar a prática orçamentária a indicadores objetivos de gestão.

Nessa mesma linha de trabalho, tendo como foco a educação, sobretudo infantil, para a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e a Secretaria Estadual da Saúde, foi construído um indicador municipal de atenção à primeira infância para os 645 municípios paulistas que expresse a sua capacidade de promover o desenvolvimento infantil por meio da garantia de acesso aos serviços de saúde e educação. Mais recentemente, para a Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), visando avaliar a ampliação da cobertura da rede de ensino, em especial da educação infantil, bem como a melhoria de sua qualidade, foi produzido o SIM-Educação, com dados de oferta, demanda e resultados para a gestão das redes de educação básica, e informações demográficas e socioeconômicas dos municípios do Estado de São Paulo.

Enfatizando essa direção e procurando criar um diálogo mais intenso com os usuários de informações do Seade, demos início à divulgação, via internet, da publicação Primeira Análise, contendo diversos estudos sobre temas de interesse social. Destinado a um público formado por gestores públicos, pela disponibilidade de informações qualificadas e de fácil compreensão, pretende-se também suscitar interesse no meio acadêmico e de pesquisa aplicada, pelas pesquisas e bases de dados produzidos pelo Seade por meio da abordagem preliminar de temas de importância científica, e na mídia em geral ao suscitar pautas sobre questões relevantes para a sociedade.

Assim, o Seade passa a diferenciar-se como órgão produtor de informação pelo maior investimento em análise, e disseminador de análises que sejam relevantes para contribuir no processo de formulação, tomada de decisão, correção de curso com evidências sólidas, e com isso institucionalizar um efetivo sistema de monitoramento e avaliação do Estado de São Paulo.

Este volume reflete a trajetória que o Seade percorreu em mais de 35 anos de existência, não só pela apresentação das competências e projetos desenvolvidos, mas também, de forma diferenciada, pelos depoimentos de antigos dirigentes, profissionais e colaboradores que ajudaram a construir essa história. Portanto, nossas homenagens e agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a elaboração desta publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO é diretora executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Notas introdutórias

Maria Cecília Comegno

O Seade conquistou legitimidade e uma reputação de excelência na produção e organização de estatísticas, que se alinham entre os seus maiores bens. Essa constatação é perceptível na confiança depositada pelos especialistas da área, pela mídia e pelo público em geral em relação à atividade desenvolvida pela instituição.

Ao longo de sua trajetória, na sua missão de prover de informações os diferentes atores sociais – principalmente o governo do Estado – para nortear e avaliar suas ações e atender uma demanda crescente por informação, a Fundação Seade soube introduzir uma série de inovações organizacionais, metodológicas e tecnológicas, de modo a garantir a produção e disseminação de informações com a amplitude, qualidade e presteza requeridas.

Sem perder sua linha de atuação, expressa em estatutos, no sentido de oferecer à comunidade e aos agentes públicos um quadro de informações atualizado e indispensável à compreensão social, econômica, demográfica e ambiental do Estado de São Paulo, a Fundação Seade teve a capacidade de captar temas

que despontavam na pauta dos grandes problemas nacionais e transformá-los em objetos de pesquisa de relevância social.

Ao recuperar a memória da produção do Seade fica evidente como uma instituição pública, vinculada ao poder mas guardando sua autonomia processual e conceitual, presente nos métodos e técnicas de elaboração das estatísticas, soube dialogar com a pauta de questões da administração pública, respondendo às suas diversas solicitações e inovações e espelhando as suas vicissitudes. Isso também foi possível porque o Seade conseguiu conciliar de forma contínua a produção de estatísticas socioeconômicas e demográficas com o atendimento aos órgãos públicos. Ainda que muitas vezes tais demandas manifestassem descontinuidades e rupturas nos conteúdos e nos processos de geração de políticas públicas.

Também se observa no repertório de projetos aqui apresentados como a produção acompanhou algumas importantes mudanças na sociedade brasileira demandando diversificação e ampliação de informações. São conhecidos os processos de descentralização de políticas sociais, aumento do controle de ações e gastos públicos, expansão de políticas sociais focalizadas e retomada do planejamento como instrumento para intervenção pública, sobretudo na esfera social. Essas mudanças implicaram em novas formas de atuação do setor público, que passou a demandar o uso crescente de informações localizadas – registra-se aqui, por exemplo, o avanço das pesquisas municipais –, bem como o desenvolvimento de indicadores específicos para atender a demanda de atores sociais, especialmente os gestores públicos. Sintonizado com esses novos tempos, o Seade se capacitou na criação e aprimoramento de metodologias e ferramentas para formulação, monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos.

A presente publicação tem como objetivos a recuperação da memória dos projetos desenvolvidos pelo Seade segundo duplo critério temporal e temático destacando a competência específica, aporte inovador e contribuição prestada à políticas públicas por cada um desses projetos. Para tanto, o levantamento de informações foi feito com base em diversas fontes documentais de natureza diferente, tais como relatórios de atividades e gerenciais, correspondência administrativa interinstitucional, materiais de divulgação da produção do Seade, publicações de pesquisas, site da Fundação, etc. Pela própria diversidade, essa documentação não necessariamente traz de forma sistemática informações definidas previamente para a caracterização dos projetos,

Nessas condições, o inventário pode apresentar omissões ou imprecisões quanto ao ano de realização e instituição demandante da pesquisa ou do estudo. De fato, após a criação do Seade observam-se lacunas na documentação disponível sobre cada projeto. Entretanto, a partir do início dos anos 90, com o uso mais intensivo da informática, nota-se uma melhoria no padrão de apresentação dos projetos. E especialmente, no final de 2002, a implantação de uma área responsável pelo seu gerenciamento introduziu o registro sistemático dessas iniciativas.

Contribuiu, sem dúvida, para a recuperação da memória das atividades do Seade a implantação de forma pioneira do uso da Internet e do entendimento consecutivo de que a produção de estatísticas públicas só cumpre seu objetivo maior quando pode ser apropriada indistintamente por todos os segmentos da sociedade. Desse modo, contou-se com esse registro de informações iniciado em meados dos anos noventa.

Desde o início da pesquisa para a elaboração desta publicação, ficou evidente que faziam parte da história da Fundação Seade não só seus ex-dirigentes, mas inúmeros colaboradores e parcei-

ros do meio acadêmico e das secretarias do Governo do Estado de São Paulo que, por diferentes caminhos, contribuíram para o enriquecimento e desenvolvimento da instituição. Procuramos seguir alguns critérios na seleção desses depoimentos, no sentido de oferecer uma cobertura temática e cronológica que abrangesse as linhas de trabalho ao longo do tempo e de seus principais representantes. Assim, por meio dos depoimentos dos que a tanto se dispuseram, recuperou-se de forma mais viva parte da trajetória dos projetos.

Ao cabo de 35 anos de existência, foram consolidadas linhas de atuação da Fundação Seade que correspondem às seguintes competências: expertise em pesquisas e levantamentos de dados; sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas; metodologias e instrumentos para a construção de indicadores e sistemas de recuperação de informações. Sobre tais competências assentam-se as atividades da instituição e delas resulta uma série de produtos regulares e de outros especiais.

A seleção de projetos apresentada nesta publicação, em ordem cronológica e por área de competência, não só evidencia o expressivo número de parcerias estabelecidas entre o Seade e diversas entidades públicas – quase uma centena de parcerias consolidadas e consubstanciadas em produtos os mais instigantes e variados –, como também espelha a capacidade da instituição em captar, de forma inovadora, as mudanças socioeconômicas que ocorriam na realidade paulista, mantendo também a sua produção regular.

MARIA CECILIA COMEGNO é assessora técnica/Fundação Seade.

**PESQUISAS
E LEVANTAMENTOS
DE DADOS**

Expertise em pesquisas e levantamentos de dados

Margareth Izumi Watanabe

O uso dos indicadores, sobretudo os de natureza social, está intrinsecamente associado à consolidação das atividades de planejamento público como instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. No processo de tomada de “decisão baseado em evidências”, considera-se que a apropriação de indicadores e informações estatísticas pelo gestor público acarretaria maior eficiência e rapidez na tomada de decisão, e conseqüentemente, a melhoria dos processos de planejamento e avaliação.

No Brasil esse processo foi impulsionado pela descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do planejamento público em âmbito local adotada pela Constituição de 1988, que promoveu a demanda por informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas municipais. Também contribuíram para esse aumento o acesso mais fácil às informações potencializado pelas novas ferramentas informacionais e a popularização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocorrida a partir dos anos 2000, que

permite medir e comparar o nível de desenvolvimento e a qualidade de vida em um país com o uso de informações sintéticas que não apenas a renda dos seus habitantes.

Isso tudo colocou novos desafios tanto do ponto de vista institucional quanto metodológico para as instituições produtoras de estatísticas. Na medida em que um indicador passa a ser adotado pelo administrador público como ferramenta para avaliação de políticas públicas, novos dilemas se colocam: como avaliar transformações de curto prazo típicas das políticas públicas, ou ainda como medir os esforços realizados e os seus resultados.

Em outros termos, até que ponto um indicador reflete efetivamente o que foi realizado pela política de uma dada administração, ou, antes, mede o esforço e o processo contínuo de transformação social ao longo de várias gerações? Em se tratando de indicadores de “esforço”, estes ainda são pouco desenvolvidos e suscitam controvérsias relevantes quanto aos modelos adotados e seus significados. De toda forma, há um conjunto de indicadores, sobretudo os chamados de “resultado”, que ganharam certo consenso e tendem a se consolidar do ponto de vista metodológico, como os de mortalidade infantil e esperança de vida.

Desde o início de suas atividades, o Seade produz indicadores sociodemográficos construídos a partir de coleta de informações e da organização de bases de dados secundários. Por responder pela produção do Sistema de Estatísticas Vitais de São Paulo com base na Pesquisa Mensal de Eventos Vitais, dispõe de um rico acervo de estatísticas vitais – casamentos, nascidos vivos, nascidos mortos, óbitos gerais e óbitos infantis – que permitem desagregações para todos os municípios paulistas e distritos da capital.

O conhecimento adquirido com a exploração e análise de registros administrativos, mais as informações resultantes dos

Censos Demográficos, resultou no desenvolvimento de metodologias próprias de construção de indicadores demográficos e específicos de determinadas necessidades dos diversos setores de planejamento e de projeções populacionais para o Estado, regiões, municípios e pequenas áreas.

É esse conjunto de dados demográficos que permite calcular a maior parte dos indicadores de base territorial na forma de taxas (natalidade, morbidade, mortalidade, cobertura, etc.), pois deles se extraem os denominadores que serão usados na construção dessas taxas, que dão origem aos indicadores mais simples e também aos mais complexos, como a esperança de vida ao nascer e o número médio de filhos por mulher, para citar apenas dois deles.

No planejamento das áreas de saúde, habitação, saneamento, educação, segurança e transporte, esses indicadores têm sido fundamentais sobretudo para o dimensionamento de segmentos específicos da população, como população idosa, população em idade escolar, população em idade ativa, população infantil, população feminina, etc.

A tradição de São Paulo na produção de estatísticas vitais e de indicadores demográficos contribuiu para a participação relevante do Seade no Sistema Nacional de Estatísticas Vitais do IBGE e do Ministério da Saúde, por ser a única instituição no âmbito nacional a produzir a base de dados de nascimentos e óbitos do Estado de São Paulo.

A partir de 2000, o uso de indicadores pelas políticas públicas se renova em função de novas e crescentes demandas de medir o avanço do desempenho da gestão pública, caracterizadas pela grande diversidade de usuários, de diferentes setores e de temas envolvidos, exigindo abordagens metodológicas mais complexas e sintonias mais finas de acordo com a finalidade desejada. A importância adquirida pelo Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na sociedade e na mídia conduz a Assembleia Legislativa a demandar ao Seade a elaboração de um indicador para identificar o grau de desenvolvimento dos municípios paulistas, que suplantasse as limitações daquele índice. Essa a origem do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que, sendo um indicador sintético para níveis de municípios no mesmo paradigma do IDH, incorpora outras dimensões necessárias à mensuração das condições de vida.

A primeira e mais importante consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o padrão de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, fundamental para o desenho de políticas públicas específicas para áreas com diferentes níveis e padrões de desenvolvimento. Em segundo lugar, incluíram-se, na medida do possível, variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida do município em períodos mais curtos que os dez anos que separam os censos demográficos, fonte específica de informações do IDH municipal. E, em terceiro, foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador robusto, passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e com a cobertura de todos os municípios do Estado. O IPRS é atualizado a cada dois anos.

O IPRS tem sido uma ferramenta importante e efetiva para fins de políticas públicas em municípios pequenos, mas tem pouca utilidade quando se trata de cidades grandes, pois informa pouco

sobre as condições de vida da sua população, devido à grande desigualdade existente nessas metrópoles.

Mais apropriados para captar essas manifestações são os indicadores de natureza intramunicipais, com base em sua maior parte em resultados dos Censos Demográficos, como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), também desenvolvido por solicitação da Assembleia Legislativa. Trata-se de uma tipologia que classifica os setores censitários do Estado segundo seu grau de vulnerabilidade à pobreza, expresso pela renda familiar e as características demográficas da população residente no setor.

Para atender objetivos essencialmente de gestão pública, na construção desses indicadores foram considerados as estatísticas disponíveis e os fenômenos recorrentes associados à identificação e localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

Mesmo sendo ferramentas importantes para a identificação espacial das condições de vida, os indicadores de natureza intramunicipal são de difícil reprodução dado que são praticamente inexistentes em períodos intercensitários informações desagregadas por distritos e bairros, disponíveis por setores censitários. Para superar essas dificuldades, o Seade procurou em alguns casos construir indicadores utilizando bases de dados mais atualizadas originárias de pesquisas amostrais passíveis de desagregações em nível de distritos. Ou ainda usando registros administrativos que, apesar da necessidade de se verificar a qualidade das informações por meio da exploração e consistência dos dados, apresentam a grande vantagem que é a possibilidade de reprodução do indicador em anos intercensitários.

MARGARETH IZUMI WATANABE é diretora adjunta de Metodologia e Produção de Dados/Fundação Seade.

1979

ESTATÍSTICAS VITAIS

Pesquisa mensal realizada nos 810 cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo com base em dois instrumentos de coleta: mapas estatísticos, contendo dados específicos dos registros legais de óbitos, nascimentos e casamentos, e cópias das declarações de óbitos e de nascimentos. Esse levantamento é feito desde 1892 pelas diversas unidades responsáveis pela produção de estatísticas do Governo do Estado. A partir de 1979, a metodologia foi aperfeiçoada pela Fundação Seade e, com a implantação da declaração de nascido vivo, incorporaram-se a essa base as estatísticas de nascimentos.

Esses registros permitem tabulações a partir dos microdados dos eventos vitais por sexo, idade, ocupação, grau de instrução, naturalidade, município de residência e de ocorrência, causas de morte, acidente do trabalho, peso ao nascer, tipo de gravidez, etc. Os dados produzidos pelo Seade integram as bases estatísticas do registro civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes bancos de dados também são disponibilizados à Secretaria da Saúde.

1979

PESQUISA MUNICIPAL

Primeiro levantamento de dados sobre a estrutura e organização das prefeituras paulistas. Inicialmente em convênio com a Associação Paulista de Municípios e posteriormente com o apoio dos Escritórios Regionais de Planejamento da Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, realizou-se a coleta de 211 informações sobre administração municipal, caracterização industrial e construção civil, esporte, cultura, comunicações, saneamento básico e saúde. Essa experiência mostrou ser viável a utilização das prefeituras

como fonte primária de dados, o que levou o Seade a adotar a periodicidade de dois em dois anos na investigação para atualização do banco de dados municipais. Foi replicada até 1990.

1984

**PESQUISA DE
EMPREGO E
DESEMPREGO –
PED**

Essa pesquisa, que constitui um marco em termos de mensuração do desemprego, se baseia em levantamento mensal, realizado desde 1984, de informações sobre o mercado de trabalho urbano a partir de uma amostra probabilística de cerca de 3.000 domicílios da Região Metropolitana de São Paulo. A PED,

fruto de convênio entre a Fundação Seade e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), inova nos conceitos de emprego e desemprego, de forma a captar as peculiaridades do mercado de trabalho, em particular as situações ambivalentes de ocupação, desemprego e inatividade.

Ao segmentar o desemprego em aberto, oculto pelo trabalho precário e pelo desalento, possibilitou a comparação com as taxas de desemprego aberto dos países desenvolvidos e, ao mesmo tempo, captar a precariedade das condições brasileiras de trabalho (realização de alguma atividade eventual e atividade que não contempla perspectiva de continuidade e assiduidade).

A partir do início dos anos 90 o setor industrial do ABC paulista passou por importante reestruturação econômica que provocou redução dos índices de emprego, obrigando a região a adequar-se a uma nova realidade. O Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto do Tamanduateí e Billings, em parceria com a Agência Desenvolvimento Econômico (ABC), solicitou ao Seade, em 1998, identificar, mediante a aplicação mensal da PED, as condições do mercado de trabalho relativamente a emprego, desemprego e renda nos mesmos moldes metodológicos e operacionais da

PED na RMSP, nos municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Esse levantamento foi interrompido em dezembro de 2002 e retomado em junho de 2011 em parceria com o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Atualmente, é o único espaço geográfico do país que, além das principais regiões metropolitanas e de suas capitais, conta com informações sobre mercado de trabalho proveniente de pesquisa domiciliar contínua.

Para subsidiar a política pública de emprego da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em 2001 foi realizada a PED em Santa Cruz do Rio Pardo, com o objetivo de caracterizar o mercado de trabalho de um município paulista de porte pequeno.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros locais, essa pesquisa passou depois a ser aplicada em sete regiões metropolitanas brasileiras.

1990

**PESQUISA DE
CONDIÇÕES DE
VIDA – PCV**

Diferentemente de outras pesquisas sobre pobreza, a PCV incluiu ao lado do critério renda alguns fatores sociais para construir indicadores de acompanhamento do processo de empobrecimento e de estratificação dos pobres através de um somatório

de carências – moradia, saúde, educação e mercado de trabalho. Outra inovação metodológica proposta pela PCV foi considerar a família como categoria básica de análise, uma vez que é nesse grupo social que se compartilha a moradia e se dá, de forma solidária, a satisfação de uma série de necessidades básicas.

Realizada inicialmente, em 1990, na RMSP, a PCV foi expandida, em 1994, para os municípios do interior do Estado com população superior a 80.000 habitantes. Em 1994, pela pertinência

de sua metodologia e por demanda do prefeito, a PCV foi aplicada em 2.100 domicílios de Campinas, possibilitando a divulgação de informações desagregadas para essa unidade territorial.

Em 1998, a PCV ampliou sua abrangência espacial para os municípios com população urbana maior que 50.000 habitantes e alargou o seu escopo temático pela introdução de novas questões. A pedido do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), coletou informações sobre o acesso da população a bens e serviços coletivos, subsidiados, total ou parcialmente, pelo poder público. Por solicitação da Sociedade de Ensino Superior Toledo, a PCV foi aplicada, em 2000, em 2.000 domicílios do município de Araçatuba. Em 2002, por solicitação da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), foi efetuada a PCV nos municípios da região de São José do Rio Preto com menos de 50.000 habitantes.

Produto da parceria entre a Fundação Seade e a Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, em 2006 essa pesquisa foi a campo em amostra de cerca de 20 mil domicílios, representativa da população paulista residente em área urbana. Foram visitados cerca de 150 municípios do interior do Estado, além dos pertencentes às três regiões metropolitanas – São Paulo, Baixada Santista e Campinas –, com o intuito de oferecer um panorama da situação socioeconômica da população urbana paulista. Para caracterizar a condição de vida e viagem, foram entrevistados em parceria com a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) moradores de 3,5 mil domicílios da Região Metropolitana de São Paulo.

Pela sua concepção teórica e graças ao desenvolvimento de instrumental para medir políticas públicas, recebeu reconhecimento mundial quando o Instituto Internacional de Estudos do Trabalho (OIT/ONU) recomendou, em publicação em inglês, a aplicação desse modelo para contextos semelhantes.

1992

**PESQUISA
MUNICIPAL
UNIFICADA – PMU**

As mudanças na dinâmica econômica, social e urbana dos municípios paulistas, na última década do século XX, bem como o processo de municipalização das políticas sociais em direção à descentralização político-administrativa, exigiram a abordagem

de novos temas de investigação, e a própria experiência de trabalho acumulada nesse campo revelou a necessidade de recompor o processo de produção de dados das pesquisas municipais.

Para acompanhar esse processo e fornecer à sociedade paulista informações estruturadas sobre a gestão de cada um de seus municípios, o Seade, em 1992, unificou as diversas pesquisas setoriais de abrangência municipal, adaptando diferentes instrumentos de coleta a um mesmo padrão metodológico e consolidando-os em uma pesquisa única, denominada Pesquisa Municipal Unificada – PMU. O escopo da pesquisa foi ampliado para abranger os programas e as ações públicas municipais nas áreas de abastecimento, habitação, desenvolvimento urbano, saneamento básico, limpeza pública, saúde, educação, cultura, esporte e turismo, promoção social, transporte, finanças públicas municipais e estrutura administrativa da prefeitura.

Por ser um instrumento potente para conhecer as políticas públicas de cunho municipal, várias secretarias e órgãos públicos estaduais participaram tanto no financiamento da pesquisa como na definição das questões investigadas: secretarias da Educação (1995, 1999 e 2003), Saúde (1995), Sabesp (1995 e 2003), Meio Ambiente (1997 e 1999), Cultura (1997 e 1999), Fundo para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Júlio de Mesquita – Fundunesp (1997), Assistência Social (1999), Agricultura e Abastecimento (2003), Governo e Gestão Estratégica (1999 e 2003).

Além dos temas referentes à implementação e gestão de políticas públicas globais e/ou setoriais e da oferta de serviços públicos, a PMU 2003 abrangeu novos temas, como comunicações e informática; assistência e desenvolvimento social; guarda municipal e abastecimento.

1996

**PESQUISA
DE ATIVIDADE
ECONÔMICA
PAULISTA – PAEP**

Diante das profundas modificações econômicas decorrentes da abertura comercial, da forte demanda por dados econômicos atualizados para o Estado de São Paulo e da carência de informações sobretudo sobre a dinâmica das principais regiões paulistas, o Seade decidiu investigar o processo de reestruturação técnico-produtiva e de inovação tecnológica, e a dinâmica da distribuição espacial da atividade econômica paulista.

Pesquisa de grande envergadura – amostra com aproximadamente 40.000 empresas – teve o aporte metodológico de pesquisadores do Instituto de Economia da Unicamp e recursos financeiros em sua maior parte da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Contou na fase inicial com a colaboração do IBGE para a montagem do cadastro de empresas e de parcerias estabelecidos com diversas associações empresariais. A investigação realizou-se nos setores de indústria, comércio, construção civil, serviços de informática e bancário.

Além de ser a primeira pesquisa abrangente sobre inovação tecnológica realizada no Brasil, um dos principais méritos da Paep foi constituir uma amostra que permitisse uma desagregação das informações para as regiões do Estado, verificando as diferenças entre elas e a sua importância relativa e potencialidades na economia estadual.

1996

**PESQUISA
CONJUNTURAL DAS
MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS –
PECOMPE**

Para melhorar a análise do desempenho das micro e pequenas empresas de São Paulo, desde 1998 o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) tem convênio com a Fundação Seade para levantamento de dados sobre indústria de transformação, comércio e serviços, pessoal ocupado e gastos com salários. Desde 2000 com periodicidade mensal, a Pecompe abrange a coleta de dados em 2.500 empresas apresentando resultados para o Estado, RMSP e interior, e para os municípios do ABC.

1996

**PESQUISA DE
INVESTIMENTOS –
PIESP**

Visando acompanhar os efeitos deletérios da guerra fiscal entre os Estados brasileiros sobre a capacidade de São Paulo de atrair novos investimentos e a do governo paulista de contra-arrestar tais efeitos, através do desenvolvimento de vantagens competitivas genuínas, a Piesp tem o objetivo de monitorar as tendências do investimento produtivo no território paulista. Essa pesquisa se baseia em captação nos órgãos de imprensa e confirma junto às empresas informações veiculadas em anúncios referentes a investimentos produtivos. É uma das únicas fontes de dados do tipo prospectivo. Feita inicialmente pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, o levantamento, dada a necessidade de ser mantido de forma sistemática, passou em 1998 a ser realizado pelo Seade, que não somente aprimorou a metodologia como também reformulou os sistemas classificatórios e procedimentos da pesquisa.

A informação sobre intenções de investimentos constitui uma informação estratégica para os atores políticos e privados acerca das demandas que tais decisões estarão engendrando. Ao identificar as tendências de expansão da atividade produtiva e as demandas futuras de mão de obra, por exemplo, a Piesp permitiu a seleção de cursos de qualificação de trabalhadores pelas Comissões Municipais de Emprego, no âmbito do Programa de Qualificação e Requalificação Profissional, da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

1996

**GUIA
DE SERVIÇOS
PÚBLICOS –
CIDADÃO SP**

Partindo da concepção de que o Estado deve oferecer à sociedade informações atualizadas sobre os seus serviços públicos em contrapartida ao pagamento de impostos, a Casa Civil e posteriormente a Secretaria de Gestão Pública desenvolve uma parceria com o Seade para a disponi-

bilização dessas informações pela Internet. Denominado inicialmente Quadro Geral dos Serviços Públicos, ganhou grande importância quando se registrou mais de um milhão de acessos mensais.

Desde 1998, o Seade participa desse projeto definindo o que é serviço público, realizando levantamentos, gestão e tratamento das informações fornecidas pelos órgãos públicos e prestadores de serviços, e criando uma rede de colaboradores públicos nomeados pelas secretarias encarregadas de responder à pesquisa do Guia de Serviços Públicos. Os resultados desse levantamento hoje estão disponíveis no Portal CidadãoSP e descrevem de forma sucinta os serviços prestados pelos diversos órgãos públicos à população, o que eles oferecem, a quem se destinam e os meios para a obtenção de maiores informações.

1998

**MORADORES EM
HABITAÇÕES
PRECÁRIAS**

Para subsidiar a implantação e acompanhamento de programas habitacionais foram realizados para a CDHU diversos serviços de pesquisas e levantamentos físico-cadastrais junto a populações de moradias precárias e de outras configurações urbanas, tais como

favelas, cortiços ou loteamentos irregulares. A parceria CDHU/Sea- de teve início em 1998, ao se realizar levantamento físico-cadastral e pesquisa socioeconômica dos moradores do Jardim Pantanal (município de São Paulo) para a Secretaria estadual da Habitação. No mesmo ano, para os demandantes de habitação do Programa Sonho Meu, efetuou-se uma investigação socioeconômica e cadastramento de 50.000 famílias na capital paulista.

Em 1999, para subsidiar o processo de intervenção urbana em União de Vila Nova e Vila Nair (município de São Paulo), no âmbito do programa “Ações da CDHU na Várzea do Tietê”, foi feito arrolamento e pesquisa socioeconômica das famílias de aproximadamente 7.000 edificações das favelas de União de Vila Nova, Vila Nair e Jardim Lapena. Esse levantamento, realizado em visita em cada domicílio, além de orientar a elaboração do plano de intervenção local, facilitou o processo de divulgação na área do projeto, cujo objetivo consistia em promover a recuperação urbana e ambiental da região, levando infraestrutura urbana e qualidade de vida aos moradores das comunidades envolvidas.

Em 1999, para a identificação dos fatores que poderiam contribuir para a compreensão dos fenômenos da inadimplência financeira e inadimplência contratual das unidades comercializadas pela CDHU no âmbito do projeto “Análise da Regularidade de Ocupação das Unidades Habitacionais Comercializadas na Capital e na Grande São Paulo”, foram realizadas entrevistas qualitativas com moradores de conjuntos habitacionais selecionados no município de São Paulo.

Para o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), em 2000, o Seade realizou levantamento cadastral e pesquisa socioeconômica de 1.400 famílias moradoras em cortiços (Pari e Administração Regional Sé) cujos resultados foram organizados em uma base de dados georreferenciada. Em 2001, replicou-se esse levantamento em outros sete setores de intervenção dos municípios de São Paulo e Santos.

Devido à grande mobilidade das famílias, ao adensamento razoável das construções, à ocupação se alastrando para as margens dos córregos e do Rio Tietê e à melhoria em grande parte das edificações pela ampliação de cômodos nos domicílios, a CDHU decidiu recontratar o Seade, em 2003, para atualizar o arrolamento realizado em 1999, incluindo a pesquisa socioeconômica sobre as famílias das favelas de União de Vila Nova e Vila Nair. Também em 2003, outra investigação socioeconômica foi realizada, com famílias demandantes e entidades conveniadas para o Programa de Mutirão, nos municípios de Diadema, Embu, Mogi das Cruzes, Osasco, Taboão da Serra, Itaquaquetuba e São Paulo.

1998

**AVALIAÇÃO
DE METODOLOGIA
DO PROGRAMA
DE APOIO À
GESTÃO SOCIAL**

No marco do Convênio de Cooperação e Execução Técnica com a Casa Civil da Presidência da República para o Programa de Apoio à Gestão Social, o Seade foi contratado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para realizar a aplicação-piloto para o teste da metodologia, desenvolvida pelo Núcleo de

Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, de avaliação do processo de implementação e dos seus resultados junto ao público usuário de programas sociais do governo federal. Esse teste cobriu cinco programas sociais prioritários escolhidos dentre

aqueles definidos na estratégia de desenvolvimento social do governo brasileiro, a saber: Programa de Agentes Comunitários – Pacs/Saúde da Família – PSF; Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf; Programa Brasil Criança Cidadã – BCC/ Combate e Erradicação do Trabalho Infantil Degradante; Programa Carta de Crédito e Pró-Saneamento. A pesquisa de campo, aplicada em uma amostra de municípios onde os programas estavam sendo adotados, foi composta de entrevistas qualitativas e quantitativas com agentes e atores sociais intervenientes no processo de implementação desses programas.

1999

**PESQUISA DE
ATIVIDADE
ECONÔMICA
REGIONAL – PAER**

Por solicitação do Ministério da Educação/Programa de Expansão da Educação Profissional/Proer e recomendação dos técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Seade realizou em âmbito nacional uma investigação com o objetivo de caracterizar o mercado de trabalho dos estados brasileiros no que se refere à situação das empresas industriais e de serviços frente aos processos de reestruturação econômica.

Focalizando questões relativas à demanda por mão de obra técnica, a coleta de dados realizada diretamente em 23.000 estabelecimentos, em todas as unidades da Federação, orientou-se por fornecer subsídios para reavaliar e reestruturar os currículos do ensino técnico profissionalizante. Além da introdução de um questionário sobre inovação tecnológica, a investigação se estendeu à avaliação do ensino técnico das escolas rurais e contou com entrevistas com agentes locais como, por exemplo, sindicatos, associações rurais, gerentes do Banco do Brasil e técnicos da Embrapa.

2000

**ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL
DA REGIÃO LESTE
PAULISTANA**

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Metropolitano (Prodem) do Sebrae e para alcançar os cidadãos com características de empreendedor situados nos mais diversos segmentos da sociedade, o Seade realizou um levantamento das bases de dados existentes sobre as entidades da sociedade civil

que atuam na Região Metropolitana de São Paulo. Esse trabalho consistiu na análise da consistência das informações obtidas nos cadastros de entidades, checagem e complementação de informações por meio de contato telefônico, correio e internet, levantamento de campo sobre as entidades não localizadas por telefone e/ou correio, e produção e disponibilização da base de dados do Cadastro de Entidades Sociais Sem Fins Lucrativos da Zona Leste de São Paulo.

2000

**CONDIÇÕES DE
TRABALHO, SAÚDE
E SEGURANÇA DOS
MOTORISTAS DE
ÔNIBUS**

No âmbito do projeto Diagnóstico das Condições de Saúde e Segurança dos Motoristas de Veículos Automotores de Transporte Coletivo Urbano na Região Metropolitana de São Paulo, o Seade realizou para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), um levantamento de informações, nos meses de

dezembro de 2000 e janeiro de 2001, por meio de questionário de desenho exclusivo, visando investigar as condições de trabalho, saúde e segurança dos motoristas de ônibus de transporte coletivo urbano dessa região. Mais especificamente, o estudo se deteve na caracterização dos motoristas de empresas vinculadas às empresas gerenciadoras do transporte coletivo urbano intermunicipal da Região Metropolitana São Paulo e intramunicipal do

município de São Paulo: a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU) e a São Paulo Transporte S. A. (SPTrans).

2000

**ACIDENTES DO
TRABALHO DE
MOTORISTAS E
COBRADORES**

No âmbito do projeto Saúde e Segurança no Transporte Coletivo Urbano, Rural e de Cargas Perigosas, desenvolvido pela Fundacentro, o Seade fez um estudo para identificar, quantificar e avaliar as ocorrências de acidentes do trabalho relativos aos profissionais do setor transporte, com ênfase

nos motoristas e cobradores de transporte coletivo urbano.

Esta pesquisa foi realizada nas agências e postos do INSS do Estado de São Paulo, por intermédio de um levantamento exaustivo das informações detalhadas contidas nas Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT) e nos documentos que acompanham seus respectivos processos, como, por exemplo, os boletins de ocorrência policial e o histórico do acidente. Esse trabalho de pesquisa foi pioneiro.

2000

**ACIDENTES
DO TRABALHO
E DOENÇAS
PROFISSIONAIS
NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

O Seade coletou a partir de uma amostra domiciliar no Estado de São Paulo, para a Fundacentro, informações sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais com a finalidade de fornecer subsídios para o planejamento de ações estratégicas sobre o tema em questão, assim como para a formulação de uma nova política de comunicação social entre

a Fundacentro e outros segmentos, tais como instituições governamentais, sindicatos e profissionais da área da saúde e segurança do trabalho. Este levantamento teve como objetivo

específico captar informações, produzir e divulgar indicadores que permitissem estimar e analisar a prevalência de acidentes de trabalho e doenças profissionais na população exposta, além da percepção da mesma sobre os riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

2000

TRANSPORTE DE TRABALHADORES RURAIS

Na mesma linha dos outros estudos contratados pela Fundacentro sobre Saúde e Segurança de Trabalhadores, o Seade fez um levantamento exaustivo das informações detalhadas contidas nas Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) e nos documentos que acompanham seus respectivos processos para identificar, quantificar e avaliar os acidentes do trabalho ocorridos na área rural, em especial aqueles relativos aos acidentes de trajeto entre a residência e o local de trabalho e vice-versa. Esta pesquisa foi realizada nas agências e postos do INSS localizados no interior do Estado de São Paulo, entre 1997 e 1999.

2000

ACIDENTES NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Por solicitação da Fundacentro/Ministério do Trabalho e Emprego e do Denatran/Ministério da Justiça foi realizada uma pesquisa inédita sobre 1.563 acidentes de transporte com produtos perigosos com base em boletins de ocorrência registrados pelas Polícias Estadual e Federal entre 1997 e 1999. A análise desses dados de forma georreferenciada permitiu uma visualização mais nítida das concentrações destes acidentes e contribuiu para identificar trechos rodoviários mais críticos, os possíveis fatores de risco locais e rotas alternativas para o transporte. Das in-

formações analisadas consta a especificação do produto, conforme o código de identificação da Classificação Internacional de Produtos Perigosos das Nações Unidas, conhecido como o “Número da ONU”.

2000

MOTORISTAS DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO NA RM DE BELO HORIZONTE

Também com o patrocínio da Fundacentro, o Seade realizou em 2001 uma segunda pesquisa, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos mesmos moldes da pesquisa realizada no ano anterior na RMSP. O objetivo final de se conhecerem as condições de trabalho e segurança desses motoristas foi subsidiar políticas e ações que viessem a melhorar

a condição de trabalho dos que se encontram nessa atividade sabidamente penosa.

2000

ACIDENTES DE TRABALHO DE MOTORISTAS E COBRADORES NA RM DE BELO HORIZONTE

Igualmente no âmbito de projeto desenvolvido pela Fundacentro, o Seade fez um estudo para identificar, quantificar e avaliar as ocorrências de acidentes do trabalho relativos aos profissionais do setor transporte, com ênfase nos motoristas e cobradores de transporte coletivo urbano.

Esta pesquisa foi realizada entre 1997 e 1999 nas agências e postos do INSS da

Região Metropolitana de Belo Horizonte, por intermédio de um levantamento exaustivo das informações detalhadas contidas nas Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT) e nos documentos que acompanham seus respectivos processos, como, por exemplo, os boletins de ocorrência policial e o histórico do acidente.

2001

**CENSO DO
FUNCIONALISMO
PÚBLICO
MUNICIPAL**

Para a Secretaria de Gestão Pública (anteriormente denominada Secretaria Municipal da Administração do Município de São Paulo) foi realizado o primeiro censo do funcionalismo público da prefeitura do município de São Paulo. Com o objetivo de prover dados estatísticos para análise e conhecimento do perfil funcional, socioeconômico e demográfico do corpo de funcionários da PMSP, o censo também forneceu referências para a implantação de um novo modelo de gestão municipal e de programas de desenvolvimento para o servidor, tendo como objetivo sua valorização.

2001

**ANÁLISE SOBRE
ASPECTOS DO
DESEMPREGO EM
SÃO PAULO, PARIS
E TÓQUIO**

Em 2001, o Seade, pelo desenvolvimento e aplicação de um questionário suplementar à PED e execução de um levantamento amostral para captar o fenômeno da recorrência do desemprego e suas consequências para as transições e padrões de trajetória ocupacional no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, participou de um programa de pesquisa visando a comparação do desemprego em Paris, Tóquio e São Paulo. Graças à convergência de diferentes instituições, esse projeto contou com a coordenação do CEM e apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da William and Flora Hewlett Foundation/Programa US-Latin America e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Os resultados desse estudo se encontram na seguinte publicação: GUIMARÃES, Nadya A. *Desemprego: uma construção social*. São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte: Editora

Argumentvn; São Paulo: CEM e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2009 (Coleção Trabalho & Desigualdades).

2002

**AFERIÇÃO DA
PESQUISA ORIGEM
E DESTINO NA
RMSP**

A Pesquisa Origem e Destino, realizada a cada dez anos, é um instrumento fundamental para ajustar as necessidades de intervenções e investimentos no sistema de transporte metropolitano de São Paulo. Em 2002, a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), preocupada com as mudanças na estrutura da oferta de transporte, bem como nas características socioeconômicas da população residente na Região Metropolitana, julgou necessária a avaliação dos dados coletados no levantamento de Origem e Destino realizado em 1997. Tendo em vista tal premissa, solicitou ao Seade um novo levantamento de dados e informações, cujos resultados permitiram realizar ajustes nos dados de 1997.

2005

**USUÁRIOS
DO PARQUE
ESTADUAL DAS
FONTES DO
IPIRANGA (PEFI)
NO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO**

Para o Programa Multissetorial Ecopefi, coordenado pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, foi aplicada uma pesquisa com usuários do Parque Zoológico, Zoo Safari, Jardim Botânico e Centro de Esportes, Cultura e Lazer, instituições que compõem o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, município de São Paulo, visando fornecer subsídios à melhoria da sua acessibilidade e dar maior uso e sustentabilidade ao Pefi.

2005/2014

**IMPACTOS DA
CONSTRUÇÃO DA
LINHA 4 DO METRÔ**

No âmbito de contratos entre o Banco Mundial e o governo do Estado de São Paulo/Metrô, o Seade desenvolveu uma metodologia de avaliação de impacto da “efetividade social” da construção da Linha 4 sobre as condições de vida e os padrões de mobilidade espacial da população afetada. No modelo de avaliação de impacto adotado foram realizados levantamentos e análises de dados de 2005 a 2014.

2005

**CENSO DOS
SERVIDORES
DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE SP**

Com o objetivo de atualizar o cadastro dos servidores e funcionários lotados no Ministério Público de São Paulo, o levantamento de dados contou com o desenvolvimento pelo Seade de um formulário eletrônico instalado via web no servidor do Ministério Público.

2006

**PESQUISA DE
CONDIÇÕES
DE VIDA E
COBERTURA E
EFETIVIDADE
DOS PROGRAMAS
FOCALIZADOS NO
ESTADO DE SÃO
PAULO**

Além dos dados que compõem o escopo básico da Pesquisa de Condições de Vida – habitação, acesso a serviços de saúde, educação, inserção no mercado de trabalho e rendimentos –, referentes aos levantamentos realizados em 1990, 1994 e 1998, a investigação realizada em 2006 incluiu o levantamento de informações sobre o acesso da população a programas sociais implantados no Estado de São Paulo, particularmente os de transferência de renda. Tal procedimento, por meio de pesquisa primária domiciliar, permitiu avaliar a cobertura e focalização dos benefícios concedidos e, com isso, subsidiou o aprimoramento das ações públicas de combate à pobreza e de proteção social.

2006

**PESQUISA &
DESENVOLVIMENTO**

Com apoio da Finep e por solicitação da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei), essa pesquisa focalizou a coleta de informações sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento das empresas industriais brasileiras potencialmente inovadoras. Foi realizada através de levantamento direto junto a 2.000 empresas com pelo menos dez empregados e selecionadas em cadastro fornecido pelo IBGE com base na Pesquisa de Inovação (Pintec).

2006

**PESQUISA DE
VITIMIZAÇÃO**

A Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana de São Paulo, com amostra superior a 35 mil domicílios, levantou informações sobre delitos ocorridos e a respeito da percepção da população em relação ao trabalho policial e à segurança pública no bairro e no município de residência dos entrevistados. Iniciado em 2006, esse levantamento se reproduziu em 2007, 2008, 2009 e 2010 em parceria com a Secretaria de Segurança Pública.

A informação disponibilizada pelas pesquisas de vitimização foi obtida diretamente junto à vítima, o que permitiu aprofundar de modo significativo o conhecimento sobre a prevalência e as formas de controle do crime.

2006

**PESQUISA
MUNICIPAL
TEMÁTICA – PMT**

A necessidade de informações mais desagregadas levou diferentes órgãos públicos estaduais a solicitar levantamentos temáticos sobre a situação dos municípios paulistas. Com a participação de diversas secretarias, a coleta de in-

formações, a partir de 1997, passou a ser realizada por meio de uma plataforma web, possibilitando o preenchimento dos questionários pelas prefeituras via internet. Desde sua implantação foram realizadas as seguintes pesquisas:

- em 2007, por solicitação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, com a finalidade de caracterização da estrutura organizacional de acompanhamento de programas de geração de emprego, trabalho e renda, além de averiguar a demanda por capacitação; por solicitação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, levantamento sobre as políticas e gestão ambiental e captação da percepção dos dirigentes municipais;
- entre 2008 e 2009, sob demanda da Secretaria de Economia e Planejamento, com o objetivo de subsidiar os trabalhos executados pelo Departamento das Estâncias (Dase), foi feito um levantamento sobre estâncias turísticas paulistas;
- em 2009, a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, recém-criada, necessitava de dados para caracterizar a capacidade de gestão e de execução de programas e ações municipais para atendimento a pessoas com deficiência. Para tanto realizou-se pesquisa primária junto às prefeituras; realização de levantamento de dados para caracterizar as instituições públicas e privadas promotoras de ações sociais de atendimento à pessoa com deficiência; e foi elaborado um cadastro de instituições, públicas e privadas, que desenvolvem ações e projetos voltados a pessoas com deficiência;
- em 2011, por solicitação da Secretaria de Habitação e da CDHU, a pesquisa teve por objetivo identificar as políticas municipais nas áreas de habitação e de desenvolvimento

urbano, com o objetivo de fornecer subsídios para a elaboração da política estadual de habitação de interesse social;

- em 2011, para a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, a pesquisa municipal sobre Drenagem Urbana teve como objetivo subsidiar ações de planejamento e a implantação de programas estaduais no setor. A organização da base de dados permitiu a complementação das informações para compor o Sistema de Informações Municipais de Saneamento no Estado de São Paulo (SIS/SP), como também a construção do Índice Municipal de Saneamento (IMS), em que um dos componentes é o Indicador de Drenagem Urbana, abrangendo quatro dimensões: cobertura, eficácia, sustentabilidade ambiental e institucionalização e gestão.

2007

**DADOS
CENSITÁRIOS
DE FAVELAS E
LOTEAMENTOS
IRREGULARES NO
MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO**

No âmbito do projeto de atualização dos dados censitários de favelas e loteamentos irregulares no Município de São Paulo, o Seade foi contratado pelo Banco Mundial (Bird)/Cities Alliance para implementar metodologia, elaborada em 2003, de atualização de dados cadastrais sobre moradores (habitantes com renda até cinco salários mínimos) e domicílios em 1.574 favelas, 1.235 loteamentos ir-

regulares e 227 núcleos habitacionais. Estas informações foram analisadas em seus aspectos quantitativos e qualitativos, de forma a subsidiar a formulação de políticas e programas de urbanização e regularização das ocupações, bem como o monitoramento das intervenções realizadas pela Secretaria Municipal de Habitação.

2008

**MONITORAMENTO
DO PROGRAMA DE
DESIGUALDADES
HUMANAS (MUIP)
ONU-HABITAT**

Colaboração internacional estabelecida entre técnicos do Programa de Desigualdades Urbanas (Muip) da ONU-Habitat e o Seade permitiu uma ampla utilização de indicadores socioeconômicos produzidos pelo Seade acerca, especialmente, das condições habitacionais no município de São Paulo.

O programa UN-Habitat (séries Citizens) examina a desigualdade urbana nos países em desenvolvimento, enfatizando a captação e análise de dados intramunicipais com a realização de parcerias institucionais locais. A cidade de São Paulo foi escolhida para iniciar a série desses estudos, por necessitar de um olhar mais atento sobre a megacidade, plena de contradições internas e complexidades.

Apesar de essa cidade ser responsável pela geração de parte significativa do PIB do país e de ter apresentado avanços em seus indicadores socioeconômicos ao longo das últimas décadas, ainda permanece assolada por desigualdades. A cooperação técnica entre as duas entidades foi então estabelecida, com o intuito de compreender melhor a situação das desigualdades urbanas de São Paulo. A parceria permitiu que se ampliassem os temas e aspectos das condições habitacionais investigadas na Pesquisa de Condições de Vida, realizada pelo Seade em 2006.

A introdução desses novos temas e aspectos também visou a possibilidade de comparação dos indicadores de qualidade de serviços de utilidade pública oferecidos aos moradores de São Paulo com aqueles de algumas cidades da América Latina, África e Ásia. Os resultados dessa pesquisa foram conjuntamente publicados em: 1 Study – Cities & Citizens Series – Bridging the Urban Divide São Paulo a tale of two cities; 2010 UN-Habitat for a better urban future: <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2924>

2008

**AVALIAÇÃO
DOS E-SERVIÇOS
DO GOVERNO
PAULISTA**

A pesquisa “Avaliação dos e-Serviços do Governo do Estado de São Paulo” teve como objetivo mensurar o estágio geral dos e-serviços no conjunto dos órgãos do governo paulista, tomando como referência os serviços existentes no sítio www.cidadao.sp.gov.br, com base em informações quantitativas

e qualitativas levantadas junto aos prestadores desses serviços e usuários de serviços públicos nos postos ACESSA São Paulo, Poupatempo e PontoSP.

A análise dos resultados procurou identificar os diferentes graus de maturidade em que os órgãos públicos paulistas se encontram na prestação de serviços à distância, levando em conta aspectos organizacionais e tecnológicos, no intuito de compor um diagnóstico da situação atual e fornecer elementos para formulação de políticas e ações voltadas para o desenvolvimento e aumento da eficiência na prestação de serviços pelo governo do Estado de São Paulo.

2009

**TENDÊNCIA
DEMOGRÁFICA E
USO E OCUPAÇÃO
DO SOLO NAS
ÁREAS DE
INFLUÊNCIA DO
RODOANEL –
TRECHO SUL**

A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo estipulou, para a concessão da licença de instalação para a construção do Rododanel Governador Mário Covas – Trecho Sul, a estruturação de um programa de monitoramento da expansão da mancha urbana (dinâmica demográfica associada a padrões particulares de uso e ocupação do solo) na sua área de influência, de modo a permitir a detecção precoce do espaço de sua ocorrência e a identificação de seus

determinantes mais imediatos, com vistas à aplicação dos mecanismos corretivos e de controle necessários.

Para tanto, o Seade foi contratado de 2009 a 2013 pela Dersa para desenvolver o projeto de monitoramento da dinâmica demográfica da fase de operação daquele trecho do Rodoanel. Dada a magnitude e complexidade do objeto se adotou um novo desenho institucional que envolveu o desenvolvimento de uma metodologia comum e o compartilhamento de informações entre Seade, Emplasa e Instituto Florestal.

Também contratado pela Dersa, em abril de 2013 o Seade iniciou o monitoramento das tendências de crescimento populacional na área limreira do Trecho Norte do Rodoanel.

2009 – 2011

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS EXTERNOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A aferição do grau de satisfação dos usuários externos dos serviços prestados pelo setor público é uma importante ferramenta para diagnosticar como a organização está caminhando no sentido de seus objetivos. Com esse objetivo, o Seade acompanhou, entre 2009 e 2011, por meio de pesquisa via web, o grau de satisfação das pessoas vinculadas às instituições que mantiveram contato com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional para a obtenção ou prestação dos seus serviços.

2012

CATÁLOGO DE SISTEMA DE BASE DE DADOS

Cabe ao Seade o desenvolvimento do Catálogo de Sistemas e Bases de Dados da Administração Pública do Estado de São Paulo (CSBD), instrumento destinado a garantir aos cidadãos o direito de receber informações de seu interesse particular, coletivo ou geral.

O Catálogo, bem como as bases de dados da administração pública estadual, estão disponíveis no Portal do Governo Aberto e no Portal da Transparência. Obtidos junto à rede de colaboradores, estão no âmbito do levantamento todos os conjuntos de informações relacionadas às atividades-fim dos diversos órgãos públicos do governo paulista. Além de divulgar essas informações do Catálogo no Internet, o Seade desenvolve aplicativos de coleta de informações, manutenção e atualização permanente do CSBD.

2013

**SENSAÇÃO DE
SEGURANÇA,
VULNERABILIDADE
CRIMINAL E
CONFIANÇA NA
POLÍCIA MILITAR**

Dado que os indicadores de criminalidade melhoraram de modo pronunciado no Estado de São Paulo na última década, mas isso não se traduziu em aumento da sensação da segurança da população, é essencial entender melhor os aspectos que condicionam a percepção dessa questão por parte dos diversos segmentos populacionais, bem como criar ferramentas que

possibilitem a avaliação da vulnerabilidade criminal e o grau de satisfação e de confiança da população no trabalho da Polícia Militar. Com esse objetivo, a PM-SP/Secretaria da Segurança Pública contratou o Seade para realizar pesquisas qualitativa e quantitativa domiciliar no intuito de elaborar a metodologia de construção do Índice Paulista de Sensação de Segurança, do Índice Paulista de Confiança na Polícia Militar e do Índice Paulista de Vulnerabilidade Criminal.

2013

**SISTEMAS
MUNICIPAIS
DE ACESSO À
INFORMAÇÃO**

O Seade, o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam) e a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) elaboraram conjuntamente estudos para orientar as administrações públicas locais na organização e no delineamento sistemático dos diversos componentes que viabilizam o exercício do direito de acesso à informação, que são o Portal da Transparência (PT), o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), a Ouvidoria e a Gestão da Informação. Coube ao Seade aferir em que medida as prefeituras do Estado de São Paulo estão cumprindo o disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI) de 18/11/2011, e na Lei Complementar 131, de 27/05/2009, que deu origem aos portais da transparência, no tocante, especificamente, à disponibilização de informações à sociedade. Foram pesquisados 70 portais municipais.

Informações sem viés

Rubens Murillo Marques

Em 1975, começou-se a alterar a estrutura do órgão responsável pela captação e análise (até então inexistente) dos dados estatísticos do estado de S. Paulo. Ao tomar posse, o governador Paulo Egydio Martins criou, junto à Secretaria de Planejamento, a Coordenadoria de Análise de Dados (CAD), gestão Jorge Wilhelm, tendo eu sido incumbido de preparar a formatação e implementação, que resultou na criação da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

A estrutura obsoleta, emperrada, quase que meramente produtora de alguns dados estatísticos estaduais do então existente Departamento Estadual de Estatística necessitava ser substituída por outra, ágil, dinâmica e não só produtora de dados, mas também de análises que viessem a subsidiar a ação governamental como um efetivo instrumento de planejamento. Houve consenso de que tal estrutura devesse ser uma Fundação, criada por lei, para ter autonomia no desenvolvimento dos trabalhos de análise e pesquisa, inclusive propondo metodologias inovadoras e nem sempre ajustadas às correspondentes em nível federal. Cito, como exemplo, o desenvolvimento de metodologia própria para

análise e aferição do desemprego através da construção de um indicador, feito em conjunto com o Dieese. O indicador explicitava, ao contrário do indicador do IBGE, o desemprego produzido pelo desalento e não escamoteava a real situação da massa trabalhadora, sendo até hoje em dia um referencial.

Houve uma modernização enorme nos meios de produção das estatísticas demográficas, de diagnósticos setoriais, com a utilização pioneira dos recursos computacionais existentes graças à colaboração da Unicamp. Montou-se à época uma “sala da situação” no Palácio dos Bandeirantes, onde, através de gráficos, painéis, etc., podia-se acompanhar com dados atualizados a real situação dos indicadores dos mais variados setores do Estado de São Paulo.

O caminho foi árduo, pois à época a palavra “informação” era reservada a questões de segurança, tanto é verdade que o decreto inicial que criava o sistema nominava-o como Sistema Estadual de Informações para o Desenvolvimento (Seide) e que precisou ser logo alterado para Seade, sem nenhum comprometimento de seu conteúdo programático! A Fundação Seade tem uma missão específica e não pode ser agregada, incorporada ou fundida com outras instituições. Pela importância da especificidade de sua produção merece – até por ser integrante do Sistema Estatístico Nacional – a garantia de sua incolumidade e liberdade para produção não tutelada de informações para o uso da população, isto é, sem viés governamental. A Fundação Seade, por sua finalidade e formas de atuação, é um instrumento fundamental para que se tenham mecanismos de aferição da ação estatal baseada em dados técnicos independentes, autônomos e fidedignos.

RUBENS MURILO MARQUES foi o primeiro diretor executivo da Fundação Seade (período 1979-1983).

O frutífero encontro Dieese-Seade

Clemente Ganz Lúcio

Lúcia Garcia

Em maio de 1984, quando as trajetórias do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese – e do Seade se entrelaçaram, as duas instituições já traziam em suas bagagens a convicção no papel transformador do conhecimento e da informação. Além disso, carregavam a perseverança dos resistentes.

O Dieese havia nascido em dezembro de 1955, após meia década de uma bem-sucedida campanha sindical pela valorização dos rendimentos do trabalho e do salário mínimo. Fruto de um período fecundo de lutas sociais no país, em menos de dez anos, contudo, enfrentava o desafio de resistir à subtração de valorosos dirigentes operários e de tangenciar a lei de silêncio, patrocinadas pela ditadura militar.

Formalmente uma jovem instituição no início dos anos 1980, o Seade expressava a necessidade de apoiar o desenvolvimento econômico e social do pujante estado de São Paulo com informações, pelo menos desde a virada para a Nova República, em 1985. Em essência já presente na organização do Departamento Estadual de Estatística (DEE), criado em 1936, o Seade passou

por inúmeros arranjos administrativos até assumir, em 1978, o formato institucional da atualidade.

O encontro de nossas instituições se deu em um cenário marcado pelo processo de redemocratização e pelo agravamento da crise econômica que atingia as bases do modelo econômico que sustentara a industrialização nacional. No plano político, o retorno, após longo período de exílio, de intelectuais e líderes ao país, a retomada gradativa dos processos eletivos e a formulação de uma nova Carta Constitucional coroavam o renascimento do debate sobre a sociedade brasileira, que requeria informações que expressassem seus problemas e desafios. No âmbito econômico, o conflito distributivo se manifestava em um incansável realinhamento de preços relativos, que jogava lenha na chama inflacionária, enquanto as autoridades econômicas prescreviam um remédio amargo para o problema, que, ao incorporar uma agenda conservadora, acentuava o desemprego.

Naquela conjuntura, na qual os trabalhadores perdiam, simultaneamente, poder aquisitivo e inserção ocupacional, preocupando governos e sindicatos, a ideia de associar as experiências acumuladas pelo Seade e pelo Dieese na geração de indicadores, estudos e pesquisas produziu relevante inovação técnica, mas, igualmente, trouxe novidades para o campo das relações institucionais. Cunhou-se, ali, uma singular e duradoura parceria entre um órgão de governo e uma entidade do movimento sindical.

Em nossa experiência, a ausência de interesse econômico na cooperação mantida entre Seade e Dieese vem contribuindo para consolidar uma relação de três décadas. Seria reducionista, entretanto, creditar o sucesso desta parceria ao fato de passar ao largo dos controles, que hoje dificultam o desenvolvimento político da vida pública nacional, hipertrofiando o espaço de tribunais e procuradorias.

Acreditamos que a alquimia dessa ligação, responsável pelo desenvolvimento metodológico da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e seu espraiamento pelo país, esteja originalmente assentada na qualidade de cada uma de nossas instituições – resultante da clareza de seus propósitos, da sustentação social que amealharam, da construção de trajetórias coerentes e capacidades de desenvolvimento. Mas, para esta caminhada conjunta, tem sido igualmente importante a generosa predisposição de nossas equipes para trocar conhecimentos e práticas, e o zelo que direcionam à preciosa cooperação de 30 anos.

Por terem propiciado ao Dieese crescer, amadurecer e aprender neste processo, agradecemos aos companheiros do Seade!

Interromper brevemente nosso cotidiano de ação sindical, agitado por reuniões, entrevistas, debates e negociações, para refletir sobre a parceria Dieese-Seade, neste sentido, implica reconhecer que metade da vida de nossa instituição se deu entre jornadas de atualização metodológica e defesa da nossa pesquisa.

Juntos, ao longo da dura década de 90, apoiamos a expansão da área de cobertura da PED e celebramos o reconhecimento da metodologia pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e sua consequente incorporação ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR). Naquele período também enfrentamos, resolutos, os questionamentos sobre o real patamar do desemprego no país. No período mais recente, através da constituição de uma coordenadoria técnica, concebemos e consolidamos o Sistema PED, envolvendo um amplo número de parceiros regionais em uma rede de formulação de estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho.

Nossa relação institucional, todavia, estaria fadada ao mero relato histórico se não tivéssemos desenvolvido, com vigor, capacidade para continuar a desenhar o futuro, conjuntamente!

Vislumbrar algo novo, tomando como ponto de partida as transformações da sociedade brasileira e do cotidiano dos trabalhadores, dominou as rotinas de nossas equipes nos últimos anos, o que permitiu lançar as bases para uma nova PED: um projeto de relevância, que aprofunda o conhecimento sobre o uso, a gestão e a valoração do trabalho e seus nexos com o desenvolvimento.

Uma nova tela para retratar, com profundidade, as condições de vida e de produção dos trabalhadores do Brasil. Um objetivo a construir com as nuances e técnicas trazidas pela equipe do Seade.

Que venham os próximos 30 anos!

CLEMENTE GANZ Lúcio é diretor técnico do Diese.
LÚCIA GARCIA é coordenadora do Sistema PED.

Patrimônio do planejamento e do desenvolvimento

Claudio Salvadori Dedecca

Cheguei na Fundação Seade no início de 1985, deixando de ser usuário das informações por ela produzidas para ocupar cargo de analista responsável pelo capítulo de força de trabalho do Anuário Estatístico de São Paulo. Após um curto período de tempo, migrei para a equipe de análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Grande São Paulo, que iniciava a divulgação dos seus primeiros resultados.

A condição ocupada pela Região Metropolitana de São Paulo de epicentro da crise econômica e social vivida pelo país e a importância política do Estado no processo de democratização em 1985 colocavam o Seade como instituição chave na produção de informação e análise para o enfrentamento pelo Estado e pela sociedade paulistas de ambos os processos.

A situação de desemprego elevado, a corrosão da renda pela inflação explosiva, o agravamento da situação dos problemas sociais, a ampliação das incertezas criadas em cada novo plano de estabilização econômica, dentre outros problemas, exigiam respostas e posicionamento cotidiano do principal estado da nação. Igual demanda lhe era apresentada pelo processo políti-

co de democratização do país, que naquele momento definia a realização de uma Assembleia Constituinte.

A perspectiva de construção de uma sociedade democrática vinha associada à demanda de um projeto que restabelecesse o crescimento com justiça social, de modo a promover a superação dos graves desequilíbrios e das elevadas desigualdades socioeconômicas, produzidas durante a consolidação do Estado republicano e amplificada durante o período de governos autoritários do após 1964. A consecução deste projeto se defrontava com uma situação complexa e aguda de crise econômica, que exigia um grande esforço de planejamento público para os três entes governativos.

Parte desta demanda precipitava-se sobre o Seade, envolvendo sistematicamente sua direção e seu corpo técnico, mobilizando suas diversas áreas de produção e análise de informação socioeconômica. Recupero algumas das demandas com que estive envolvido, associadas aos graves problemas socioeconômicos que defrontavam os dois primeiros governos do Estado de São Paulo eleitos democraticamente após 1964.

Como resultado do processo de crescimento dos anos 1960-1970, o Estado de São Paulo havia consolidado uma situação de caos socioeconômico em Cubatão. O governo Franco Montoro constituiu uma ação visando recuperar o meio ambiente e superar os problemas sociais mais candentes. Sob a coordenação da Secretaria da Saúde, o Seade participou da ação com a incorporação de vários de seus técnicos e com seu conhecimento acumulado. Pesquisas de campo visando identificar os fatores determinantes da silicose, da mortalidade infantil, de crianças nascidas com elevadas deformações físicas e mentais foram realizadas, tendo a Fundação colaborado estreitamente com os diversos esforços.

Outras iniciativas foram também realizadas a partir de demanda da Secretaria de Educação, como o estudo sobre o padrão salarial dos professores do ensino público fundamental, realizado para o Fórum de Secretários Estaduais de Educação. O estudo visava subsidiar a criação de um fundo público para garantia de um piso salarial nacional para os professores. Iniciativa posteriormente adotada pelo Governo Federal, na segunda metade dos anos de 1990, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef.

No âmbito da Pesquisa de Emprego e Desemprego, pipocavam cotidianamente demandas dos três entes governativos e da sociedade. A partir dos dados da pesquisa foram realizados estudos de viabilidade para formação de um fundo de proteção ao trabalho, que subsidiaram os trabalhos constituintes que resultaram na concepção do Fundo de Amparo ao Trabalhador presente na Constituição Federal. Estudo sobre a importância do salário mínimo também foi realizado como parte deste esforço.

Ainda em relação à PED, foram produzidas e analisadas informações para as ações de planejamento de combate à discriminação da mulher e dos negros, a partir de solicitações das comissões setoriais do Governo do Estado que haviam sido recentemente constituídas.

Seja no âmbito do planejamento governamental, como nos trabalhos legislativos e no debate acadêmico, o Seade era chamado a participar. A tradição na produção de informação, oriunda do Departamento Estadual de Estatística fundado no final do Século XIX, e na análise, iniciada com a criação da própria instituição na segunda metade dos anos de 1980, davam credibilidade ao Seade, explicavam a recorrente e ponderável demanda que o Governo e a sociedade paulista e nacional lhe apresentavam.

Ao sair do Seade no final de 1989, eu deixava uma instituição pulsante e que ocupava centralidade no debate e no planejamento público sobre os desafios para a construção de uma sociedade democrática, mesmo que redundante, com justiça social. Passado quase um quarto de século, vejo que o Seade deu e continuando contribuições importantes para que o país venha alcançar este objetivo no menor prazo possível politicamente. Sinto orgulho e saudade dos colegas que permaneceram na instituição e formaram continuamente toda uma nova geração de pesquisadores, garantindo que a qualidade e a credibilidade política e social do Seade fossem não somente mantidas, mas ampliadas. Não me restando, portanto, senão torcer e contribuir para outros 35 anos de vida da instituição de igual sucesso.

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA é professor titular da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e foi Analista da Fundação Seade de 1985 a 1989.

**MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Desafios do monitoramento e avaliação de políticas públicas

Haroldo da Gama Torres

O debate mais recente sobre administração pública tem crescentemente colocado a proposição de que a gestão dos programas governamentais deve ser baseada em evidências objetivas. Em outras palavras, considera-se, nessa perspectiva, que informações e indicadores de caráter mais geral (assim como outros específicos, derivados da própria política pública em questão) deveriam ser mobilizados com o intuito de apoiar o processo de tomada de decisão no âmbito das diferentes políticas públicas.

No caso de algumas políticas públicas do Estado de São Paulo, esses princípios estão consagrados há bastante tempo. Na área financeira, por exemplo, o Estado já consolidou desde meados dos anos 90 um amplo sistema de informações de natureza tributária, mobilizado para apoiar o processo de arrecadação e o acompanhamento orçamentário. Na área de educação, por sua vez, o advento do Censo Escolar a partir de 1996 e a estruturação do sistema de avaliação de desempenho (SAEB, Prova Brasil, ENEM, IDEB, SARESP, etc.), por exemplo, proporcionaram um amplo conjunto de informações que passaram a ser utilizados para apoiar o aprimoramento da política educacional.

Do mesmo modo, o Datasus permitiu a uniformização e organização das informações da área de saúde, trazendo um conjunto rico de informações para o acompanhamento dessa política em seus diversos aspectos, incluindo a vigilância epidemiológica e a oferta de equipamentos e serviços de saúde.

Porém, em diversas outras áreas da administração pública, os sistemas de informação ainda não foram completamente estruturados. Esse é o caso, por exemplo, das áreas de habitação, cultura, esportes, trabalho, administração penitenciária, entre outras, cujos sistemas de informação não foram inteiramente desenvolvidos por diferentes razões. Isso faz com que a formulação de políticas tenha que se basear em informações mais fragmentadas e limitadas. Além disso, mesmo nas áreas onde os sistemas de informação estão consolidados, nem sempre a secretaria em questão conta com os quadros técnicos necessários para tratar e organizar e interpretar as informações disponíveis, demandando serviços de terceiros para sistematizar indicadores e para torná-los instrumentos efetivos de gestão.

Assim, não é por acaso que o Seade, como responsável pela produção estatística do Estado, passou a ser crescentemente demandado nos últimos 35 anos por diferentes agências do governo nesse campo. Esse engajamento tem sido amplo e diversificado, embora descontínuo ao longo do tempo. As áreas cobertas pela organização englobam saúde, educação, desenvolvimento humano, segurança pública, habitação, urbanização, previdência pública, cultura, direitos humanos, biotecnologia, trabalho, economia, trânsito, energia, etc.

Ao longo desse percurso, podemos identificar três tipos diferentes de projetos, cada qual colocando desafios específicos e exigências diferentes. Em primeiro lugar, o Seade se engajou fortemente no desenvolvimento de sistemas de informação propriamente di-

tos. Nesse tipo de atividade, além da construção da interface computacional em questão (incluindo a disponibilização de dados pela internet na forma de tabelas, gráficos, mapas e texto), o Seade tratava e consolidava indicadores sobre um dados tema – tanto os disponíveis no sistema de estatístico nacional, quanto aqueles obtidos através de subsistemas internos à organização contratante.

Em alguns casos, o Seade chegou a criar indicadores específicos para uma dada política, anteriormente inexistentes. Esse esforço envolveu também o trabalho em diferentes escalas geográficas, incluindo distritos, municípios, regiões administrativas e outras unidades geográficas diferentes de interesse do contratante. Trabalhos dessa natureza foram desenvolvidos com sucesso nas áreas de Saúde, Educação, Trânsito, Trabalho e Direitos Humanos, por exemplo.

Em geral, a construção de um sistema desse tipo implicava um engajamento direto com a equipe demandante, acarretando uma ampliação no âmbito do Seade do conhecimento sobre a política em questão e um maior contato com os sistemas e estatísticas disponíveis no âmbito da organização contratante. Vale notar, porém, que nem sempre esse esforço pôde ter continuidade. Isso porque essa demanda emergiu sobretudo no âmbito de uma lógica de contratação de projetos: o Seade era mobilizado a oferecer um projeto particular para uma dada organização em um dado momento do tempo, sem a garantia de que a metodologia proposta e/ou o sistema desenvolvido viessem a ter continuidade ao longo do tempo. Isso também implicou um significativo esforço por parte do Seade — atuando num conjunto muito diversificado de temas — sem necessariamente conseguir dar continuidade, em função das próprias vicissitudes da política pública, inclusive as derivadas da transição entre gestores de uma organização contratante, acarretando uma eventual redução da prioridade atribuída ao sistema desenvolvido.

De todo modo, o saldo da experiência da organização no desenvolvimento de projetos dessa natureza deve ser considerado muito positivo. As competências organizacionais na área de sistemas de construção de indicadores cresceram. Vários dos indicadores desenvolvidos passaram a alimentar sistemas de informação próprios do Seade, como o IMP. E alguns sistemas foram incorporados ao acervo da organização – com o Painel das Profissões. Atualmente, a competência do Seade na área é claramente reconhecida, sendo frequentemente demandada. Nos últimos dois anos, por exemplo, podemos destacar os sistemas desenvolvidos para o Detran, Secretaria de Educação (através da FDE) e Secretaria de Energia.

Em segundo lugar, a organização passou também a se engajar de forma mais direta em atividades de monitoramento, realizando pesquisas amostrais por encomenda mobilizadas com o objetivo de apoiar políticas ou programas específicos. Oferecidos na forma de estudos, e apoiados em geral em pesquisas de campo, trabalhos dessa natureza foram realizados em diferentes áreas, incluindo sensação de segurança, saúde profissional, vitimização, nível de atividade de micro e pequenas empresas, políticas de remuneração de determinadas carreiras, etc.

Via de regra, tais estudos eram requeridos porque não existiam sistemas de indicadores específicos de apoio à política em questão no âmbito do tema em tela.

Alguns deles se beneficiaram da pesquisa contínua realizada no âmbito da PED, através da inclusão de um suplemento específico relacionado ao tema. Outros envolveram levantamentos amostrais específicos, inclusive com o emprego de diferentes instrumentos de coleta: entrevistas domiciliares; entrevistas em equipamentos públicos; entrevistas telefônicas; e, mais recentemente, pesquisas pela internet.

Esse esforço também contribuiu para a ampliação temática dos conteúdos cobertos pela organização, bem como para o aprendizado sobre a política pública em questão. Outro ganho foi a sofisticação e ampliação das abordagens de coleta de dados. Mas, também nesse caso, a contratação por projetos implicou descontinuidades e fragmentação na produção de informação.

Finalmente, o Seade foi mobilizado pelo governo do Estado a produzir estudos relacionados ao impacto de programas específicos. Em geral, tais estudos são bastante exigentes em termos metodológicos, sobretudo quando baseados em modelos experimentais ou semiexperimentais. Tais modelos requerem, em geral, levantamentos amostrais em pontos diferentes do tempo referidos a amostras divididas entre grupos de tratamento e controle. Até 2010, o Seade tinha se engajado em projetos dessa natureza em estudos voltadas para as áreas de educação e transportes, sobretudo. Mais recentemente, passou também a apoiar a Secretaria de Planejamento na avaliação de cinco programas diferentes de interesse do Estado nas áreas de ensino profissionalizante, assistência social e atendimento ao cidadão.

Esses estudos têm um escopo mais complexo, demandando forte especialização técnica e grande engajamento do grupo técnico com o time gestor do programa em questão. Dada a natureza da metodologia, dificuldades operacionais importantes podem se apresentar relacionadas à coordenação da execução da avaliação com a implementação da política propriamente dita (por exemplo garantindo a seleção de um grupo de controle adequado) ou devido a outras dificuldades como as colocadas pelo momento de execução do programa, ou ainda pelo tamanho das amostras requeridas. Por sua própria natureza, são estudos mais esporádicos, mas de grande relevância, e a organização tem respondido ao desafio de se capacitar para desenvolvê-los.

Todos esses aspectos indicam que o Seade no período recente não apenas produziu indicadores de forma tradicional – seguindo as práticas acordadas na esfera dos sistemas nacionais de estatísticas – mas se engajou ativamente no processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas no âmbito do Estado, recorrendo a diferentes estratégias metodológicas. Ocorre, porém, que o tema de monitoramento e avaliação ainda não foi plenamente institucionalizado no âmbito da administração pública brasileira, no que pese diferentes iniciativas do gênero. Com isso, apesar dos importantes ganhos metodológicos e analíticos realizados pela organização, nem sempre o esforço de construção de sistemas específicos ou de estudos na área de monitoramento e avaliação puderam ter continuidade.

Nesse sentido, o principal desafio da organização nesse campo diz respeito ao engajamento com o restante do governo com vistas à institucionalização do papel do Seade nessa área. E oportunidades relevantes têm surgido nessa direção. Por exemplo, a Secretaria de Planejamento passou recentemente a demandar uma contribuição da organização para o projeto Orçamento por Resultados (OpR), que visa exatamente associar a prática orçamentária a indicadores objetivos de gestão. Caso esse projeto prossiga ao longo do tempo, com os sistemas e indicadores propostos sendo implementados e acompanhados permanentemente, ele poderá contribuir de forma importante para institucionalizar um efetivo sistema de monitoramento e avaliação do Estado de São Paulo, contando com o apoio permanente da Fundação Seade.

HAROLDO DA GAMA TORRES é diretor adjunto de Análise e Disseminação de Informações/Fundação Seade.

2000

**AVALIAÇÃO
EXTERNA
DO PROJETO
TELESSALAS**

Para viabilizar, em dois anos, a implantação, montagem e manutenção de três mil novas telessalas do Telecurso 2000 no país, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) solicitou ao Seade uma série de estudos sobre o ensino supletivo no Brasil e análise das características do público atendido por esse programa. Dirigido a trabalhadores brasileiros que interromperam ou ficaram excluídos do processo educativo, esse programa é desenvolvido em convênio com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Fiesp. Foram elaboradas avaliações sobre o foco da demanda – perfil e tendências do mercado local e regional, perfil e necessidades da população versus as ações previstas – e do atendimento da população alvo – perfil educacional e inserção profissional dos alunos, contraposto ao perfil da força de trabalho local.

2003

**AVALIAÇÃO
DO PROGRAMA
JOVEM CIDADÃO –
MEU PRIMEIRO
TRABALHO**

Restrito a estudantes de ensino médio da Região Metropolitana e das cidades de Campinas, Piracicaba, São José dos Campos e Santos, com idade entre 16 e 21 anos, regularmente matriculados e com frequência efetiva no ensino médio da rede pública estadual, o programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho, coordenado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, objetivou oferecer a jovens a oportunidade de inserção no mercado de trabalho por meio de estágio remunerado em empresas e entidades sem fins lucrativos. O Seade colaborou na sua avaliação a partir de duas linhas de trabalho: a primeira, no plano da implementação do programa, pela identificação de mecanismos que dificultassem ou impedissem sua execução, e a segunda no

plano do desempenho na realização dos objetivos e metas propostas para o programa, pela aferição dos resultados e efeitos alcançados.

2004

**PROGRAMA DE
AVALIAÇÃO E
APRIMORAMENTO
DA POLÍTICA
SOCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Com o apoio do BID, a Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social estruturou um conjunto de ações articuladas que visavam, primordialmente, promover o desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo. De forma a atender necessidades de diagnóstico das condições sociais e de acompanhamento dos programas/projetos de assistência implementados nos municípios, o

Seade produziu um conjunto de dados e indicadores socioeconômicos e demográficos, selecionados a partir dos grupos de população-alvo do Programa Estadual de Proteção Social. Também foi elaborado o Perfil Regional e dos municípios que compõem cada unidade regional de assistência e desenvolvimento social, com base em dados e indicadores socioeconômicos e demográficos, com o intuito de subsidiar a elaboração pelos técnicos regionais e municipais dos Planos Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (PMAS).

2004

**AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA
DE CULTURA E
CIDADANIA PARA A
INCLUSÃO SOCIAL
(PCCIS): FÁBRICAS
DE CULTURA**

Com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens vivendo em áreas de maior vulnerabilidade à violência do município de São Paulo, por meio da implantação do Programa de Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura, a Secretaria da Cultura, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estabeleceu convênio com o Seade para o desenvolvimento do

sistema de acompanhamento e avaliação do programa de Cultura e Cidadania.

A diversidade de atores envolvidos, a estratégia de articular ações para a promoção cultural em distritos paulistanos previamente escolhidos e a implantação de equipamentos próprios para execução de atividades culturais requereram o desenvolvimento de diferentes instrumentos de acompanhamento e avaliação, capazes de minimizar problemas e identificar fatores que favoreçam o sucesso da intervenção.

A colaboração do Seade se deu, entre outras atividades, na utilização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) para orientar a escolha das áreas de intervenção do programa; realização da Pesquisa de Condições de Vida em 2.600 domicílios, localizados nos nove distritos do município de São Paulo em que o programa seria inicialmente implementado; desenho e construção da base única de dados sobre beneficiários, entidades sociais sem fins lucrativos e arte-educadores; e manutenção da base de dados e capacitação dos profissionais responsáveis pela alimentação dessa base.

2005

**INDICADORES
SOCIAIS
DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

O acompanhamento dos fenômenos sociais e do impacto de políticas públicas é decisivo para dar suporte ao desenho de um padrão de atuação do Estado adequado às necessidades mutáveis da população. Essa preocupação motivou a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Regional, em parceria com o Seade, a investigar os avanços conquistados e os desafios que ainda precisam ser superados para que a sociedade paulista atinja padrões de bem-estar social. Foi selecionado e analisado um conjunto de indicadores sociais, desde 1997, buscando identificar se ao expressivo au-

mento dos gastos sociais do governo do Estado de São Paulo correspondeu a melhoria da maior parte dos indicadores de condições de vida.

2005

**PAINEL
SITUACIONAL
PAULISTA,
GOVERNANÇA
MUNICIPAL E
INDICADORES
MUNICIPAIS DE
ACOMPANHAMENTO**

Na perspectiva de dotar a Secretaria da Casa Civil de instrumentos e ferramentas para monitoramento do esforço governamental, segundo uma visão estratégica do seu papel e da sua atuação, foram desenvolvidos pelo Seade diversos produtos e serviços técnicos destinados ao acompanhamento dos seus programas, projetos e atividades. Para agilizar o processo de coleta e disponibilização de informações sobre as ações governamentais foi desen-

volvido um sistema web de entrada e consulta de dados sobre as realizações desenvolvidas nos principais programas públicos pelas Secretarias de Estado. Como forma de mensurar o desempenho das ações e programas do governo estadual foi implementado o Mapa Estratégico da Ação Governamental, instrumento gráfico de visualização e avaliação das dependências, implicações e relacionamentos entre os diversos programas públicos, o que contribuiu para o aperfeiçoamento da gestão estratégica de governo. Para a avaliação da implantação do Projeto-Piloto da Governança Municipal foi desenvolvido um marco metodológico com o objetivo de captar as percepções de mudanças ocorridas com a sua implantação no âmbito da gestão municipal. No que diz respeito à governança municipal foram desenvolvidos indicadores e informações que visam avaliar e caracterizar a situação socioeconômica dos municípios do Estado de São Paulo divididos em dois conjuntos distintos:

Indicador de Governança Municipal (IGM), que visa avaliar a capacidade de gestão da administração dos municípios, e Indicador de Potencial de Desenvolvimento Municipal (IPDM), que procura dimensionar o potencial de recursos existentes nos municípios para atender a população, em especial os serviços e a infraestrutura instalada.

2005

**GESTÃO,
MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DO
PROGRAMA ESCOLA
DA FAMÍLIA**

Implantado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e Secretaria da Educação em agosto de 2003, o Programa Escola da Família mantém, como principal estratégia, a abertura das escolas públicas aos finais de semana para realização de atividades de esporte, cultura e lazer, entre outras, destinadas à comunidade local e apoiadas por agentes do programa e voluntários.

Dada a complexidade dos propósitos definidos e, sobretudo, da amplitude dos objetivos aos quais se vinculam, o Seade foi contratado para identificar as evidências dos efeitos desse programa e dispor essas informações num sistema informatizado de gestão, monitoramento e avaliação destinado a divulgar os resultados do Programa Escola da Família.

Para tanto, foram definidos indicadores de gestão e monitoramento de suas ações a partir de dois conjuntos de informações: o primeiro, formado com base nos dados disponíveis na Secretaria da Educação, referentes aos programas Escola da Família e Segurança nas Escolas, com complementação de dados do Censo Escolar e daqueles captados pelo Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo); o segundo, que permite indicar a demanda por serviços educacionais e o nível socioeconômico dos municípios paulistas a partir das bases de da-

dos disponíveis no Seade, tais como projeções populacionais por faixa etária, Índice Paulista de Responsabilidade Social e Índice Paulista de Vulnerabilidade.

Para avaliar a percepção dos principais agentes do Programa Escola da Família quanto às suas repercussões no cotidiano escolar e na redução de situações de violência, foi realizada pesquisa primária obtida por meio de entrevistas com parceiros institucionais (representantes da Unesco, Instituto Ayrton Sena, Faça Parte e instituições privadas de ensino) e agentes do programa para investigação de suas percepções quanto aos efeitos e expectativas futuras em relação ao programa Escola da Família.

Em 2009, o Seade retomou o trabalho de avaliação do programa por meio de uma coleta quantitativa sobre os seus efeitos junto ao público estudantil e segundo diferentes contextos socioeconômicos do Estado de São Paulo. Dessa vez, adotou-se uma opção metodológica de investigação próxima ao modelo quase-experimental que permite analisar os efeitos do programa mediante a comparação entre públicos com características semelhantes, mas em condições diversas quanto ao acesso aos benefícios de um programa.

2006

**AVALIAÇÃO DOS
IMPACTOS DO
PROGRAMA RENDA
CIDADÃ NA REGIÃO
METROPOLITANA DE
SÃO PAULO**

Para prover a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de subsídios para avaliação do Programa Renda Cidadã, no âmbito do Projeto Avaliação e Aprimoramento da Política Social no Estado de São Paulo, foram analisados os dados da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) sobre o acesso a programas sociais focalizados, implementados nos anos 90, com o propósito de assistir segmentos sociais em situação de pobreza e de extrema pobreza.

2006

**ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO
DOS SERVIÇOS DE
PROTEÇÃO SOCIAL**

A necessidade de dispor de padrões técnicos para acompanhar e planejar a execução dos serviços de proteção social básica e especial, realizados, sobretudo, mediante a celebração de convênios com organizações sociais, e em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social e a Política

Nacional de Assistência Social, levou a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo à ampliação de projeto de revisão e atualização do Sistema de Vigilância, Monitoramento e Avaliação dos Serviços – Sivimas. O Seade foi contratado para o desenvolvimento de instrumentos de registro, armazenamento e recuperação de informações e de indicadores destinados a gestão, monitoramento e avaliação das unidades de serviço de assistência e desenvolvimento social sob a responsabilidade dessa secretaria.

2006

**AVALIAÇÃO DOS
INDICADORES
DE PROGRAMAS
SOCIAIS DO PLANO
PLURIANUAL**

Para aprimorar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) e seus instrumentos de acompanhamento, a Secretaria de Planejamento e do Desenvolvimento Regional tem solicitado serviços ao Seade. Inicialmente, com vistas ao aprimoramento da qualidade e aplicabilidade dos indicadores até então utilizados para o acompanhamento do

PPA 2004/07, foi desenvolvida uma metodologia de padronização dos critérios de definição e construção desses indicadores a ser disseminada na forma de um manual de instruções dirigidas aos gestores dos programas do PPA. Para o PPA 2008/11 os serviços incluíram: assessoramento aos gerentes dos programas do PPA na definição dos indicadores de avaliação destes programas,

em conjunto com a SEP; estabelecimento de critérios específicos para elaboração de indicadores de acompanhamento e avaliação de programas-meio e finalísticos; avaliação e documentação do processo de trabalho adotado na elaboração do PPA.

2007

IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO DOS PROGRAMAS RENDA CIDADÃ E AÇÃO JOVEM E DESENVOLVIMENTO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS

O Seade desenvolveu estudos e modelos estatísticos para identificar e localizar georreferenciadamente a população-alvo dos programas Renda Cidadã e Ação Jovem. Foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade Social Familiar, permitindo classificar as famílias residentes no Estado de São Paulo segundo grau de vulnerabilidade social, passível de atualização regular por meio de coletas domiciliares de dados.

2007

MONITORAMENTO E PLANEJAMENTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIM-ESCOLAS

A igualdade de oportunidades e a qualidade da educação – desafios da atual política educacional – levaram a Secretaria Estadual da Educação a solicitar ao Seade a constituição de um sistema de indicadores que considerasse tanto a dimensão intraescolar como a extraescolar, propiciando um recurso importante para que os gestores educacionais pudessem definir de forma mais objetiva as ações prioritárias, aproximando-as das

demandas e necessidades específicas de cada comunidade escolar.

O SIM-Escolas organiza via web informações originárias da Secretaria da Educação que nem sempre se encontram sistema-

tizadas e não necessariamente disponibilizadas para a sociedade em geral. Em contrapartida, o Seade aporta informações e metodologia que possibilitam caracterizar o território paulista em sua diversidade de condições socioeconômicas.

Essas diferentes fontes permitiram ampliar o conhecimento sobre os fatores que influenciam o desempenho das escolas pela introdução de uma metodologia inovadora de classificação das áreas de abrangência das escolas estaduais para o Estado de São Paulo, segundo perfis socioeconômicos e demográficos da população residente.

2009–2014

**SUBSÍDIOS
E AVALIAÇÃO
DO PLANO
HABITACIONAL
E URBANO
DE SÃO PAULO**

Mediante produção, tratamento e análise de dados de interesse ao desenvolvimento e implementação da política de habitação de interesse social do Estado de São Paulo, o Seade colabora com a CDHU, e mais particularmente dando suporte à elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social para o Estado de São Paulo (Pehis) 2010-2023. Os estudos abrangem diversos enfoques e metodologias, como

estabelecimento de um recorte territorial apropriado à Política Habitacional, que considere a heterogeneidade espacial do Estado de São Paulo do ponto de vista socioeconômico e da rede urbana frente às necessidades habitacionais; a obtenção de dados e informações sobre habitação popular a partir das perspectiva dos municípios para estabelecer tendências sobre a evolução das condições habitacionais e planejar intervenções; o estabelecimento de linhas de ação, prioridades e metas públicas no setor de habitação popular, a partir do cálculo e qualificação das necessidades habitacionais do Estado de São Paulo; definição de metodologia

para monitoramento e avaliação da execução do Plano Habitacional, visando ao seu aprimoramento e permitindo à sociedade e suas instâncias de representação (Conselhos instituídos, instâncias do poder legislativo, etc.) pleno acesso às informações sobre a execução das ações.

2012

**IMPACTO DE
PROGRAMAS
PÚBLICOS**

Com o objetivo de tornar endógeno às organizações públicas o processo de avaliação de impacto, o Seade desenvolve o projeto de capacitação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional — SPDR — e de outros órgãos encarregados da execução de programas, visando subsidiar o processo de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas. O projeto é uma demanda da SPDR e já contou com a cooperação do Banco Mundial (Development Impact Evaluation Initiative – Dime) e do Itaú Social quanto à capacitação em avaliação de impactos de políticas públicas. Os programas Novo Detran, da SPDR, Via Rápida Emprego, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, e os cursos técnicos profissionalizantes do Centro Paula Souza estão sendo avaliados.

Mercado de trabalho

Mulher reduz diferença salarial

mulheres em São Paulo
reduziram a diferença salarial em relação aos homens em 2,5 pontos percentuais em 2012. Para homens, a taxa de desemprego ficou em 9,2%, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) com o apoio do Movimento Intersindical de Estudos e Pesquisas Econômicas (Mipe).

A taxa de desemprego das mulheres voltou a ser menor que a dos homens na região metropolitana de São Paulo, passando de 12,5% em 2011 para 9,2% em 2012, segundo pesquisa do Seade. Para os homens, a taxa de desemprego ficou em 9,2% no ano passado.

A taxa de desemprego das mulheres voltou a ser menor que a dos homens na região metropolitana de São Paulo, passando de 12,5% em 2011 para 9,2% em 2012, segundo pesquisa do Seade. Para os homens, a taxa de desemprego ficou em 9,2% no ano passado, segundo pesquisa do Seade. Para os homens, a taxa de desemprego ficou em 9,2% no ano passado, segundo pesquisa do Seade.

2ª gravidez de adolescente causou em 10 anos em São Paulo

me

Que...
...ões como...
...es de...
...entre...
...os relacionamentos...
...A menina tem...

Políticas públicas como alvo

Márcio Percival Alves Pinto

Assumi em 1987 o Seade, onde fui diretor-executivo até 1991, num cenário político novo e ao mesmo tempo em condições objetivas externas adversas para a consolidação e expansão da instituição: embora houvesse uma perspectiva otimista graças à abertura democrática, complicava-se o quadro econômico com a retomada da inflação e crescente achatamento salarial em geral.

Com a Constituição de 1988, onde foi desenhado um novo relacionamento entre as diferentes esferas de governo e no interior de cada um dos poderes, a autonomia administrativa e financeira das fundações ficou afetada, pois sua ação passou a depender de decisão centralizada do executivo paulista. A conjunção desses fatores colocou enormes desafios para a implantação do nosso plano de trabalho e as ações daí decorrentes. Ao mesmo tempo, as demandas da sociedade tinham mudado e era preciso valorizar o usuário de informações.

Com o apoio dos progressos da informática, foram desenhadas várias ações para intensificar a relação com os usuários, principalmente aqueles ligados à administração pública.

O incremento da capacidade de processamento de dados precisava ser buscado não só para diminuir a dependência mas também os custos com a prestação desses serviços em outras instituições. Essa diretriz conduzia a uma outra, fundamental: necessidade de capacitação e disseminação da área de informática e entre os funcionários.

Dadas as pressões de diversos segmentos organizados da sociedade e da administração pública por informações, era preciso rever conceitual e operacionalmente os sistemas de informações implantados até então no Seade. Ao mesmo tempo, era necessário adotar uma política mais dinâmica de publicações e divulgação das informações, análises e estudos especiais. Um dos corolários dessa política era o aumento das receitas próprias geradas a partir de serviços remunerados.

Do plano de metas, que era ambicioso mas necessário ao Seade daqueles tempos, nem tudo pôde ser feito. Com base na tradição competente de trabalho da área da informática, a definição e implantação do Plano Diretor de Informática (PDI) levou o Seade a patamares tecnológicos bastante elevados, colocando-o nos trilhos da terceira revolução tecnológica. Além da aglutinação do processamento dos inúmeros sistemas existentes na época em um Sistema Integrado de Base de Dados localizado na própria Fundação, a expansão e modernização do parque computacional possibilitou a disseminação da informática entre os funcionários e um rápido aprendizado dessas ferramentas pela criação de um Grupo de Treinamento em Informática. Para os padrões da época, a compra de um supermicro (Digirede/800), em dezembro de 1986, e de computadores pessoais, em 1988, permitiu mudar o patamar de administração do processamento de dados e também tornar a instituição independente dos serviços da Unicamp e da Prodesp.

No plano da produção do Seade, orientamos o trabalho para uma adequação dos sistemas de informações para a realização de diagnósticos socioeconômicos capazes de identificar e alavancar políticas públicas. Para efetuar com maior intensidade as análises, principalmente as setoriais, convidamos professores universitários que auxiliassem na concepção e implementação desses projetos e ao mesmo tempo estimulamos o quadro técnico a procurar formação complementar em cursos de pós-graduação para a obtenção de mestrado e doutorado. Esses estudos diagnosticaram diversos processos em curso no Estado de São Paulo, tais como refluxo do processo migratório dos grandes centros para o interior; desenvolvimento de polos tecnológicos no interior, sobretudo em Campinas e em São José dos Campos; expansão da malha viária colada à mudança e evolução da economia paulista; dificuldades orçamentárias das prefeituras para arcarem com o processo de urbanização; precarização das relações de trabalho, desvalorização do salário real e aumento do subemprego.

Apesar do planejamento do setor público no período do auge do neoliberalismo dos anos 90 ter perdido o prestígio, nossa preocupação foi produzir estudos e pesquisas que subsidiassem a formulação de políticas públicas. Nessa direção, importantes processos em curso na sociedade foram estudados pelo Seade: O jovem na Grande São Paulo, focalizando as condições de vida da população de até 20 anos; O Idoso na Grande São Paulo, estudo pioneiro que já indicava o aumento proporcional dessa faixa etária para o início do século XXI; Retrato da Violência contra a Mulher, que não só traçou o perfil das vítimas da violência como fundamentou a expansão do número de delegacias especiais da mulher pelo Estado de São Paulo; concepção e desenvolvimento da metodologia da Pes-

quisa de Condições de Vida, cuja preocupação maior era conceber a pesquisa como instrumento de ação do setor público e por isso partiu de um novo entendimento sobre pobreza, ou seja, decorrente não só da renda mas de um somatório de carências, tais como moradia, educação, saúde e mercado de trabalho.

Esse período profícuo em estudos analíticos propiciou uma retomada significativa de publicações, não só pela recuperação da periodicidade de antigas publicações, tais como *Anuário Estatístico*, *Perfil Municipal*, *Relação de Nomes e Cargos e Endereços*, reformulação do projeto gráfico da revista *São Paulo em Perspectiva*, como também pela criação de várias outras publicações: a Coleção Economia Paulista – que divulgou o estudo *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo*, *A Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional* –, *São Paulo em Conjuntura*, *Indicadores Demográficos e Informe Demográfico* e os já referidos estudos sobre idosos e jovens. Assim o Seade pôde participar do processo de formulação de políticas públicas através de diagnósticos e análises e até mesmo de proposições, contribuindo de forma decisiva para melhorar a qualidade de vida do brasileiro e em especial do paulista.

MÁRCIO PERCIVAL ALVES PINTO foi diretor-executivo da Fundação Seade no período de 1987-91.

Programa Escola da Família

Ana Maria Stuginsk

Abrindo os espaços escolares em aproximadamente 2.300 escolas da rede estadual, em 612 municípios do estado de São Paulo, aos sábados e domingos, com atividades em seus quatro eixos – Cultura, Trabalho, Esporte e Saúde –, o Programa Escola da Família favorece a participação ativa da comunidade intra e extraescolar, a parceria com o setor privado, a expressiva adesão de voluntários (hoje cerca de 12 mil), a apropriação do espaço físico escolar com responsabilidade e o fortalecimento do vínculo familiar com a escola.

Essa iniciativa do Governo do Estado de São Paulo é realizada pela Secretaria da Educação contando com a participação das comunidades paulistas em oficinas culturais, de esporte, de saúde e de trabalho. São essas ações que promovem a convivência, podendo os pares praticar a solidariedade e a tolerância, manifestando assim o sentimento de cooperação que aponta para o bem coletivo.

Tal contexto vai se desenhando por meio de formações que respondem aos diagnósticos das demandas locais, articulado por uma estrutura que compreende:

- uma Coordenação Geral, gerida pela Secretaria da Educação e pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE);
- as Coordenações Regionais, por meio das 91 Diretorias de Ensino, onde atuam o Dirigente de Ensino, um Supervisor de Ensino e um Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico – Projetos Especiais (PCNP);
- as Coordenações Locais, por meio das Unidades Escolares, que são compostas por um Gestor, um Educador Profissional ou um Vice-Diretor, os Educadores Universitários e os Voluntários.

Esses dois últimos grupos protagonizam projetos que são fundamentais para o atendimento das expectativas e das especificidades das comunidades locais.

Com essa linha de atuação, os referidos atores avigoram o espírito de cooperação, avizinhandando-se desse público com desenvolvimento de projetos que dão respostas positivas à inclusão, princípio maior do Programa, e contribuam para intensificar sentimentos e valores como solidariedade, respeito, rejeição à violência, assegurando sua presença nesses espaços abertos.

Ao longo de dez anos, o Programa Escola da Família valeu-se das avaliações externas do Seade – de 2005 a 2006 e de 2007 a 2009 –, cujos produtos averiguados têm apontado indicadores e resultados que fundamentam os planejamentos deste Programa. A ação conjunta do Programa Escola da Família com o Seade soma esforços para que, cada vez mais, o aprimoramento das atividades do primeiro seja fundamentado em análise e estudos científicos, cuidadosamente tratados pelo último.

A avaliação do Seade trouxe importantes indicadores que contribuíram para o replanejamento do Programa Escola da Família, com vistas à execução de novas ações e implementação das

já existentes, podendo assim oferecer um norte aos gestores do Programa, nas esferas das Coordenações Geral, Regional e Local.

Delineamento da pesquisa:

- Público-alvo: 16 mil estudantes de escolas com e sem o Programa, sendo 339 escolas sem e 340 escolas com.
- Aspectos pesquisados: comportamento estudantil com relação ao senso de pertencimento, relacionamento interpessoal, conflitos, ampliação de horizontes culturais e preservação do patrimônio.
- Para os aspectos citados e necessitados de intervenção, a Seade propôs:
 - participar do planejamento da semana letiva, com base nos resultados desta pesquisa, para replanejamento das atividades;
 - integrar a semana letiva com o final de semana;
 - favorecer a interação da comunidade com a organização e transformação dos espaços da escola e entorno;
 - ampliar o conhecimento acerca dos desafios sociais existentes nas regiões, bem como identificar a causa desses.
- O Programa em números quanto ao público: frequente, esporádico, deixaram de frequentar e nunca frequentaram.
- Grau de satisfação com o Programa. Razões de insatisfação.

A amostra pesquisada colaborou, e muito, para que o Programa corrigisse rumos e lançasse novos desafios e metas. Além disso, trouxe aos educadores envolvidos a possibilidade de avaliar e redimensionar a própria prática.

Dessa forma, ações e estratégias revisitadas com novos paradigmas auxiliam na preservação dos princípios do Programa, já apontados, cuja existência cumulativa vai formando comunida-

des estáveis e harmoniosas, que tendem à cooperação, ao respeito e à busca de soluções para o bem comum. É assim que se pretende o Programa Escola da Família: colaboração intensa e primordial para que o Estado ocupe o seu espaço com presença fortalecida.

ANA MARIA STUGINSK é Coordenadora do Programa Escola da Família/ Fundação do Desenvolvimento Educacional – FDE.

A estratégia multimétodos para o Programa Estadual de Qualificação Profissional

Paulo Jannuzzi

Alexandre Loloian

Vivaldo Luiz Conti

Em círculos técnicos da administração pública afirma-se que não é por falta de estudos e diagnósticos que os programas sociais não conseguem alcançar os resultados e impactos esperados. Acontece que muitos desses trabalhos são, na prática, diagnósticos descritivos bastante gerais, aplicáveis a diferentes programas sociais, com contribuições certamente relevantes, mas desprovidas de informações mais particulares e “customizadas” para formatação de ações públicas mais dirigidas, no grau que se requer atualmente.

No campo da formulação e aprimoramento de programas de qualificação profissional, esse quadro de limitações e parcialidade dos diagnósticos não é diferente. A efetividade de programas de qualificação depende – ademais da evolução favorável do emprego – de um desenho apropriado de seus componentes. Em primeiro lugar, é preciso ter clareza sobre quem é o público-alvo do programa, quantos são, como são, onde estão. Além disso, levar à prática esses programas envolve a especificação de cursos adaptados não apenas às características de um público-alvo com elevado déficit de escolaridade básica, mas também

à capacidade de sua absorção no mercado de trabalho local. A gestão descentralizada do programa é uma imposição para alcançar melhores ajustes entre procura e oferta de qualificação, e requer mecanismos de coordenação e monitoramento bastante sofisticados.

Tais dificuldades foram reconhecidas pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) no início de 2007, ao procurar a Fundação Seade para produzir subsídios para o redesenho do Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), bem como para o desenvolvimento de instrumentos de apoio à sua implementação e gestão nos anos seguintes.

A elaboração do diagnóstico para formulação e acompanhamento do PEQ envolveu a utilização de diferentes abordagens metodológicas de pesquisa e organização de dados. Cada abordagem contribuiu com um conjunto de informações específico e complementar às demais, delineando um mosaico informacional abrangente para a Secretaria.

O primeiro instrumento consistiu na produção do Boletim Foco: Análises Regionais do Mercado de Trabalho. Procurou-se entender o comportamento recente da dinâmica demográfica, da estrutura econômica, do mercado de trabalho e da evolução das ocupações predominantes nas regiões e municípios paulistas. Esse trabalho permitiu dimensionar, para cada município e região, a pressão de ingresso de jovens no mercado de trabalho, as atividades econômicas predominantes e investimentos previstos, além das ocupações mais dinâmicas e absorvedoras da mão de obra paulista, pelo menos aquela empregada no mercado celetista e estatutário.

Essas análises constituíram um primeiro diagnóstico aproximativo e contextual para o programa e serviram para orientar a organização da base de informações, que passou a ser

periodicamente atualizada em um sistema de informações denominado SIM-Trabalho (Sistema de Informações Municipais sobre Trabalho, Ocupações e Qualificação). Por meio do conjunto de tabelas e gráficos disponibilizados pelo sistema se possibilitava acompanhar o crescimento da população e da força de trabalho, da expansão ou retração de vagas e ocupações específicas e a estrutura e o dinamismo da produção econômica local e regional.

Além de dados disponíveis nos Boletins Foco, em escala municipal, o sistema também reunia os relatórios das pesquisas primárias junto às prefeituras para caracterização da estrutura de gestão e das ações de geração de emprego, trabalho, renda e qualificação profissional em cada município, além de relatórios de acompanhamento dos principais programas da Secretaria.

Identificado o público-alvo do programa e seu perfil, mapeadas as localidades e setores de atividade econômica mais dinâmicos – que apontam os gargalos de mão de obra qualificada – e levantadas as ocupações em situação de maior vulnerabilidade ao desemprego, era preciso avaliar a capacidade e experiências de gestão municipal de programas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Para esse propósito foi realizada a Pesquisa Municipal de Qualificação, junto aos 645 municípios paulistas, em que se investigou, entre outros aspectos, a existência de Comissão Municipal de Emprego, de local de atendimento a trabalhadores e empresas que recorrem ao sistema público de emprego, a oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional e seus públicos-alvo, além dos tipos de entidades executoras e os procedimentos de encaminhamento dos participantes dos cursos ao mercado de trabalho.

As peças finais para encaixar no quebra-cabeça do diagnóstico do programa de qualificação profissional vieram das Oficinas

Técnicas de Prospecção de Demandas Regionais de Qualificação em municípios-polo no Estado, organizadas e conduzidas pela Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam) com apoio de técnicos das prefeituras.

O uso integrado das diversas informações produzidas permitiu a identificação de cerca de 170 cursos de qualificação – num universo de 900 possibilidades –, dos quais foram apontados 40 prioritários, em boa parte relacionados com ocupações cujas exigências de qualificação profissional são básicas. Ademais, diante da baixa escolaridade da população adulta, seria desejável, ao tê-la como público preferencial, avaliar a possibilidade de acoplar a esses cursos, além de conhecimentos de habilidades específicas, a oferta de noções básicas de português e aritmética.

A efetividade de programas sociais depende de um conjunto muito extenso e variado de fatores e atores intervenientes, mas a disponibilidade de diagnósticos “customizados” e específicos pode potencializar as chances de seu sucesso.

A produção do diagnóstico do PEQ pela Fundação Seade, com múltiplas estratégias de levantamento e organização de informações, é uma boa prática a ser rememorada nesta oportunidade.

PAULO JANNUZZI é Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ex-analista da Fundação Seade.
ALEXANDRE LOLOIAN é Analista Senior da Fundação Seade.
VIVALDO LUIZ CONTI é Superintendente de Tecnologia da Informação – Sutin/Fundação Seade.

**METODOLOGIA
E INSTRUMENTOS
PARA A CONSTRUÇÃO
DE INDICADORES**

Construindo indicadores para as políticas públicas

Bernadete Cunha Waldvogel

Maria Paula Ferreira

O uso dos indicadores, sobretudo os de natureza social, está intrinsecamente associado à consolidação das atividades de planejamento público como instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. No processo de tomada de “decisão baseado em evidências”, considera-se que a apropriação de indicadores e informações estatísticas pelo gestor público acarretaria maior eficiência e rapidez na tomada de decisão, e consequentemente, a melhoria dos processos de planejamento e avaliação.

No Brasil esse processo foi impulsionado pela descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do planejamento público em âmbito local adotada pela Constituição de 1988, que promoveu a demanda por informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas municipais. Também contribuíram para esse aumento o acesso mais fácil às informações potencializado pelas novas ferramentas informacionais e a popularização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocorrida a partir dos anos 2000, que permite medir e comparar o nível de desenvolvimento e a quali-

dade de vida em um país com o uso de informações sintéticas que não apenas a renda dos seus habitantes.

Isso tudo colocou novos desafios tanto do ponto de vista institucional quanto metodológico para as instituições produtoras de estatísticas. Na medida em que um indicador passa a ser adotado pelo administrador público como ferramenta para avaliação de políticas públicas, novos dilemas se colocam: como avaliar transformações de curto prazo típicas das políticas públicas, ou ainda como medir os esforços realizados e os seus resultados.

Em outros termos, até que ponto um indicador reflete efetivamente o que foi realizado pela política de uma dada administração, ou, antes, mede o esforço e o processo contínuo de transformação social ao longo de várias gerações? Em se tratando de indicadores de “esforço”, estes são ainda pouco desenvolvidos e suscitam controvérsias relevantes quanto aos modelos adotados e seus significados. De toda forma, há um conjunto de indicadores, sobretudo os chamados de “resultado”, que ganharam certo consenso e tendem a se consolidar do ponto de vista metodológico, como os de mortalidade infantil e esperança de vida.

Desde o início de suas atividades, o Seade produz indicadores sociodemográficos construídos a partir de coleta de informações e da organização de bases de dados secundários. Por responder pela produção do Sistema de Estatísticas Vitais de São Paulo com base na Pesquisa Mensal de Eventos Vitais, dispõe de um rico acervo de estatísticas vitais – casamentos, nascidos vivos, nascidos mortos, óbitos gerais e óbitos infantis – que permitem desagregações para todos os municípios paulistas e distritos da capital.

O conhecimento adquirido com a exploração e análise de registros administrativos, mais as informações resultantes dos Censos Demográficos, resultou no desenvolvimento de metodologias próprias de construção de indicadores demográficos e

específicos de determinadas necessidades dos diversos setores de planejamento e de projeções populacionais para o Estado, regiões, municípios e pequenas áreas.

É esse conjunto de dados demográficos que permite calcular a maior parte dos indicadores de base territorial na forma de taxas (natalidade, morbidade, mortalidade, cobertura, etc.), pois deles se extraem os denominadores que serão usados na construção dessas taxas, que dão origem aos indicadores mais simples e também aos mais complexos, como a esperança de vida ao nascer e o número médio de filhos por mulher, para citar apenas dois deles.

No planejamento das áreas de saúde, habitação, saneamento, educação, segurança e transporte, esses indicadores têm sido fundamentais sobretudo para o dimensionamento de segmentos específicos da população, como população idosa, população em idade escolar, população em idade ativa, população infantil, população feminina, etc.

A tradição de São Paulo na produção de estatísticas vitais e de indicadores demográficos contribuiu para a participação relevante do Seade no Sistema Nacional de Estatísticas Vitais do IBGE e do Ministério da Saúde, por ser a única instituição no âmbito nacional a produzir a base de dados de nascimentos e óbitos do Estado de São Paulo.

A partir de 2000, o uso de indicadores pelas políticas públicas se renova em função de novas e crescentes demandas de medir o avanço do desempenho da gestão pública, caracterizadas pela grande diversidade de usuários, de diferentes setores e de temas envolvidos, exigindo abordagens metodológicas mais complexas e sintonias mais finas de acordo com a finalidade desejada. A importância adquirida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na sociedade e na mídia conduz a Assembleia

Legislativa a demandar ao Seade a elaboração de um indicador para identificar o grau de desenvolvimento dos municípios paulistas, que suplantasse as limitações daquele índice. Essa a origem do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que, sendo um indicador sintético para níveis de municípios no mesmo paradigma do IDH, incorpora outras dimensões necessárias à mensuração das condições de vida.

A primeira e mais importante consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o padrão de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, fundamental para o desenho de políticas públicas específicas para áreas com diferentes níveis e padrões de desenvolvimento. Em segundo lugar, incluíram-se, na medida do possível, variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida do município em períodos mais curtos que os dez anos que separam os censos demográficos, fonte específica de informações do IDH municipal. E, em terceiro, foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador robusto, passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e com a cobertura de todos os municípios do Estado. O IPRS é atualizado a cada dois anos.

O IPRS tem sido uma ferramenta importante e efetiva para fins de políticas públicas em municípios pequenos, mas tem limitada utilidade quando se trata de cidades grandes, pois informa pouco sobre as condições de vida da sua população, devido à grande desigualdade existente nessas metrópoles.

Mais apropriados para captar essas manifestações são os indicadores de natureza intramunicipais, com base em sua maior parte em resultados dos Censos Demográficos, como o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), também desenvolvido por solicitação da Assembleia Legislativa. Trata-se de uma tipologia que classifica os setores censitários do Estado segundo seu grau de vulnerabilidade à pobreza, expresso pela renda familiar e as características demográficas da população residente no setor.

Para atender objetivos essencialmente de gestão pública, na construção desses indicadores foram considerados as estatísticas disponíveis e os fenômenos recorrentes associados à identificação e localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

Mesmo sendo ferramentas importantes para a identificação espacial das condições de vida, os indicadores de natureza intramunicipal são de difícil reprodução dado que são praticamente inexistentes em períodos intercensitários. Informações desagregadas por distritos e bairros, disponíveis por setores censitários. Para superar essas dificuldades, o Seade procurou em alguns casos construir indicadores utilizando bases de dados mais atualizadas originárias de pesquisas amostrais passíveis de desagregações em nível de distritos. Ou ainda usando registros administrativos que, apesar da necessidade de se verificar a qualidade das informações por meio da exploração e consistência dos dados, apresentam a grande vantagem que é a possibilidade de reprodução do indicador em anos intercensitários.

BERNADETE CUNHA WALDVOGEL é gerente de Indicadores e Estudos Populacionais/GEPOP/Fundação Seade.

MARIA PAULA FERREIRA é gerente de Metodologia e Estatística/GEMET/Fundação Seade.

SP recebe uma população

Segundo Seade, são mais 668 mil pessoas que vêm para a capital trabalhar e estudar

São Paulo recebe todo dia um contingente igual ao número de moradores de São José dos Campos. São mais de 668 mil pessoas que chegam à capital para trabalhar, estudar ou ambos e elevam a população de 15 a 65 anos em 9%. Ao mesmo tempo, 96 mil trabalhadores e estudantes deixam a cidade, em direção a outros municípios.

A informação está numa compilação da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O estudo de mais de 90 páginas, chamado *São Paulo Outrora e Agora*, fica na forma escolhida pelo órgão - herdeiro da Repartição de Estatística e Arquivo de São Paulo, criada em março de 1892 - para comemorar a cidade nos 450 anos. "Com as estatísticas, a cidade se conhece melhor. É um instrumento de cidadania", observa a diretora-executiva da Seade, Felícia Reicher Macedo.

A estatística explica coisas como o do Engenheiro José Maria Garcia Mineiro, chefe do

SOCIEDADE. Mudança de tendência

Campinas é a região que mais recebe gente de fora

Diário de Notícias, 2000. São Paulo recebe 668 mil pessoas por dia para trabalhar, estudar ou ambos e elevam a população de 15 a 65 anos em 9%. Ao mesmo tempo, 96 mil trabalhadores e estudantes deixam a cidade, em direção a outros municípios. Campinas é a região que mais recebe gente de fora. São Paulo recebe 668 mil pessoas por dia para trabalhar, estudar ou ambos e elevam a população de 15 a 65 anos em 9%. Ao mesmo tempo, 96 mil trabalhadores e estudantes deixam a cidade, em direção a outros municípios.



PERIFERIA MAIS POPULOSA - taxa de crescimento anual (%)

São Paulo nos 450 anos

1978

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Desde o final do século XIX, a produção de indicadores demográficos é realizada para o Estado de São Paulo pelos antigos órgãos estaduais de estatística e, a partir de 1978, pelo Seade. A partir das estatísticas vitais

e das projeções populacionais que elabora, o Seade constrói indicadores sobre distribuição espacial da população e tendências da mortalidade por idade, sexo e causas de morte, da fecundidade e seu impacto na estrutura etária e no processo de envelhecimento populacional, da nupcialidade e dos fluxos migratórios. Entre os indicadores mais utilizados destacam-se os relacionados a mortalidade – infantil (neonatal, neonatal precoce, pós-neonatal), por causas violentas, AIDS e doenças transmissíveis –, esperança de vida, fecundidade por idade da mãe, gravidez na adolescência, idade média ao casar e saldos migratórios.

Além de comporem o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e o IVJ, os indicadores demográficos também constituem insumos importantes no dimensionamento de programas sociais e na elaboração do Plano Plurianual (PPA) do governo do Estado de São Paulo, bem como permitem a construção de indicadores específicos como os especialmente desenvolvidos para a área da saúde.

1980

PRODUTO INTERNO BRUTO

O Seade tem como atividade permanente desde o seu início a apuração anual do Produto Interno Bruto paulista. Essa atividade tinha como base de cálculo as tabulações especiais dos Censos Econômicos do IBGE

e uma metodologia desenvolvida em convênio pelo Ipea. Somente em 1996, quando os órgãos estaduais de estatística chamaram o IBGE a assumir a coordenação metodológica dos trabalhos, pôde-se compor uma metodologia única de estimativa do PIB estadual.

O resultado desse trabalho, que atualmente se concentra nas estimativas do PIB estadual paulista, com a participação das 27 unidades da Federação, é divulgado ao final do ano, apresentando índices dos Valores Adicionados setoriais, valores correntes e constantes do PIB, bem como a variação anual real. Paralelamente a essa cooperação técnica, o desenvolvimento e a divulgação da metodologia do PIB dos Municípios pelo IBGE, em 2000, permitiu a elaboração das estimativas do PIB dos 645 municípios do Estado de São Paulo a partir de rateio dos valores setoriais do PIB anual.

Como o cálculo das contas nacionais e regionais baseia-se em grande parte em pesquisas econômicas do IBGE, que apresentam defasagem de dois anos para serem consolidadas, o Seade, com parceria da Secretaria de Economia e Planejamento, desenvolveu metodologias de cálculos trimestrais do PIB apontando tendências mais prováveis da evolução da atividade econômica estadual, a exemplo do que é feito pelo IBGE para o Brasil. O PIB trimestral é atualizado a partir de informações sobre a variação da produção física do Estado, permitindo maior vinculação com a conjuntura econômica estadual. Inicialmente foram calculados valores preliminares para o período compreendido entre o 1o trimestre de 2001 e o 2o trimestre de 2004 e os primeiros resultados consolidados para o PIB trimestral do Estado de São Paulo foram divulgados em 2005.

A partir de 2008, o Seade introduziu mudanças metodológicas pela inserção de novos setores econômicos, estimativas trimestrais de valores e com o ajuste aos dados anuais.

Tendo em vista contribuir para os debates sobre conjuntura econômica brasileira, em 2010 o Seade desenvolveu metodologia de cálculo do PIB mensal. O PIB mensal marca uma nova etapa das estatísticas econômicas de São Paulo – é o primeiro Estado do país a contar com essa informação. Foi escolhido 2002 como

ano-base de início da série mensal para tornar a estimativa compatível e comparável com as contas regionais e nacional.

1985

PROJEÇÕES POPULACIONAIS

Uma das atividades mais relevantes do Seade para os gestores públicos são projeções populacionais que sinalizam mudanças de grande impacto no perfil de São Paulo, representando uma agenda demográfica de caráter único na história do Estado. Essas transformações têm consequências profundas no mercado de trabalho, bem como na composição da demanda por serviços públicos.

O Seade realiza mensalmente uma pesquisa nos Cartórios de Registro Civil de todos os municípios do Estado de São Paulo, coletando informações detalhadas sobre o registro legal dos eventos vitais – nascimentos, casamentos e óbitos. Esses dados, associados àqueles provenientes dos Censos Demográficos, possibilitam o acompanhamento contínuo da dinâmica demográfica paulista, de forma tanto agregada como desagregada por regiões e municípios.

Tal conjunto detalhado de informações habilita o Seade a aplicar o método dos componentes demográficos, processo analítico que destaca os papéis da fecundidade, mortalidade e migração no crescimento populacional, permitindo a construção de hipóteses de projeções mais seguras e eficazes.

Diversos projetos de planejamento governamental contaram com projeções populacionais regionais, municipais e para pequenas áreas a fim de caracterizar sua demanda por serviços públicos. Por exemplo, em 1987, 1997 e 2002, para o planejamento da demanda de saneamento básico da Sabesp foram realizados estudos da dinâmica demográfica paulista por meio da elaboração da projeção da população residente de domicílios ocupados,

vagos e de uso ocasional para todos os municípios paulistas. Em 1996, a Secretaria de Educação solicitou ao Seade as projeções da população em idade escolar e desagregadas por municípios segundo níveis de ensino. Para a Secretaria da Saúde, o Seade desenvolveu uma metodologia para estimar a população infantil, que leva em conta os dados do Sistema de Estatísticas e subsidia as organização das campanhas de vacinação e a estimativa das respectivas coberturas em cada município paulista. Entre 2008 e 2011, foram produzidas para a Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Paulo estimativas para a população do município, distritos e unidades territoriais intradistritais, por sexo e classes de idade, no período 2001-2010.

2000

NECESSIDADES HABITACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Com o objetivo de dar suporte às ações de planejamento habitacional do Governo do Estado de São Paulo, elaborou-se sob demanda da CDHU um diagnóstico das condições habitacionais com base nos dados da Pesquisa de Condições de Vida, realizada em 1998, em 73 municípios paulistas com mais de 50.000

habitantes. Em 2001, esse estudo permitiu o desenvolvimento de uma metodologia para a estimativa e qualificação do déficit, da demanda e das necessidades habitacionais de quase 80% da população urbana do Estado.

2000

ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL (IPRS)

No campo social, o IPRS constitui uma inovação. Criado em 2000, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), destinou-se a acompanhar a situação socioeconômica e o desempenho dos 645 municípios paulistas. Foi gerado a

partir de registros administrativos para possibilitar sua atualização bienal, o que ocorreu em 2006, quando foi produzida nova edição desse sistema de indicadores.

2002

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL (IVJ)

O IVJ foi concebido como sinalizador dos espaços das áreas com maiores riscos sociais para adolescentes e jovens a serem priorizadas na implementação de atividades culturais na cidade de São Paulo, no âmbito do projeto Fábricas de Cultura da Secretaria

Estadual de Cultura, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Embora inspirado por esse projeto, o indicador passou a ser de domínio público e tornou-se referência para ações públicas e privadas que tivessem como horizonte promover um crescente processo de pacificação e resgate da auto-estima de adolescentes e jovens. Calculado com dados referentes aos anos de 2000 e 2005, na construção do indicador foram considerados dois fatores: as estatísticas disponíveis e os fenômenos recorrentemente apontados como atuantes nos cenários de riscos juvenis. Inúmeros e complexos, três desses fenômenos merecem destaque: deficiências educacionais, mortes por homicídio e maternidade na adolescência.

2002

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPVS)

O IPVS, desenvolvido também em parceria com a Alesp, visou complementar o sistema de indicadores iniciado com o IPRS, ao mensurar a vulnerabilidade social no interior dos municípios paulistas. O IPVS permitiu identificar e localizar espacialmente

as áreas que abrigavam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza e contribuiu para a melhor focalização e o estabelecimento de prioridades das políticas públicas.

2004

**CONCESSÃO
DE ADICIONAL
DE LOCAL DE
EXERCÍCIO (ALE)**

Sem fontes de dados que disponibilizassem um conjunto de informações abrangentes para abarcar as dimensões previstas na lei de criação do Adicional de Local de Exercício (ALE), a concessão desse benefício pela Secretaria Estadual da Educação aos professores passou a ser distribuída de forma iso-

lada e distorcida. Escolas situadas em locais cujas características do entorno são muito diversas acabaram recebendo o benefício, em detrimento de outras que, apesar de estarem em locais ainda mais precários, deixavam de recebê-lo. Para identificar as escolas situadas em áreas caracterizadas por condições de precariedade urbana, que apresentem riscos à comunidade escolar ou que são de difícil acesso, o Seade propôs um indicador sintético que oriente a concessão do benefício estabelecendo critérios equânimes para todas as escolas beneficiadas pelo adicional. Para tanto foi utilizado o IPVS, pois é a condição de pobreza do entorno escolar o único critério que caracteriza a localização da escola e que pode ser usado para a concessão de algum tipo de benefício a professores e funcionários.

2005

**INDICADORES DE
COMPETITIVIDADE
DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

O Índice de Competitividade Estadual (ICE) é uma iniciativa do Movimento Brasil Competitivo cujo objetivo é realizar estudos sobre a competitividade dos 27 estados brasileiros e estimular a constituição de um ambiente adequado ao desenvolvimento de negócios em uma região. O Seade

desenvolveu estudos no sentido de avaliar os pressupostos teórico-metodológicos que servem de base para a construção desse índice e sua adequação ao território paulista. Diante da

complexidade territorial da economia paulista, que exige instrumentos analíticos e conceituais mais refinados, sobretudo em função da heterogeneidade da rede urbana, sugeriu-se o desenvolvimento de uma metodologia exploratória para a análise regional do Estado de São Paulo que servisse de referência para a realização de estudos sobre competitividade em novas bases conceituais.

2005

**OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO (ODM)**

Em 2000, quando o Brasil e vários outros países comprometeram-se a implantar um conjunto de ações voltadas à superação da pobreza e à promoção do desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, nasceu a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Desde então, essa agenda tornou-se importante elemento para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas, tanto pelo governo federal como por estados e municípios. Em 2005, o Seade publicou o primeiro relatório sobre o monitoramento das metas do milênio no Estado de São Paulo. Com isso, procurou contribuir para a realização de tais compromissos e para que os gestores públicos e a sociedade paulista pudessem acompanhar sua evolução. Em 2010, nova edição do relatório foi realizada, dessa vez no âmbito do projeto Localização dos Objetivos do Milênio na Escala Subnacional, realizado pelas instituições estaduais de estatística participantes do convênio Proredes – Ipea/Anipes. Em 2012, o Seade, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de São Paulo, retomou essa iniciativa e reeditou a publicação para apresentar resultados atualizados dos ODMs nos eventos associados à Confe-

rência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, incorporando as preocupações ambientais e ações e programas do governo do Estado de São Paulo na ótica do desenvolvimento sustentável.

2006

**INDICADORES
DE AVALIAÇÃO
DA ASSISTÊNCIA
JURÍDICA**

Para a construção de indicadores de avaliação da assistência jurídica do Estado de São Paulo, o Seade desenvolveu uma metodologia e instrumentos de coleta de dados que subsidiam a mensuração de eficiência não-financeira das ações implementadas e permitem o monitoramento gerencial necessário à tomada de decisões da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a produção de estatísticas pela Corregedoria-Geral.

2008

**ÍNDICE
FUTURIDADE**

É um indicador construído com base no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial da Saúde (OMS), compreendido como um processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança (proteções) com o objetivo de assegurar melhores condições de vida às pessoas idosas. O índice, composto por três eixos – saúde, participação e proteção social –, configura-se como um instrumento que caracteriza o município quanto às suas iniciativas e cobertura na atenção/proteção à pessoa idosa, na perspectiva do envelhecimento digno e saudável de seus munícipes. O Índice Futuridade foi criado pelo Seade, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, e possui a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU) – Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

2009

**AVALIAÇÃO
ECONÔMICA DA
SERRA DO MAR**

Por solicitação da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (Fundação Florestal), responsável pelo Projeto de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica, foi

realizado um estudo a partir de informações obtidas com 1.200 pessoas que recebiam benefícios diretos e indiretos significativos das áreas protegidas na Serra do Mar. A avaliação foi feita para estimar o valor que a população do Estado de São Paulo estaria disposta a pagar pela existência das áreas que são foco do projeto de recuperação em razão dos benefícios ambientais por ele gerados.

2012

**ÁREAS
PRIORITÁRIAS
PARA AÇÕES
EDUCACIONAIS NO
ESTADO DE SÃO
PAULO**

Com a finalidade de aprimorar sua capacidade de nortear políticas que objetivem o desenvolvimento de ações educacionais para famílias em situação de maior vulnerabilidade social no Estado de São Paulo, a Secretaria Estadual de Educação solicitou ao Seade um estudo que possibilite identificar áreas prioritárias para sua atuação, em termos de maior vulnerabilidade social e de elevada concentração populacional, visando maior focalização das políticas públicas da Secretaria. Para tanto, foi desenvolvido um índice de classificação das áreas do Estado de São Paulo a serem priorizadas pelas políticas públicas educacionais, segundo a concentração de população mais vulnerável de 4 a 17 anos.

2012

**INDICADORES
DE RESULTADOS
DE PROGRAMAS
GOVERNAMENTAIS**

Em curso desde 2012 no governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – SPDR – e com o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional, o projeto denominado Orçamento por Resultados (OpR) objetiva reformular o processo orçamentário

atualmente instituído, passando a incorporar em seus critérios de alocação de recursos a avaliação de resultados dos programas em execução.

O OpR deve ser entendido como elemento-chave de um contexto mais amplo: o da Gestão para Resultados (GpR), que imprime a lógica de resultados a todo o ciclo de política pública. Assim, o alinhamento da estrutura programática e da lógica de alocação de recursos a uma visão de resultados só terá suas potencialidades plenamente efetivadas ao se instalar num ambiente em que se adotem outros instrumentos de gestão para resultados, como a contratualização ou a remuneração por desempenho.

Para subsidiar a implantação do projeto-piloto de Orçamento por Resultados (OpR) na Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), o Seade foi chamado a participar da formulação e cálculo de indicadores necessários à avaliação dos resultados de programas governamentais. Um dos elementos centrais do OpR é a definição dos indicadores que irão auxiliar a avaliação dos resultados de cada órgão do Estado, com implicações em sua respectiva dotação orçamentária. O Seade colabora também com a implantação desse projeto nas secretarias estaduais da Cultura e Educação, recentemente incorporadas ao processo de reformulação orçamentária.

2013

**SISTEMA DE
MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DO SELO
AMIGO DO IDOSO**

Poucos países, especialmente os considerados em desenvolvimento, registraram nas últimas décadas alterações tão acentuadas nas suas variáveis demográficas como o Brasil. A diminuição da taxa de natalidade e aumento significativo do número de anos vividos vem envelhecendo a

população. Nos últimos 30 anos, a esperança de vida ao nascer da população residente no Estado de São Paulo aumentou 8,4 anos, sendo 3,5 anos na última década, atingindo 75,1 anos, contabilizando uma população idosa (de 60 anos ou mais) de aproximadamente 4,8 milhões.

Esse grande aumento do segmento populacional idoso exige da sociedade programas e políticas públicas setoriais específicas voltadas para o atendimento das necessidades dessa faixa etária. Entretanto ainda são relativamente poucas e desarticuladas as ações e os serviços ofertados a esse segmento populacional que incluem, entre outras preocupações, diagnósticos que orientem a tomada de decisão por parte dos investidores na área e um melhor preparo dos gestores e técnicos.

O governo do Estado de São Paulo instituiu em 2012 o Programa São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso, com o objetivo de estimular municípios e entidades públicas e da sociedade civil a implantarem ações de uma perspectiva que envolva as diversas faixas etárias da população, órgãos e entidades públicas e privadas, visando a valorização da pessoa idosa, bem como a garantia e a defesa dos seus direitos.

O Seade desenvolve um sistema informatizado de monitoramento online para receber as informações sobre o andamento das ações nos municípios, além de avaliar e validar os instrumentais a serem utilizados pelos municípios para a realização dos

diagnósticos com gestores e idosos, e indicadores propostos para medir o desempenho dos municípios no cumprimento das ações a serem implantadas.

2013

**INDICADOR
MUNICIPAL DE
ATENÇÃO À
PRIMEIRA INFÂNCIA**

Entre os fatores de que dependem os municípios para promover o desenvolvimento infantil se destacam sua capacidade orçamentária e financeira, as condições sociais e econômicas da população, o nível de cobertura e a qualidade dos serviços públicos (e privados), o grau de participação da sociedade na gestão local, a presença de movimentos sociais, a rede de serviços sociais, a capacidade técnica e administrativa das diversas áreas do governo. Além disso, as características e as percepções dos agentes públicos variam entre os municípios e são determinantes para garantir o acesso aos serviços voltados ao desenvolvimento infantil.

Para melhor entender essa situação, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal demandou ao Seade a elaboração de um indicador de atenção integral à primeira infância para os municípios do Estado de São Paulo que expresse a capacidade do município de promover o desenvolvimento infantil por meio da garantia de acesso aos serviços de saúde e educação.

Avanços técnico-científicos

Flávio Fava

Foi com satisfação que recebi um pedido da Dra. Maria Helena Guimarães de Castro, atual diretora executiva da Fundação Seade, para escrever algumas linhas a respeito de minha passagem pela Instituição (1999 a 2003), ao ensejo das comemorações dos 35 anos de tão indispensável e prestigiosa entidade.

Embora minha presença na direção do Seade tenha sido por apenas três anos, a avaliação que faço é que foi um período profícuo, com a realização de grandes avanços técnico-científicos vinculados a vários projetos. Cito como exemplo diferenciado a materialização do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS. No quesito da gestão, dois pilares principais foram seguidos, a incorporação de novos contratos e a “profissionalização” na execução dos Projetos de Pesquisa. A meu ver, tais pontos sintetizam o excelente momento que vivenciamos naqueles anos.

IPRS

Lembro-me que no início de minha gestão (1999), a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a presidência do deputado Vanderley Macris, no âmbito das discussões acerca das grandes

questões socioeconômicas que estavam postas para o Estado de São Paulo no limiar do século XXI, firmou contrato com o Seade para fornecer os dados que pudessem fomentar as discussões parlamentares com relevância para as políticas públicas. No bojo das análises, e em decorrência de estudos pré-existentes no Seade sobre o tema “desenvolvimento humano das cidades paulistas”, resumidamente, criou-se o momento propício para o “nascidouro” do IPRS.

O IPRS, mais completo e abrangente que o tradicional “IDH/ONU” (Índice de Desenvolvimento Humano), transformou-se em lei estadual, distinguindo o Seade como a responsável pela coleta e análise dos dados para a elaboração do índice.

A grande repercussão e aceitação do IPRS nos níveis científicos, acadêmicos e governamentais, ensejou o convite para uma detalhada apresentação do índice na ONU, em Nova York, perante inúmeros especialistas, fato que foi um marco de reconhecimento internacional da qualidade dos trabalhos do Seade.

Gestão

Quando iniciei minha participação na diretoria executiva do Seade, já existia a preocupação evidente com a forma de financiamento da Instituição. De um lado, havia os recursos orçamentários, mas claramente insuficientes para dar conta do custeio e dos investimentos. De outro lado, a necessidade premente da “oferta” de Pesquisas/Projetos, como forma de assegurar os recursos complementares (receitas próprias), para o equacionamento financeiro da Fundação.

Embora o modelo de financiamento “híbrido” já existisse no Seade, fato era que os recursos captados pelos serviços/produtos ainda não vinham sendo suficientes, com risco para a sustentabilidade necessária para fazer face aos custos correntes da entidade.

Diante de tal situação, o diagnóstico não era muito difícil: era necessário preparar a Fundação para atuar como uma entidade empreendedora, profissionalizando os processos de “oferta” e “execução” dos produtos e serviços a serem disponibilizados.

Se o diagnóstico estava evidente, a necessidade de atuação residia em mobilizar as equipes qualificadas da entidade na direção certa para os novos desafios. Desta forma, de imediato, buscou-se enfrentar tais questões com grande afinco; o fortalecimento da imagem da Fundação, a divulgação de seus produtos e as possibilidades para novos serviços foram pauta de incontáveis visitas que se seguiram, em especial a praticamente todos os órgãos e secretarias dos poderes públicos. Os resultados foram animadores, com dezenas de novos projetos assinados, propiciando tranquilidade no equacionamento financeiro, com garantia de, pelo menos, 24 meses de antecedência.

Em paralelo, para fazer frente ao novo momento da Fundação, grande atenção foi dada na preparação de seus recursos materiais e, principalmente, na capacitação dos recursos humanos, para a consecução das novas e crescentes atividades além das já existentes nas áreas de investimentos (Piesp), saúde, demografia, georreferenciamento, etc., temas de indiscutível e reconhecido valor social consolidados na identidade institucional.

A montagem de um planejamento estratégico bem realista e bem estruturado, com acompanhamento diário de todas as ações, um robusto treinamento gerencial e de gestão de projetos para todos os diretores, gerentes e funcionários em funções de relevância na instituição também foram decisivos para que os novos desafios pudessem ser superados. Merece destaque o irrestrito apoio recebido dos integrantes do Conselho Curador e do Governo Estadual. Na minha avaliação, a Fundação Seade

foi aprovada “com louvor” nos resultados obtidos que consolidaram plenamente a sua elogiosa participação na administração pública.

Finalizando, é relevante citar que o triênio de minha breve passagem pela diretoria executiva do Seade foi um período proficiente, onde fui muito bem acolhido por todos, onde tive a oportunidade de conviver e aprender com profissionais de alta qualidade, sem os quais os avanços citados não teriam sido possíveis. Este depoimento é uma feliz oportunidade para reiterar a todos os meus sinceros agradecimentos.

FLÁVIO FAVA DE MORAES é Diretor geral da Fundação Faculdade de Medicina. Foi diretor executivo do Seade (1999-2003), diretor científico da Fapesp (1986-1993) e reitor da USP (1993-1997).

Longa história de qualidade e credibilidade

José Marcos Pinto da Cunha

Destacar a importância da contribuição do Seade e de seu grupo de demógrafos para o desenvolvimento dos estudos populacionais no Brasil é quase que uma obviedade. Na verdade, basta conhecer minimamente a história de formação e consolidação do que hoje representa a Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais (Gepop) do Seade para que tal conclusão seja imediata. Mais fácil ainda chegar a essa conclusão do lugar privilegiado que ocupo, ou seja, como demógrafo atuante no país e ex-pesquisador da Fundação Seade que, portanto, acompanha e se beneficia de tudo o que é produzido por um grupo composto por alguns do(a)s melhores e mais experientes demógrafo(a)s do país.

Vale lembrar que antes mesmo que no Brasil se estruturassem centros de pesquisa e programas de ensino regular de demografia como temos hoje em dia em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, o Seade já contava, nos anos 1970, com número significativo de jovens demógrafos que compunham o Geade (Grupo Especial de Análise Demográfica), protagonista e responsável por parte significativa da produção

sobre população no Brasil. Além disso, o antigo Geade contribuiu para forjar novas gerações de especialistas, entre os quais eu me incluo.

Visto em perspectiva, sobretudo a partir do reconhecimento atual da inegável importância que a dinâmica demográfica tem para o planejamento e políticas públicas, a existência daquele grupo refletia a visão estratégica e de futuro da direção da Fundação, naquele momento conduzida por Rubens Murilo Marques.

Como afirmamos em artigo recentemente publicado¹, “particularmente no caso das políticas públicas, esta importância torna-se ainda mais óbvia na medida em que à Demografia cabe, entre outras questões, compreender e analisar o tamanho, composição, distribuição territorial, evolução e tendências da grande beneficiária e finalidade precípua destas propostas, a população. Mais do que isso, como estas políticas precisam ser construídas – e hoje em dia cada vez mais – com transparência, acaba sendo elemento central para sua formulação, no mínimo, o conhecimento do número e do perfil daqueles que serão, em última instância, os beneficiários dos programas e projetos propostos.” (Cunha, 2013, p.201)

Ou seja, o Seade contava e conta com um grupo de técnicos com treinamento e conhecimento específicos para subsidiar o poder público, em seus mais diferentes níveis, com análises e informações confiáveis sobre a dinâmica demográfica. Como resultado do que se conhece como “transição demográfica”, o Brasil, principalmente a partir dos anos 1980, passou por um processo de mudanças importantes que impactaram não apenas o seu crescimento populacional, como também a sua estrutura demográfica

1. CUNHA, J.M.P. "Demografia e Políticas Públicas: uma combinação sugestiva e necessária". In: MARQUES, E. e FARIA, C.A.P. (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e, 2013.

(em especial a etária). No caso específico do Estado de São Paulo, outros elementos também foram importantes em suas mudanças demográficas, como é o caso da migração, aspectos aos quais o Seade e seus pesquisadores sempre estiveram atentos.

O trabalho sistemático, minucioso e cuidadoso no processo de elaboração e revisão periódica das projeções populacionais, favorecido pela qualidade e conhecimento técnico de seus demógrafos, é outro elemento que faz do Seade uma instituição diferenciada e de extrema importância para o Estado de São Paulo. Como parte importante de suas atividades, o Seade desenvolveu uma expertise na área de projeções demográficas, o que representa uma grande vantagem comparativa para o Estado de São Paulo, em função da maior segurança com relação às estimativas populacionais utilizadas como base para o planejamento e o investimento. Cumpre dizer ainda que essa capacidade é reconhecida nacionalmente, uma vez que muitos de seus técnicos são referências obrigatórias quando se trata do tema projeções populacionais.

A importância e influência do Seade, tanto em São Paulo como no país, especialmente na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), se justifica não apenas na qualidade de seus técnicos, mas também na competência e credibilidade com que produz uma das “joias” do sistema de nacional de informações: as estatísticas vitais do Estado de São Paulo. O que hoje vemos como o mais completo e confiável conjunto de dados sobre os eventos vitais no Brasil esconde um trabalho abnegado e criterioso que não raramente envolvia visitas individualizadas a cartórios nos pontos mais distantes do Estado. A dedicação e cuidado com que esses dados sempre foram coletados, codificados e organizados tornaram-se marca indelével do Seade.

A atual Gerência de Indicadores e Estudos Populacionais da Fundação Seade, renovada e com novos personagens, preserva toda a história e competência do grupo originalmente criado, como dito, a partir de uma visão estratégica e consciência da relevância e centralidade dos estudos da dinâmica demográfica no processo de planejamento, gestão e proposição de políticas públicas.

Credibilidade, competência e qualidade na produção e análise de dados não se conseguem da noite para o dia. Isso leva tempo, muito trabalho e dedicação, além de exigir formação de quadros e, principalmente, grande espírito público. O Seade e seus “demógrafos” não se cansam de dar mostras de que tais características são as que permeiam suas atividades cotidianas. Não apenas o Estado de São Paulo e seus mais de 40 milhões de habitantes, mas todo o país tem se beneficiado do trabalho desenvolvido nessa instituição, que deve ser não apenas preservada, mas valorizada continuamente. Tenho muito orgulho de ter feito parte desse grupo!

JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA é integrante do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp.

Subsídios para a política habitacional

Mariana de Sylos Rudge

O Seade vem cumprindo um papel fundamental na produção e tratamento de dados para instrumentalização das políticas públicas e, em particular, da política habitacional. Ao longo de mais de uma década, foram estruturadas linhas de pesquisa com ênfase no planejamento estratégico, monitoramento e avaliação da política, que possibilitaram inúmeros avanços na definição de linhas e diretrizes de ação, bem como nos critérios de alocação dos recursos públicos na área de habitação.

Começou em 1998 uma intensa e profícua parceria entre o Seade e a Secretaria da Habitação/CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Nesse ano, o Seade é contratado para conceber e executar a inscrição de famílias para o Programa Sonho Meu, na capital paulista. O escopo dos trabalhos incluiu ainda a caracterização socioeconômica das famílias com o objetivo de subsidiar a definição de ações na fase de ocupação dos conjuntos habitacionais e contribuir para o aperfeiçoamento da política de atendimento da Companhia.

Outros trabalhos com o objetivo de subsidiar a implantação e acompanhamento de programas habitacionais foram posterior-

mente executados, notadamente aqueles sobre a favela Pantanal, no município de São Paulo, os cortiços das regiões centrais de São Paulo e Santos, e os mutirões. Mas é em 2000 que se opera uma grande mudança no cenário das informações voltadas ao planejamento estratégico da política habitacional, com a execução pelo Seade de dois projetos fundamentais, o Diagnóstico das Condições Habitacionais no Estado de São Paulo e o Sistema de Informações Habitacionais – SIHab. Até então, o atendimento às demandas municipais não contava com informações sobre o tipo, a magnitude e a distribuição regional das carências habitacionais.

O Diagnóstico das Condições Habitacionais foi desenvolvido a partir da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) realizada em 1998. A construção metodológica permitiu a estimativa dos domicílios em situação de déficit e inadequação habitacionais segundo o tipo e a combinação de diferentes componentes, e os resultados foram referência para estruturação dos indicadores do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e da primeira proposta de Plano Estadual de Habitação, em 2006. Para esse o Seade também elaborou um estudo sobre a rede urbana paulista, como subsídio para a definição de diretrizes e ações.

Um dos aspectos mais importantes do Diagnóstico das Condições Habitacionais foi dar projeção ao tema da inadequação habitacional, explicitando que a maior parcela das necessidades habitacionais é formada por domicílios com carências que podem ser enfrentadas com políticas alternativas à construção de novos domicílios. Estão nesse grupo os domicílios em favelas, cortiços, com infraestrutura insuficiente, congestionados, etc., cujos problemas podem ser solucionados mediante políticas focadas no território e no desenvolvimento urbano.

A parceria SH/CDHU e Seade é reforçada em 2010, no contexto de elaboração do Plano Estadual de Habitação 2011-2013

(PEH-SP) e das importantes mudanças no cenário da política habitacional em nível nacional, com a instituição, em 2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNIHS), e, em 2008, da Lei Estadual 12.801, de criação do Conselho Estadual de Habitação e do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social.

O Diagnóstico das Condições Habitacionais foi então atualizado com base na PCV 2006. A metodologia para estimar as necessidades habitacionais paulistas foi mantida, e a captação de novas situações de carências habitacionais na PCV 2006 permitiu um aprimoramento no cálculo do déficit e inadequação habitacionais. É também nesse contexto institucional que a Pesquisa Municipal Unificada (PMU) – caderno de habitação, realizada pelo Seade desde a década de 1990, foi reestruturada. Com o objetivo de captar informações de domínio exclusivo dos municípios quanto à gestão das políticas públicas, a PMU se tornou uma fonte complementar de informações de fundamental importância. Em 2010, o questionário de habitação foi revisto de forma a torná-lo mais aderente aos desafios colocados para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Além disso, foram construídos indicadores essenciais ao entendimento das condições municipais de desenvolvimento urbano, contribuindo para a definição das diretrizes regionais da Política Estadual de Habitação: Tipologia Socioeconômica e Habitacional Municipal, que classifica os municípios em cinco grupos quanto aos problemas habitacionais e as condições de agravamento pela presença de dinamismo demográfico e/ou econômico; e Pró Atividade Habitacional, que permite distinguir os municípios quanto à aplicação de seus recursos em habitação e execução de programas ou ações. Também no âmbito dos trabalhos contratados em 2010 foi proposto um recorte regional para a política e a elaboração da metodologia de avaliação do PEH-SP.

Uma nova etapa da parceria entre as duas instituições se iniciou em 2013, a partir da execução do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional, cujo objetivo precípua é o de estabelecer prioridades e estratégias que orientem a aplicação de recursos e a prospecção de oportunidades de ação habitacional. A heterogeneidade e a dimensão dos problemas afetos ao desenvolvimento urbano constituem-se no grande desafio neste trabalho. Na pauta estão a PMU-Metrópole e a atualização dos indicadores Tipologia Socioeconômica e Habitacional Municipal e Pró Atividade Habitacional.

A política habitacional, assim como as demais políticas públicas, é construída com a participação de diferentes atores: são os agentes promotores, financeiros, os parceiros externos de apoio e financiamento ao desenvolvimento urbano, os movimentos sociais, dentre outros. Entre esses atores, o Seade vem cumprindo um papel exemplar e insubstituível como instituição do Governo do Estado que contribui para o conhecimento dos problemas habitacionais a serem enfrentados. As linhas de pesquisa que vêm sendo adotadas e aprimoradas por mais de uma década constituem pilares que proveem o suporte indispensável ao desenvolvimento e aprimoramento da política habitacional, na busca da melhoria das condições de vida da população paulista.

MARIANA DE SYLOS RUDGE é gerente de Pesquisa Habitacional da CDHU.

**SISTEMA
DE RECUPERAÇÃO
DE INFORMAÇÕES**

Sistema de recuperação, coleta e gerenciamento de informações

Eliana Bordini

Renato Sérgio de Lima

Vivaldo Luiz Conti

Cada vez mais, informações estatísticas das mais diversas áreas do conhecimento estão disponíveis em sites da internet, em uma ampla gama de órgãos governamentais ou organizações não-governamentais. Se, de um lado, os usuários conseguem encontrar as informações que necessitam, de outro, a dispersão e heterogeneidade dificultam pesquisas mais elaboradas e reforçam a importância da disseminação de referências técnicas enquanto missão de uma instituição de estatísticas públicas.

A disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas é, portanto, uma das missões mais emblemáticas da Fundação Seade ao longo de mais de 35 anos de atuação e que, nesse período, tem motivado o desenvolvimento de importantes sistemas de recuperação, coleta e gerenciamento de dados e informações.

A Fundação SEADE desenvolve sistemas de recuperação de informações customizados com elevado grau de cobertura em cada temática, priorizando também a facilidade de navegação. As informações a serem disponibilizadas nos sistemas passam pelo processo de checagem da consistência e coerência; tratamento estatístico adequado; avaliação da construção de indicadores; organização dos dados; georreferenciamento (para alguns sistemas) e análise (em alguns casos).

Sistemas que se beneficiam de habilidades técnicas e tecnológicas que a instituição desenvolve continuamente e que a capacitam para a criação e aprimoramento de metodologias e ferramentas para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no estado de São Paulo.

Como destaca o site do Seade, a Fundação orienta-se para disseminar sua produção pelas seguintes diretrizes:

- Uso da internet como principal instrumento de disseminação;
- Gratuidade de acesso;
- Disponibilização de parte substancial, relevante e não sigilosa do acervo recente de informações;
- Disponibilização, sempre que possível, dos microdados resultantes das pesquisas;
- Fornecimento de metadados, como definições, classificações utilizadas, notas que sejam relevantes para a compreensão da informação;
- Pesquisa e desenvolvimento permanente de sistemas e ferramentas para apresentação de informações;
- Transferência de tecnologia e compartilhamento de soluções com instituições congêneres e parceiras.

Isso significa que a equipe de técnicos da Fundação Seade precisa estar não só conectada com o que está sendo produzido nas mais

variadas áreas do conhecimento como, também, habilitada a lidar com um volume cada vez maior e heterogêneo de dados, pesquisas e/ou estatísticas públicas. A massa de informações hoje disponível nos desafia a pensar mecanismos de disseminação que organizem o conhecimento e não apenas o reproduza de maneira acrítica.

Mecanismos esses que levam em conta a natureza da informação e a finalidade para a qual ela está sendo compilada ou gerada. Os sistemas de recuperação que a Fundação Seade tem desenvolvido são customizados de acordo com a finalidade ou uso planejado dos dados e informações. Desse modo, os sistemas são desenvolvidos, desde o início, de forma a atender a padrões de qualidade, fidedignidade e, ainda, operabilidade da informação neles contida.

A partir do acervo disponível de dados, a Fundação Seade desenvolve sistemas de recuperação de informações intersetoriais para responder a demandas e necessidades de diversos segmentos de usuários e de órgãos públicos. Isso porque uma das principais preocupações do Seade ao longo de sua história foi a de formar um robusto repositório de informações socioeconômicas e demográficas que contribuísse para o aprimoramento das políticas públicas e para a ampliação do conhecimento qualificado acerca de São Paulo.

Aliando aspectos técnicos, metodológicos e conceituais típicos das instituições de produção de dados, estatísticas e pesquisas públicas com ferramentas tecnológicas que consideram o uso amigável e os impactos das informações disponíveis, o objetivo é oferecer um canal permanente de coordenação, articulação e integração de dados.

Inúmeras áreas das políticas públicas ou dimensões da realidade socioeconômica e demográfica do estado de São Paulo podem contar com sistemas de informações desenvolvidos na Fundação Seade. São sistemas que permitem que saúde,

educação, segurança pública, economia, emprego e diversas outras dimensões do social sejam monitoradas em diferentes recortes/domínios territoriais (bairros, municípios, regiões, entre outras) e temporais (mês, trimestre, ano, séries históricas mais longas, etc.).

Diante da capacitação acumulada, várias instituições têm solicitado assessoria na organização de bancos de dados de interesse específico, com informações gerenciais e administrativas, indicadores e dados focalizados nas áreas de atuação dessas organizações.

Os sistemas de recuperação, coleta e gerenciamento de dados e informações sob responsabilidade da Fundação Seade traduzem a missão estatutária de contribuir para o aumento da eficiência das políticas públicas. Todavia, traduzem ainda o compromisso da instituição e de sua equipe com o rigor técnico, tão necessário ao ciclo da informação.

Dito de outro modo, em uma era de informações abundantes e com acesso cada vez mais universalizado, os sistemas desenvolvidos na Fundação aportam uma camada de conhecimento especializado que rompe com o senso comum e que avança na busca de soluções e políticas que melhorem a qualidade de vida da população paulista. Não à toa, por muitos anos, o lema adotado pela instituição foi “a informação a serviço da cidadania”.

ELIANA B. TRINDADE BORDINI é chefe da Divisão de Estudos Socioeconômicos/Fundação Seade.

RENATO SÉRGIO DE LIMA é assessor técnico/Fundação Seade.

VIVALDO LUIZ CONTI é superintendente de Tecnologia da Informação/Fundação Seade.

1979

**RELAÇÃO DE
NOMES, CARGOS
E ENDEREÇOS DO
GOVERNO
DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Anterior à criação da Fundação Seade, a publicação *Relação de Nomes, Cargos e Endereços do Governo do Estado de São Paulo* foi projetada para suprir informações sobre os ocupantes de cargos nos órgãos do governo do Estado. Durante os primeiros 20 anos da Fundação, foi uma das publicações mais procuradas pelos usuários – a primeira edição teve um tiragem de 4.000 exemplares – e respon-

sável por divulgar de maneira ampla o nome da instituição.

Inicialmente, a pesquisa coletava informações referentes aos endereços, telefones, número de fax e nomes dos ocupantes de cargos, até o terceiro escalão, nos órgãos da administração direta e indireta do poder executivo estadual, e a administração municipal de SP. Na segunda edição foram incorporados os poderes judiciário e legislativo e a administração municipal, até o terceiro escalão, e ao longo das edições houve modificações pela incorporação de informações sobre a presidência da câmara e vereadores do município de SP e prefeitos e presidentes de câmara dos municípios do estado.

O processo de obtenção de informações foi progressivamente modernizado pela introdução de novas tecnologias de coleta e disponibilidade de dados de tal forma que o levantamento de informações, antes anual, passou a ser feito trimestralmente e estendido ao poder executivo municipal de todos os municípios do estado (até o segundo escalão) e ao Legislativo (mesa diretora e vereadores das câmaras municipais). Sua versão impressa foi paulatinamente substituída pela disponibilização em meio magnético e posteriormente divulgada via web.

1979

**SISTEMA DE
INFORMAÇÕES
MUNICIPAIS (SIM) /
INFORMAÇÕES
SOBRE
MUNICÍPIOS
PAULISTAS (IMP)**

A coleta, tratamento e disponibilização de informações sobre os municípios paulistas figuram entre as atividades centrais da produção de estatísticas do Seade. Remanescente dos antigos órgãos estatísticos, a constância dessa orientação resultou na formação do maior acervo de dados disponível sobre a realidade socioeconômica e demográfica dos municípios do Estado de São Paulo. A busca por conhecimento e soluções para o enfrenta-

tamento de problemas em escala regional e localidades municipais tem exigido maior interface entre a produção de dados e a formulação e avaliação de políticas públicas.

O banco de dados do denominado inicialmente Sistema de Informações Municipais (SIM), e hoje Informações dos Municípios Paulistas (IMP) tem se beneficiado das constantes inovações tecnológicas da área de informática, possibilitando a consulta a dados referentes aos 645 municípios, 15 regiões Administrativas, 42 Regiões de Governo, três Regiões Metropolitanas e ao total do Estado de São Paulo.

1979

**BANCO DE DADOS
DE ESTATÍSTICAS
VITAIS**

Pesquisa mensal realizada nos 835 cartórios de Registro Civil do Estado de São Paulo com base em dois instrumentos de coleta: mapas estatísticos, contendo dados específicos dos registros legais de óbitos, nascimentos e casamentos, e cópias das declarações de óbitos e de nasci-

mentos. Esse levantamento é feito desde 1892 pelas diversas unidades responsáveis pela produção de estatísticas do Governo do Estado.

A partir de 1979, a metodologia foi aperfeiçoada pelo Seade: com a implantação da declaração de nascido vivo, incorporaram-

-se a essa base as estatísticas de nascimentos. Esses registros permitem tabulações a partir dos microdados dos eventos vitais por sexo, idade, ocupação, grau de instrução, naturalidade, município de residência e de ocorrência, causas de morte, acidente do trabalho, peso ao nascer, tipo de gravidez etc. Os dados produzidos pelo Seade integram o Sistema Nacional de Informações sobre Mortalidade e sobre Nascidos Vivos (SIM e Sinasc), coordenado pelo Ministério da Saúde, e as bases estatísticas do registro civil do IBGE. Estes bancos de dados são repassados trimestralmente à Secretaria da Saúde para fins de monitoramento e planejamento na área da saúde

1986

**INDICADORES
DE GÊNERO
E DE RAÇA**

A produção de estatísticas desagregada por sexo e raça/cor foi impulsionada no Seade pelas demandas decorrentes da criação de conselhos de participação popular na gestão pública a partir de 1983 e dos movimentos feministas e pela promoção da igualdade racial. Diversas par-

cerias públicas foram desenvolvidas enfocando estudos e sistemas de recuperação de informações que inovaram o debate e a formulação de políticas públicas nesse campo.

O estudo Retrato da violência contra a Mulher, parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1986, foi suporte para a criação e expansão das delegacias especiais de combate à violência contra a mulher. No mesmo ano, as análises sobre a situação da mulher no mercado de trabalho a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) apontaram diferenças importante entre os sexos nas taxas de desemprego.

Em 1992, em convênio com o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), produziu-se um Sistema de Informações sobre

a Mulher Paulista servindo de base aos trabalhos preparativos da Convenção Estadual pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Uma longa parceria com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional/Fundo para a Equidade de Gênero permitiu a partir de 1996 produzir informações e análises sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho do Estado de São Paulo e de suas regiões. O acordo de cooperação, renovado em 2000, inclui parcerias com instituições estratégicas e com potencialidades de intervenção nas questões de gênero e trabalho: CECF, Dieese e Secretaria do Emprego e de Relações do Trabalho do Governo do Estado. Disponibilizando-se regularmente dados e análises em publicações impressas e na Internet, obtiveram-se avanços metodológicos que permitiram refinar a medida da desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, como também as disparidades existentes entre mulheres brancas e não-brancas em relação à taxa de participação, ocupação, desemprego e rendimentos.

Em 1996, com o apoio do CECF, o projeto Mulheres em Dados recuperou informações fragmentadas e dispersas num sistema para a internet enfocando temas associados às políticas públicas estaduais sobre demografia, saúde, trabalho e renda, violência e educação. Essa experiência foi expandida, em 1999, para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher com o projeto Indicadores de Gênero, sistematizando pela primeira vez um conjunto de informações sobre a mulher brasileira por unidade da federação disponibilizado na Internet. Em 2000, no âmbito do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas/Fapesp e parceria com o CECF, foi organizado um sistema de informações – São Paulo Mulheres em Dados – que, além dos temas estruturantes da situação da mulher, introduziu duas

inovações: participação política das mulheres e desagregação dos dados por municípios.

Em 2003, para a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, foi preparado um perfil das mulheres na cidade de São Paulo, em que se evidenciaram as desigualdades de gênero e raça/cor por subprefeituras.

1982

**DOCUMENTAÇÃO
SOBRE POPULAÇÃO
NO BRASIL –
DOCPOP**

Com apoio de entidades internacionais, o Seade concebeu, implantou e coordenou um sistema de recuperação de informações bibliográficas sobre população no Brasil. A infraestrutura informatizada permitiu reunir no início de suas atividades mais de 10.000 registros bibliográficos,

possibilitando o acesso rápido às referências sobre população no Brasil.

1992

**MOVIMENTO
ELEITORAL**

O acesso a dados sobre eleições foi garantido pelo Seade desde 1992, quando foi sistematizado um sistema de recuperação de informações relativas aos resultados do calendário eleitoral a partir dos registros

eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esta base de dados reúne desde 1974 os resultados completos das eleições de presidente, senador, governador e prefeito e dos 10 mais votados dos deputados federais e estaduais por localidade até 1994. A partir de 1998 é apresentada a votação completa de todos os candidatos a deputados em cada localidade.

No caso dos vereadores, os dados municipais até 1996 referem-se aos candidatos eleitos, exceto para Zonas e Distritos Elei-

torais onde os dados relacionam-se aos dez mais votados. A partir de 2000, apresenta-se a votação completa para todos os candidatos a vereadores em cada município e nas zonas eleitorais da capital. Para o Município de São Paulo os dados estão armazenados também por zonas e distritos eleitorais.

Desde 1998, o sistema traz um resumo simples e completo de cada pleito, com número de eleitores, abstenções, votos nulos, em branco, válidos, e a votação obtida pelos candidatos e partidos em cada uma das zonas eleitorais e municípios, que podem ser visualizadas em tabelas e mapas ou mesmo gravadas em formato de banco de dados. Traz também o perfil das cerca de 200 mil pessoas que disputaram essas eleições, resultados do partido e da coligação do candidato, como também os dados pessoais dos candidatos com tabulações cruzadas segundo as características – como sexo, nível de escolaridade, ocupação etc. – dos candidatos que obtiveram votos nessas eleições, revelando as preferências do eleitorado em um nível de detalhamento ainda pouco explorado nas análises das eleições brasileiras.

1994

**MORTALIDADE
POR ACIDENTES
DO TRABALHO
NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Para subsidiar os diagnósticos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), foram realizados diversos estudos visando identificar, quantificar e caracterizar os trabalhadores que sofreram acidente de trabalho fatal. A partir das declarações de óbitos e complementando com informações coleta-

das no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), pôde-se avaliar demográfica e epidemiologicamente os acidentes de trabalho, inicialmente na capital paulista e posteriormente nos municípios do interior do Estado, para o período de 1991 e 1992.

1996

**AVALIAÇÃO
DOS RECURSOS
VINCULADOS AO
FINANCIAMENTO
DA EDUCAÇÃO -
FUNDEF**

Parceria do Seade com o Ministério da Educação, com o objetivo de instrumentalizar o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, visando o controle dos recursos aplicados na educação. Em 1999, a montagem do sistema de Acompanhamento da Situação Financeira e do Ensino Fundamental nos Estados e Muni-

cípios brasileiros estabeleceu parâmetros e formas de monitoramento dos montantes de recursos a serem transferidos. Com isso o ministério dispunha de condições de definir e acompanhar o valor destinado a cada governo estadual e municipal em função de alunos matriculados.

Em 1999, foram desenvolvidas novas ferramentas para o gerenciamento do Fundef. Essa parceria foi retomada em 2001, para basicamente desenvolver uma metodologia de análise dos impactos do Fundef sobre as receitas e despesas e da disponibilidade dos recursos dos municípios vinculados ao financiamento da educação.

1998

**PERFIL MUNICIPAL
DE CULTURA
E GUIA CULTURAL
DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Em ação conjunta com a Secretaria da Cultura, levantamento de dados por meio da Pesquisa Municipal Unificada permitiu ao Seade a elaboração do Perfil Municipal de Cultura, que teve por objetivo identificar o potencial cultural dos 645 municípios paulistas e suas regiões, contendo informações sobre equipamentos culturais, atividades desenvolvidas, grupos de

cultura e suas atuações, bens patrimoniais, eventos, calendários, dentre outras atividades.

Esse levantamento foi atualizado em 2002/03, permitindo a organização da publicação “Guia Cultural dos Municípios Paulistas”, em versões impressa e eletrônica. Foi considerado o maior e mais completo levantamento de dados culturais realizado no Estado, trazendo informações sobre entidades, equipamentos, eventos, patrimônio cultural, práticas de gestão municipal, informações sobre a situação geográfica e socioeconômica dos municípios paulistas.

1998

VINCULAÇÃO DE BASES DE DADOS

A longa tradição na coleta e análise de dados demográficos propiciou ao Seade o desenvolvimento de competência metodológica de procedimentos técnicos de vinculação de bancos de dados, originando uma colaboração

técnica com diversas instituições públicas. O relacionamento de diferentes bases produzidas por fontes distintas representa proposta inovadora para se obterem indicadores demográficos e de saúde de melhor qualidade. Essa técnica consiste na vinculação de dois ou mais bancos de dados independentes, com variáveis comuns entre si, que permitem identificar os indivíduos que fazem parte desses bancos.

Tal técnica foi aprimorada a cada novo projeto tendo como referência o banco de dados da Fundação e registros administrativos de outras instituições interessadas na identificação de diversos fenômenos. A principal vantagem dessa integração é a racionalização do uso dos sistemas já existentes, retirando dos mesmos as informações relevantes para um monitoramento mais eficiente do tema em questão.

Diversos convênios de cooperação técnica ou contratos foram realizados. Entre os mais relevantes encontram-se os seguintes:

- a partir de 1998, parceria, renovada continuamente, para elaboração da base Integrada paulista de Aids (BIP-Aids), para

o Programa Estadual DST/Aids do Centro de Referência e Treinamento de DST/AIDS da Vigilância Epidemiológica da Secretaria da Saúde;

- contratada desde 2000 pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) para a verificação, recuperação e complementação de informações relativas aos profissionais médicos;
- desde 2006, parceria com a Fundacentro para análise dos diferenciais demográficos e epidemiológicos dos acidentes do trabalho fatais;
- desde 2007, para Fundação Antonio Prudente/Hospital Antonio Candido de Camargo (HACC) para atualização da sobrevivência dos pacientes e monitoramento das informações sobre incidência de câncer no Estado de São Paulo;
- desde 2007, com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), para a produção de estatísticas históricas e complementares sobre os óbitos por tumores cutâneos;
- desde 2009, com o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU/USP), para produção de estatísticas complementares sobre óbitos por doenças cerebrovasculares, doenças coronarianas e demais doenças cardiovasculares;
- em 2009, com o Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp), para atualização da coorte de idosos residentes no Estado de São Paulo;
- em 2009, sob a coordenação do Seade e em parceria com o IBGE e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) do governo do Espírito Santo, e apoio da Secretaria da Saúde do Espírito Santo, para a integração das bases de dados do Ministério da Saúde e das bases de dados do IBGE visando aprimorar os indicadores epidemiológicos do Estado do Espírito Santo;

- em 2009, com o Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), para vinculação das informações constantes entre o cadastro de pacientes com tuberculose;
- desde 2010, com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo/Hospital Heliópolis, para vinculação das informações de pacientes do Hospital Heliópolis e as bases de mortalidade do Seade;
- desde 2010, com o Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp, para monitoramento das informações sobre mortalidade neonatal precoce e tardia;
- em 2011, para o Centro de Estudos Paulista de Psiquiatria, para vinculação das informações constantes do cadastro de usuários de substâncias psicoativas do Centro de Estudos Paulista de Psiquiatria;
- desde 2011, com o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), para produção de estatísticas complementares sobre os óbitos por câncer do Icesp;
- em 2011, com o Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), para atualização da sobrevivência dos pacientes de cirurgias no aparelho digestivo;
- em 2011, com a Fundação Zerbini (Incor), para atualização da sobrevivência dos pacientes com doenças cardiovasculares;
- em 2011, com o Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), para a produção de estatísticas complementares sobre os óbitos por câncer;
- em 2010 e renovado em 2013 por 24 meses, com a Secretaria de Saúde do município de Jaú para monitoramento das informações sobre a incidência de câncer;

- com o Oncocentro de São Paulo (Fosp), para a vinculação das informações constantes do cadastro de pacientes do registro hospitalar de câncer.

2000

**ATIVIDADES
CULTURAIS E
MERCADO DE
TRABALHO**

A Secretaria da Cultura solicitou, a partir das bases de dados existentes, estudos para dimensionar a importância das atividades culturais para a geração de postos de trabalho no Estado de São Paulo; redesenhar sistemas de classificação de setores de atividade econômica e de ocu-

pações utilizadas nas pesquisas domiciliares, para aprimorar o acompanhamento sistemático da ocupação no segmento; construir um cadastro de entidades da sociedade civil, da iniciativa privada ou do poder público que atuassem na área cultural, visando oferecer informações para o dimensionamento do setor e sua capacidade de geração de empregos, além de subsidiar o desenvolvimento das atividades dessa secretaria.

2002

**INFORMAÇÕES
HABITACIONAIS –
SIHAB**

A heterogeneidade do problema habitacional e a complexidade urbana dos municípios paulistas passaram a requerer diagnósticos cada vez mais precisos e fundamentais ao estabelecimento de programas alternativos e adequados de in-

tervenção. Com o objetivo de responder a essas necessidades, e em atenção a demandas técnicas da CDHU, o Seade estruturou um Sistema de Informações Habitacionais (Sihab), com a montagem de um banco de dados e indicadores de base municipal como instrumento permanente de planejamento da política habitacional do Estado de São Paulo.

2003–2014

**APOSENTADOS
E PENSIONISTAS
DO ESTADO**

O Seade fornece dados que identificam servidores inativos e pensionistas que faleceram e pensionistas que se casaram no Estado de São Paulo, utilizando as informações sobre as ocorrências de óbitos obtidas pela Pesquisa Mensal de Eventos

Vitais, e relacionando esses eventos com os registros da base de dados das seguintes instituições: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp), parceria iniciada em 2003; São Paulo Previdência (SPPrev), parceria em 2004 e a partir de 2008; Fundação Sabesp de Seguridade Social (Sabesprev).

Com o acompanhamento trimestral das mortes dos beneficiários pôde-se não somente identificar em tempo hábil os pensionistas falecidos, pela atualização do banco de dados, como corrigir as distorções dos cadastros dessas instituições.

2005

**PERFIL
SOCIOECONÔMICO
DOS TERRITÓRIOS
METROPOLITANOS**

De forma a subsidiar a implantação do projeto Articulação de Ações Estaduais de Caráter Metropolitano, instrumento de apoio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional na promoção do diálogo efetivo entre os órgãos e entidades das administrações direta e indireta esta-

duais, envolvidos com a implementação do Plano Plurianual 2004/2007, o Seade produziu um banco de dados georreferenciados para a caracterização do perfil socioeconômico e demográfico de unidades espaciais nas três regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas.

A seleção, recuperação e organização das informações permitiu a identificação territorial das demandas setoriais, regionais e locais, de infraestrutura e equipamentos, instala-

ções e serviço geradas pelo conjunto de obras a serem realizadas em uma mesma área. Igualmente propiciou a identificação das carências e potencialidades presentes no território que pudessem ser atendidas por meio de expansões das redes de infraestrutura e equipamentos urbanos.

2005

MORTES POR ATOS VIOLENTOS EM SÃO PAULO

No âmbito da parceria que o Seade estabeleceu com a Secretaria de Segurança Pública, para o aprimoramento das informações criminais disponíveis no Estado de São Paulo, destaca-se o estudo comparativo das metodologias de registro

das mortes causadas por atos violentos em São Paulo a partir de registros distintos, independentes e produzidos, cada qual, para finalidades específicas.

A Secretaria da Segurança Pública, para contabilizar as mortes ocorridas por atos violentos, utiliza os Boletins de Ocorrências, cujos casos são classificados de acordo com o Código Penal Brasileiro e em uma mesma ocorrência policial pode estar envolvida mais de uma vítima; a ênfase é dada ao local da ocorrência do fato criminal e ao autor do delito. Nesses casos, a informação disponível refere-se ao volume de ocorrências registradas e não às características dos autores e das vítimas dos crimes.

Os dados do Seade correspondem aos eventos classificados pelo critério epidemiológico da Classificação Internacional de Doenças e originam-se das informações do registro civil de óbito e da respectiva declaração de óbito. Seu foco são as vítimas de tais atos e seus locais de residência, o que possibilita caracterizar o perfil sociodemográfico das vítimas. Os resultados apresentados mostram a convergência dos indicadores

de mortalidade provocada por atos violentos, produzidos com bases independentes como as organizadas pelo Seade e pela Secretaria de Segurança Pública. Isso atesta a qualidade das informações produzidas por essas instituições, dirigidas a diferentes fins, mas que reforçam, complementam e realimentam as análises delas decorrentes.

2005/2008

OBSERVATÓRIO MP

Para subsidiar o processo de formulação, monitoramento e revisão periódica do Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP), um conjunto de informações estatísticas, administrativas e gerenciais foram consolidadas de forma a contribuir para sua legitimação como documento norteador da ação da instituição. Para aproximar o MP das demandas sociais e das necessidades específicas das comunidades locais, foi desenvolvido, com base em informações produzidas pelo Seade, um sistema de recuperação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e ambientais dos municípios paulistas, referentes às áreas de suas atribuições legais: Urbanismo e Meio Ambiente, Criminal, Infância e Juventude, Cidadania, Cível e Consumidor.

A integração das informações estatísticas com as gerenciais do MP em um único sistema denominado Observatório MP propiciou uma funcionalidade adicional pelo desenvolvimento de um software aplicativo de recuperação de informações permitindo consultas específicas de variáveis e indicadores, com opção de seleção de unidades de análise, na referência temporal e territorial disponibilizada.

2005

**ACERVOS DE
DADOS EM
SEGURANÇA
PÚBLICA**

A reconstituição de dados e de documentos sobre ocorrências policiais faz parte dos primórdios das instituições públicas produtoras de estatísticas. O Seade, desde a sua origem, herdou e aprimorou essa atividade compilando e divulgando informações policiais e prisionais, bem como dados sobre acidentes de trânsito. Um dos projetos mais relevantes nessa área, divulgado em 2003, foi a montagem de um banco de dados a partir da recuperação de séries históricas de registros administrativos policiais e judiciais de 1984 a 2001.

2005

**ATLAS SEADE
DA ECONOMIA
PAULISTA**

Com o apoio da Fapesp, foi elaborado um atlas apresentando as características e o perfil da espacialidade da economia do Estado de São Paulo. São mais de 300 mapas e diversos textos revelando a configuração do território paulista sob diferentes perspectivas exemplificando os vários setores da economia e com abrangência para municípios, regiões administrativas, regiões metropolitanas no período 2001 a 2005. Ao editá-lo, a Fundação Seade ajuda a preencher uma lacuna importante sobre o território paulista que é muito mais diverso do que geralmente se pensa: São Paulo não se resume à sua capital, ao dinamismo e aos problemas a ela associados, o estado apresenta também amplos planaltos agrícolas, regiões deprimidas, áreas de preservação ambiental, um litoral diverso, com atividade industrial, turismo balneário e atividades portuárias, entre outras, toda uma diversidade bem analisada pelos mapas deste Atlas.

2006

**ATLAS DO
TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

Como indicador potente para revelar desigualdades das condições de vida, o Seade desenvolveu o IPVS, que combina as dimensões demográfica e socioeconômica, visando identificar, no interior dos municípios de maior porte, áreas que abrigam famílias expostas a diferentes níveis de vulnerabilidade.

A partir do IPVS, criaram-se áreas socioeconomicamente homogêneas para o Município de São Paulo denominadas de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que geraram a base territorial utilizada no Atlas do Trabalho e Desenvolvimento Humano, demanda da Secretaria Municipal do Trabalho da Prefeitura de São Paulo em parceria com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a Fundação João Pinheiro. A partir desta base territorial, foram produzidos indicadores e análises, também desagregados para as subprefeituras, referentes aos seguintes temas: demografia, educação, renda, habitação e emprego. O Atlas, disponível nas páginas da secretaria solicitante, apresenta aspecto inovador ao utilizar ferramentas de geoprocessamento na criação das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) e na edição de mapas temáticos, tabelas comparativas e gráficos.

2006–2014

**REGIÃO
METROPOLITANA
DE CAMPINAS**

A Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp) celebrou cooperação com o Seade para a construção de portais eletrônicos e realização de levantamento de informações socioeconômicas, sobre atração de investimentos, culturais e de turismo de

negócios para a Região Metropolitana de Campinas e seus municípios. Com disponibilização nos portais da Agemcamp, a recuperação dos dados pode ser feita por várias formas: tabelas com

indicadores pré-selecionados por tema; consulta livre, elaborada pelo próprio usuário, que permite a combinação de diferentes variáveis e períodos de abrangência; e mapas elaborados a partir de indicadores pré-selecionados apresentados em cartogramas de âmbito regional, municipal e/ou inframunicipal.

2006

**ATLAS DE
COMPETITIVIDADE
DA INDÚSTRIA
PAULISTA**

Sob demanda da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e com participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foi elaborado o Atlas da Competitividade da Indústria Paulista, contendo informações que revelam a dimensão e a localização da indústria paulista, bem como suas estratégias em áreas como inovação, recursos humanos e exportações, de forma a constituir um painel sobre a situação dessa atividade no território estadual.

O banco de dados construído, de acesso via Internet e em CD-ROM e mostrado em tabelas, mapas e gráficos, permite ao usuário conhecer não somente a distribuição regional da atividade econômica e as vocações regionais da indústria como também diversas características sobre pessoal ocupado, investimentos, infraestrutura física e de apoio à competitividade, entre outros aspectos.

2006

**MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO
EM SAÚDE**

As organizações públicas vêm desenvolvendo suas atividades de planejamento, coordenação e avaliação apoiadas em sistemas de informações mais abrangentes e articulados. O Painel de Indicadores de Monitoramento e Avaliação em Saúde ancora-se nesse pre-

suposto pelo fornecimento à Fundação da Faculdade de Medicina/Secretaria Estadual da Saúde de um sistema estruturado de indica-

dores estratégicos sobre a situação da saúde nos municípios do Estado de São Paulo, comparando-os com a média estadual e da região e com o resultado do período anterior. Os indicadores abrangem os seguintes temas: Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Controle de Doenças e Agravos Prioritários e Qualidade dos Serviços de Saúde.

2006

**SISTEMA DE
INFORMAÇÕES
SOBRE O MERCADO
DE TRABALHO
E TENDÊNCIAS
OCUPACIONAIS –
SIM-TRABALHO**

Para subsidiar gestores e técnicos estaduais e das prefeituras, e os membros das Comissões Municipais de Emprego, na formulação e acompanhamento dos programas locais de geração de emprego, trabalho, renda e qualificação profissional, por solicitação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) foi desenvolvido um aplicativo para organizar dados e informações sobre a estrutura do mercado de trabalho e permitir

o acompanhamento periódico da conjuntura e as perspectivas do mercado de trabalho nos municípios paulistas. O SIM-Trabalho disponibiliza um conjunto de tabelas e gráficos que permitem o acompanhamento do crescimento da população e da força de trabalho, da expansão e/ou retração de vagas e ocupações específicas e a estrutura e o dinamismo da produção econômica local e regional.

2007

**CIÊNCIAS
DA VIDA HUMANA
E BIOTECNOLOGIA
NA CIDADE
DE SÃO PAULO**

Localizam-se no Estado de São Paulo a mais extensa rede de instituições de pesquisa, a mais densa comunidade científica e tecnológica e as universidades com maior produtividade acadêmica. Também aí se encontram o sistema produtivo mais avançado e inovador do País, grande rede de prestadores de serviços tecnológicos, e tem-se ampliado a

demanda por recursos humanos qualificados. É no município de São Paulo que grande parte desse processo ocorre e é nele que o poder público municipal deve estar atento para criar novas sinergias inter e intrassetoriais.

Partindo da constatação de que a economia baseada no conhecimento pode abrir grandes possibilidades e novas oportunidades para cidades, regiões e países, em 2007 a Prefeitura de São Paulo decidiu envidar esforços para fortalecer um ambiente propício à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, e à oferta de produtos e serviços relacionados às ciências da vida humana e à biotecnologia. Nesse processo, o Seade contribuiu com levantamento e organização de informações, desenvolvimento metodológico de indicadores estatísticos, mapeamento de atividades (industriais, de prestação de serviços e de pesquisa), equipamentos de grande porte e recursos humanos, de excelência comprovada, e sua disponibilização em um portal eletrônico na internet.

2007

**URBANIZAÇÃO
DISPERSA E
MUDANÇAS NO
TECIDO URBANO
NO ESTADO
DE SÃO PAULO**

O Seade, por meio de um Termo de Acordo de Cooperação Científica e Cultural com a Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (Fupam), participou do projeto temático “Urbanização Dispersa: desafios da política urbana”, coordenado pelo professor Nestor Goulart, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, com financiamento

da Fapesp. A colaboração do Seade se deu pela produção de pesquisas e informações sobre as mudanças no processo de urbanização nas áreas metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Aglomerações Urbanas e demais municípios.

2011

**PAINEL SP –
INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS
E DE ATUAÇÃO
GOVERNAMENTAL**

O chamado Painel SP, composto por informações relevantes para a compreensão da situação socioeconômica do Estado de São Paulo e de suas regiões, bem como da atuação governamental, veio responder à dispersão de dados pelos diferentes órgãos que os organizam de acordo com suas necessidades próprias de planejamento de

suas ações e acompanhamento de seus programas.

Para tanto, construiu-se um banco de dados com informações sociais e econômicas do Estado de São Paulo e dos serviços públicos prestados pelo governo estadual e sistematicamente organizado, com processo permanente de avaliação de seu conteúdo.

2011

**ATUALIZAÇÃO E
MODERNIZAÇÃO
DO SISTEMA
INTRAURBANO
DE DIREITOS
HUMANOS –
SIM-DH**

Por solicitação da Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, no âmbito do projeto Atualização e Modernização do Sistema Intraurbano de Direitos Humanos, o Seade, além de realizar trabalhos de revisão do sistema e de atualização das informações existentes para 2007, 2008, 2009 e 2010, ampliou o seu escopo temático mediante a inclusão de novas dimensões ou indicadores. Considerando a capacidade de

alimentar o sistema com informações periodicamente atualizadas e passíveis de desagregação por subprefeituras, elegeram-se como dimensões para a construção dos indicadores os segmentos populacionais ou temas já existentes na versão atual do SIM-DH, ou que fossem relevantes para a temática em estudo e passíveis de intervenção pela gestão municipal.

Adotou-se a metodologia de cálculo de indicadores-síntese, consistindo numa única medida capaz de avaliar e monitorar o desenvolvimento da situação dos direitos humanos nas subprefeituras e entre anos. Para a construção do indicador sintético, foram escolhidas as populações específicas de crianças e adolescentes, mulheres, negros e pessoas idosas (60 anos e mais), além do tema violência. Os indicadores ou dimensões que não foram utilizados para a construção dos indicadores-síntese estão disponibilizados no sistema, no item “Perfil das Subprefeituras”.

Quanto aos aspectos relativos à reformulação do sistema, além da possibilidade de as informações serem visualizadas em tabelas, gráficos e mapas, ou ainda salvas como bancos de dados, a ferramenta de gerenciamento de conteúdo do sítio eletrônico confere aos administradores autonomia para inserir, editar e excluir conteúdos, modificar leiaute e segregar informações por perfil, customizando seu sítio eletrônico sem necessidade de recorrer à área de TI.

2011

**INDICADORES
SOCIOECONÔMICOS
DO ESTADO
DE SÃO PAULO
E SUAS REGIÕES**

A economia paulista apresenta especificidades que a diferenciam sobremaneira dos demais Estados brasileiros, caracterizando-se não só por seu porte, mas também por sua diversidade do ponto de vista tanto das atividades desenvolvidas quanto da distribuição regional dessas atividades. Os benefícios da dimensão e

da diversidade desta economia, no entanto, não se espriam de maneira homogênea pelo território, onde convivem áreas de grande dinamismo e outras com modestas produção e geração de emprego e renda. Com a atribuição de formular políticas de desenvolvimento econômico e tendo como diretrizes funda-

mentais a promoção da inovação tecnológica e a geração de emprego e renda no Estado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia solicitou ao Seade um conjunto de informações sobre os principais setores da economia paulista e suas atividades mais importantes.

2012

OBSERVATÓRIO DAS ESTATÍSTICAS DE TRÂNSITO

Para o Departamento Estadual de Trânsito/Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, o Seade preparou um conjunto de informações e desenvolveu um sistema de consulta sobre vítimas fatais por acidentes de transportes e mapeamento

e avaliação de informações para compor o futuro Observatório das Estatísticas de Trânsito no Estado de São Paulo. Para tanto, utilizou informações de duas naturezas: projeções e estimativas populacionais; e dados sobre mortalidade por acidentes de transporte. Estes últimos são desagregados pelos 645 municípios e 96 distritos da capital e disponibilizados segundo características das vítimas (sexo, idade, estado civil, grau de instrução, etc.) e do óbito (causas, local, ocorrência de assistência médica, etc.).

2012

VIA RÁPIDA DO EMPREGO E DO PROGRAMA EJA – MUNDO DO TRABALHO

O programa Via Rápida do Emprego, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, oferece cursos básicos de qualificação profissional de acordo com as demandas regionais e municipais. O objetivo é capacitar gratuitamente a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou que deseja ter seu próprio negócio. Como subsídio às ações associadas a esse programa, o Seade tem produzido anualmente uma relação

de vítimas fatais por acidentes de transportes e mapeamento e avaliação de informações para compor o futuro Observatório das Estatísticas de Trânsito no Estado de São Paulo. Para tanto, utilizou informações de duas naturezas: projeções e estimativas populacionais; e dados sobre mortalidade por acidentes de transporte. Estes últimos são desagregados pelos 645 municípios e 96 distritos da capital e disponibilizados segundo características das vítimas (sexo, idade, estado civil, grau de instrução, etc.) e do óbito (causas, local, ocorrência de assistência médica, etc.).

de ocupações para os 645 municípios paulistas, por meio de análise multicritério dos dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego, consideradas prioritárias na oferta de cursos de capacitação.

Coordenado pela mesma secretaria, o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos) – Mundo do Trabalho oferece conteúdo didático e capacitação aos professores do ensino fundamental, ciclo II, na categoria EJA. A execução é realizada por meio de parceria com as prefeituras municipais, que disponibilizam os recursos humanos, infraestrutura e logística necessárias à execução do programa. Para subsidiar essas ações, o Seade preparou, no formato de informes e em linguagem acessível, um conjunto de informações e análises sobre economia, demografia e mercado de trabalho, relativo ao conjunto do Estado de São Paulo e suas Regiões Metropolitanas e Administrativas, servindo de material complementar ao curso.

2013

**INFORMAÇÕES
SOBRE
SEGURANÇA
PÚBLICA
DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Ferramentas de geoprocessamento, de análise criminal ou novas plataformas de comunicação aumentaram o volume de informações disponíveis e exigem uma reflexão metodológica sobre quais e como os dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo são produzidos e/ou gerenciados. É nesta direção que se insere o projeto em desenvolvimento

no Seade de produzir diagnóstico que permita a essa secretaria ter um panorama acerca da qualidade e disponibilidade de dados e indicadores sobre ocorrências criminais e atividade policial, e gerar subsídios técnicos para a política de gestão e di-

vulgação das informações. Por meio de técnicas de análise de consistência das bases de dados operacionais existentes e disponíveis das polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, com foco na atividade policial e na gestão, e de entrevistas com gestores dos órgãos vinculados à SSP, pretende-se gerar insumos técnicos e reflexões que colaborem na modernização da política de gestão e divulgação das informações sobre segurança pública do Estado de São Paulo, com foco no aumento da transparência e na promoção do controle social.

Cai participação mercado de trab.

Ritmo mais atenuado

Variação da participação em relação ao mesmo período do ano anterior

1º trimestre/2007



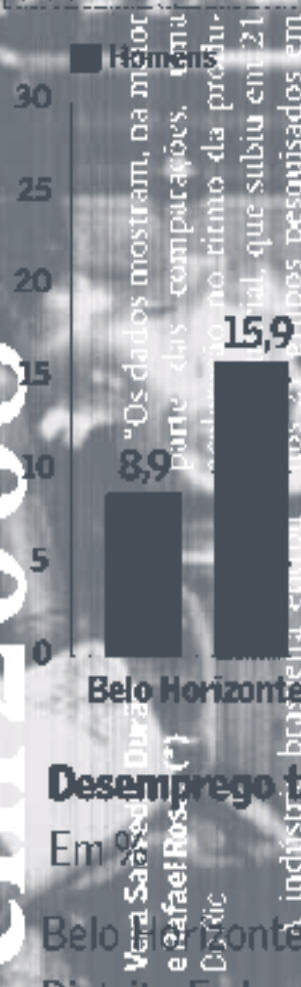
Outras variações

Segmento

Desemprego Por sexo, em

Após dois anos em estabilidade, a participação das mulheres no mercado de trabalho nos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo caiu para 55,5%, entre 2006 e 2007, segundo um estudo divulgado ontem pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Essa proporção se refere às mulheres com mais de dez anos de idade na situação de ocupadas ou desempregadas.

O levantamento indica que



“Os dados mostram, na maior parte das comparações, uma queda no ritmo da produção industrial, que subiu em 21 pontos percentuais nos pesquisados em

Seção registral da e
% em relação ao mesmo período de 2007

EM 2008

Vera Sáez e Rafael Ros (*)
Distric

Retomando a relevância das estatísticas oficiais

Felícia Madeira

Dirigi a Fundação Seade por nove anos. Fui diretora técnica por seis. Neste depoimento quero compartilhar o espírito que procurei imprimir à nossa gestão. Do meu ponto de vista, o espírito seria o esforço contínuo que fizemos para sinalizar ao governo que o valor das agências responsáveis pelas estatísticas oficiais dos estados (no caso de São Paulo, o Seade) não se limita a oferecer à sociedade um conjunto de indicadores através dos quais é possível acompanhar e avaliar o trabalho e o desempenho dos governos.

Trata-se de serviço público que permite à sociedade civil exercer a sua cidadania de forma mais plena. Entretanto, a maior e também específica contribuição da instituição é de outra natureza. O seu papel principal é o enorme potencial de vir a se constituir em “mecanismo facilitador” do diálogo constante que os governos democráticos devem manter com a sociedade.

O Seade deve ser entendido como espaço privilegiado que o governo paulista pode e deve utilizar para responder com credibilidade às fortes demandas por transparência na prestação de contas de suas ações. Entendida desta forma, o Seade tem um valor

maior para o próprio governo do que para a sociedade civil, que tem à sua disposição uma avalanche de informações que chegam através de diferentes meios de comunicação. A diferença pode parecer sutil, mas não é. Ela é central para entender a verdadeira missão destas instituições, para definir o seu perfil, o futuro e até a sua própria sobrevivência.

Os Estados e seus governos são antigos usuários de estatísticas públicas. Desde o século XVI, as estatísticas são o método para contar e listar a população e os recursos do Estado. O termo *statistics* vem do latim *status* (estado), indicando que sua origem está relacionada às necessidades dos governos. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), as estatísticas oficiais são as disseminadas pelo sistema nacional de estatísticas. São estatísticas que o governo usa para desenhar, programar e monitorar as suas ações. São referências que os governos usam e/ou devem usar para dialogar com a sociedade civil.

Setores governamentais em diferentes níveis podem gerar e disseminar estatísticas oficiais. A necessidade de instituições estaduais e municipais decorre do crescimento contínuo da demanda por estatísticas cada vez mais detalhadas para espaços geográficos definidos. Instituições nacionais, como o IBGE, simplesmente não conseguem responder às pressões dos governos nos seus diferentes níveis e de organizações da sociedade civil por informação.

Governos precisam de informações de longo prazo, abrangentes, estáveis e comparáveis nacional e internacionalmente, que são na verdade bens públicos e, portanto, não se poderia esperar que fossem produzidas por organizações privadas.

Ao longo dos seus 35 anos, a relação de cooperação e confiança da Fundação Seade com o Governo do Estado de São Paulo osci-

lou muito. Como está amplamente documentado no livro Seade 25 anos, a Fundação é herdeira do antigo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo. Desde a sua concepção, já no seu primeiro estatuto, incorporou todos os critérios que sinalizam para a qualidade e a boa reputação de uma agência pública. Adotou princípios que estão na base de seu maior patrimônio: legitimidade.

Colaborou para o enraizamento do Seade na sociedade o advento da disseminação via Internet, que abriu a possibilidade de um diálogo mais direto entre a Fundação e a sociedade civil. O processo de diálogo passou fortemente pela mídia falada, escrita e televisiva. A polêmica em torno de indicadores sociais ancorados em estatísticas oficiais foi muito acirrada nos anos em torno da virada de século. Questões como medidas da pobreza, do desemprego, da criminalidade, do acesso ao sistema educacional ocupavam grande espaço no debate público.

Quando assumi o Seade, tinha bem claro meu projeto: aproximar o Seade e o Governo do Estado, insistindo em destacar o valor de estatísticas oficiais confiáveis no seu diálogo com a sociedade em geral e com a mídia em especial.

A seguir exemplifico como se deu na prática a aplicação desta estratégia em um projeto específico.

No final dos anos 90, as taxas de homicídio do Estado de São Paulo eram as maiores do país e atingiam índices alarmantes. A fonte mais importante para conhecer o nível de homicídios é o atestado de óbito fornecido pelos cartórios ao Seade. Como todos os institutos dedicados às estatísticas oficiais e ao movimento da dinâmica populacional, o Seade coleta estas informações junto aos cartórios, organiza e divulga os resultados. Assim, ao longo de toda a década de 90, o Seade foi portador de péssimas notícias no tema de criminalidade ao governo e aos paulistas. Entretanto,

segundo estas mesmas fontes, os anos 2000 eram portadores de boas novas. Sobretudo após 2003, os dados apontavam para uma queda vigorosa nos indicadores de homicídio.

Procuramos a Secretaria de Segurança para comentar as boas novas. Verificamos então que os indicadores coletados pela própria secretaria, cuja fonte era boletins de ocorrência, já detectavam esta tendência, mas a Segurança Pública estava insegura para divulgar seus resultados. Decidiu-se então que faríamos um estudo comparando as duas fontes. Ficou claro que a queda era real e vigorosa. As duas fontes convergiam para a mesma tendência. Este trabalho foi uma contribuição importante para dar veracidade até hoje às informações paulistas na área de segurança.

FELÍCIA MADEIRA é demógrafa e diretora-executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados no período de 2003-12.

Profícua parceria: IBGE e Seade

Wasmália Bivar

O Seade, centro de excelência na produção e disseminação de estatísticas socioeconômicas e demográficas sobre o estado de São Paulo e membro do Sistema Nacional de Estatística, vem desenvolvendo profícua parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ao longo dos anos.

Na elaboração das Contas Regionais e do PIB dos Municípios de cada Unidade da Federação, coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com o Sistema de Contas Nacionais do Brasil, o IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais da Diretoria de Pesquisas, conta com a parceria de Órgãos Estaduais de Estatística, de Secretarias Estaduais de Estatística, de Secretarias Estaduais de Governo e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Esse trabalho conjunto com os Estados teve início na Conferência Nacional de Estatística (Confest), em 1996, e desde o início o Seade participou intensamente, inclusive dos Comitês Técnicos das Contas Regionais e do PIB dos Municípios, fóruns específicos para discussões metodológicas e possíveis avanços dos projetos. Esteve presente no desenvolvimento da

metodologia e, posteriormente, na divulgação desde a primeira série (1985-1997) de Contas Regionais, em dezembro de 1999, até 2012, quando foram divulgados resultados referentes ao ano de 2010.

A cooperação técnico-científica entre o Seade e o IBGE no campo da pesquisa dos dados de eventos vitais produziu, desde o seu início, em 2001, o aprimoramento dos levantamentos sobre nascimentos, casamentos e óbitos nas duas instituições, contribuindo para a padronização de instrumentos de coleta e transmissão dos dados. Essa sinergia entre as operações das duas instituições qualificou os recursos humanos, financeiros, tecnológicos e materiais de todos os órgãos envolvidos na produção de estatísticas vitais no Estado de São Paulo. Além disso, neste período de 13 anos, a cooperação fez avançar tecnicamente o desenvolvimento de metodologias de integração de bases de dados nesta área.

O Seade também tem participado com sua expertise, mediante convites feitos aos pesquisadores da área demográfica, dos diversos trabalhos relativos ao Censo, por meio da Comissão de Estatísticas Demográficas, e das projeções populacionais, através dos fóruns e reuniões convocadas pelo IBGE.

Por tudo isso, a parceria entre o Seade e o IBGE é fundamental para o Estado e o País, pois racionaliza e unifica as informações produzidas pelas duas instituições, bem como estabelece interlocução técnica na avaliação das estatísticas vitais do Estado de São Paulo e, ainda, expande a aplicação das metodologias de integração de bases de dados do registro civil com aquelas oriundas do Ministério da Saúde.

A sólida e profícua parceria é modelo para o País, ressaltando a excelência existente nas duas instituições. É com satisfação, portanto, que vimos o Seade completar 35 anos e

firmar-se como centro de referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas.

Parabenizamos, por fim, a todos que, com empenho, dedicação e competência, ajudaram o Seade a escrever sua história de mais de três décadas.

WASMÁLIA BIVAR é presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O controle do crime e da violência: o papel estratégico do Seade

Sergio Adorno

Após conclusão do curso de ciências sociais na USP, no início dos anos 70, fui trabalhar como pesquisador no Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – Imesc. Meu propósito naquela época era estabelecer uma perspectiva sociológica para o estudo da violência e do crime que já se anunciavam como problemas desde a vigência do último regime autoritário no Brasil. Exceto poucos estudos, não havia àquela época uma tradição de investigação científica que pudesse, por exemplo, explicar as relações entre urbanização, industrialização, desenvolvimento econômico, desigualdade social e crime na sociedade brasileira e, em especial nas metrópoles como São Paulo.

Desde minha imersão nesse campo de estudos, iniciei contatos com o Seade, instituição que, desde sua criação, revelou preocupações com o armazenamento, aperfeiçoamento e tratamento de informações sobre segurança pública. Conforme demonstram estudos históricos, medo e insegurança coletivos vieram se intensificando ao longo da histórica republicana, em grande parte estimulados por percepções sociais de que os crimes estavam aumentando e se tornando mais violentos e agressivos. Esses

sentimentos coletivos, não raro repercutidos através de mídias impressa e mais recentemente eletrônica, têm pressionado governantes no sentido da adoção de medidas capazes de conter os crimes e a violência.

Na década de 1950, o governo Jânio Quadros empreendeu uma reforma do sistema penitenciário como enfrentamento de problemas de superpopulação carcerária. Deu-se início a um longo processo político, cujos traços ainda são visíveis na atualidade, de agir sob a pressão dos acontecimentos – um crime com repercussão na opinião pública, por exemplo – ou em virtude de ondas conjunturais de crescimento de crimes e de violência. De modo geral, várias iniciativas governamentais ao longo desse período, passando pela alternância entre ditaduras e regimes liberais, prescindiram de estudos e pesquisas que conduzissem ao planejamento das ações a serem desencadeadas pelas agências encarregadas de promover segurança pública.

Com o retorno da sociedade brasileira ao Estado democrático de direito, em meados da década de 1980, esperava-se e apostava-se no controle legal da violência e consequentemente na pacificação interna da vida societária. Não foi o que aconteceu. Paradoxalmente, assistimos à explosão de múltiplas formas de violência e crime, em torno da delinquência comum, do crime organizado com todas as suas variantes atuais (lavagem de dinheiro, contrabando internacional de armas, seres humanos, órgãos humanos, violações de comunicações eletrônicas, etc.), das graves violações de direitos humanos e de conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas. Cada vez mais, se impôs e vem se impondo a adoção de políticas de segurança baseadas em estudos prévios e planejamento que possam dotar as ações dos atores e das agências de controle legal dos crimes e da violência com padrões esperados de eficiência operacional.

No campo da segurança pública, não é recente a experiência do Seade com o armazenamento e qualificação dos dados. Um simples exame da evolução dos anuários estatísticos revela quanto investimento foi e vem sendo adotado para tornar as estatísticas oficiais de crimes e os dados institucionais confiáveis tanto para subsidiar ações dos operadores da segurança pública, quanto para informar a opinião pública esclarecida e – mais do que nunca – para os pesquisadores das universidades e centros de investigação.

Nesse domínio, minha relação com o Seade certamente já completou 40 anos, desde que iniciei minhas atividades profissionais junto ao Imesc. Além de usuário dos dados, participei de projetos conjuntos com pesquisadores de ambas as instituições. Foi assim se constituindo uma rede de colaboração, nutrida tanto por objetivos comuns – a melhoria da qualidade dos dados e sua disponibilidade para projetos de investigação científica – quanto por sentimentos subjetivos de que era possível transformar a área em fonte confiável capaz de estimular um verdadeiro programa de estudos. Não tenho receio de reconhecer o pioneirismo do Seade, que certamente é modelo para organizações similares em outros estados da federação brasileira.

Quando ingressei nos quadros de docência e pesquisa da Universidade de São Paulo, em meados dos anos 80, o propósito de manter o intercâmbio permaneceu, ainda mais com a criação do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), em parceria com Paulo Sérgio Pinheiro, reconhecido cientista político e militante internacional no campo dos Direitos Humanos e posteriormente com a integração de Nancy Cardia, psicóloga social, cuja primorosa formação na London School of Economics nos ensinou a exigir mais e mais rigor no tratamento de dados primários e secundários de pes-

quisa empírica. Desde esse período, nosso relacionamento foi e vem sendo estreitado, seja através da realização de seminários comuns, seja mediante a colaboração mútua em planos de trabalho de interesse compartilhado, como recentemente firmado através de acordo formal entre a Fundação Seade e o Núcleo de Estudos da Violência, o qual nos permite acompanhar e monitorar o desempenho de políticas públicas de segurança no Estado de São Paulo.

Nunca é demais lembrar, nenhuma sociedade do mundo ocidental capitalista, ao menos, logrou garantir segurança pública a seus cidadãos sem ações policiais e judiciais competentes, capazes de desestimular o cometimento de crimes e de violência. Nenhuma dessas sociedades prescindiu de formação profissional especializada, competente e atualizada. Nenhuma delas abriu mão de um sistema de dados de elevada qualidade e fidedignidade, o que exige reconstrução de séries históricas, simplificação de procedimentos técnicos, atualização metodológica permanente. O Seade, neste domínio – e certamente em todos os outros –, tem se configurado parte de uma estratégia governamental de assegurar o direito constitucional de todo e qualquer cidadão, independentemente de classe, riqueza, poder, etnia, gênero ou geração à segurança e à vida digna. Nesses seus anos de existência, nós, pesquisadores, nos sentimos solidários a todo o esforço empreendido e à sua história institucional de êxito.

SERGIO ADORNO é Coordenador Científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP), Coordenador da Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Democracia, Direitos Humanos e Tolerância e Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH/USP).

Seade 35 anos: estatísticas públicas para
o desenvolvimento do Estado. / Organizadora
Maria Cecília Comegno. São Paulo: Seade, 2014.

176p. 17,5 x 22,5 cm

ISBN 978-85-85016-97-5

1. Seade (História) 2. Avaliação – Políticas Públicas 3.
Indicadores Sociais I. Comegno, Maria Cecília. II. Fundação Sistema
Estadual de Análise de Dados.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Izabel C. R. de Olivei-
ra/Fundação Seade

Índice para Catálogo Sistemático

CDD 310.98161 Estatística – história – São Paulo (Estado)

CDD 906.8161 História – Seade – São Paulo (Estado)

Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização prévia da organizadora
e da Fundação Seade.

Avenida Cásper Líbero 464

01033-000 São Paulo SP

Tel. 3324-7200

Atendimento ao Usuário (11) 3313-5777 sicseade@seade.gov.br

www.seade.gov.br

Direitos reservados e protegidos (lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Foi feito o depósito legal na Biblioteca Nacional (lei nº 10.994, de 14.12.2004).

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

EQUIPE DE EDIÇÃO

COORDENAÇÃO	Maria Cecília Comegno
PROJETO GRÁFICO	Guen Yokoyama
EDIÇÃO DE TEXTO	Mauro Malin

APOIO À EDIÇÃO

ASSESSORIA TÉCNICA	Renato Sergio de Lima
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO	Patrícia Queiroz Oliveira
ASSESSORIA DE EDITORAÇÃO E ARTE	Icleia Alves Cury

ctp, impressão e acabamento

Imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ISBN 978-85-85016-97-5



9 788585 016975

Esta publicação aponta, ao longo da evolução dos projetos realizados pelo Seade em 35 anos, caminhos percorridos pela instituição que sinalizam uma renovada leitura do desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo.

A descrição dos projetos mostra quanto o Seade soube inserir na sua agenda de trabalho questões relevantes que marcaram a cena econômica, social e demográfica paulista ao longo desse tempo.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego, iniciada em 1984 em parceria com o Dieese e com apoio da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, introduz conceitos inovadores e passa a ser uma nova referência na análise do mercado de trabalho.

Anos depois, para qualificar o debate sobre o empobrecimento da população e conhecer melhor quem e quantos são os pobres no país, o Seade soma ao critério de renda outras carências – moradia, educação, saúde e inserção no mercado de trabalho. É a Pesquisa de Condições de Vida, iniciada em 1990.

São dois entre muitos exemplos encontrados nas páginas deste livro.

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Secretaria de Planejamento
e Desenvolvimento Regional